

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Política de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar da
Chapada Diamantina: o caso do município de Piatã**

Thalita Viana Pontes

Março de 2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Política de Assistência Técnica e Extensão Rural na agricultura familiar da
Chapada Diamantina: o caso do município de Piatã**

Thalita Viana Pontes

Sob a orientação da professora:

Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação de Mestrado submetida como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais pelo
Programa de Pós-graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro – RJ

Março de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P813p Pontes, Thalita Viana, 1996-
 Política de assistência técnica e extensão rural na
agricultura familiar da Chapada Diamantina: o caso do
município de Piatã / Thalita Viana Pontes. - Rio de
Janeiro, 2024.
 125 f.: il.

 Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2024.

 1. Assistência técnica. 2. Extensão rural. 3.
Agricultura familiar. I. Medeiros, Leonilde Servolo
de, 1949-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

THALITA VIANA PONTES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.
Dissertação aprovada em 08/03/2024.

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof. Dr. FABIANO ESCHER (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. GILDASIO SANTANA JUNIOR (UESB)

Prof.^a Dr.^a SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO (UICAMP)



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 4484/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

*(Assinado digitalmente em
11/03/2024 11:28)*

FABIANO ESCHER

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR DeptDAS

(12.28.01.00.00.00.84)

Matrícula: ###134#4

*(Assinado digitalmente em 11/03/2024 11:28
)*

FABIANO ESCHER

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR DeptDAS

(12.28.01.00.00.00.84)

Matrícula: ###134#4

*(Assinado digitalmente em
12/03/2024 10:34)*

**LEONILDE SERVOLO DE
MEDEIROS**

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR DeptDAS

(12.28.01.00.00.00.84)

Matrícula: ###64#1

*(Assinado digitalmente em 13/03/2024 16:04
)*

**SONIA MARIA PESSOA PEREIRA
BERGAMASCO**

ASSINANTE

EXTERNO CPF:

###.###.278-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **4484**, ano: **2024**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **11/03/2024** e o código de verificação: **0e6dc50097**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5470/2024 - DeptDAS
(12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 02/04/2024 17:40)

GILDÁSIO SANTANA JÚNIOR

ASSINANTE

EXTERNO

CPF:

###.###.715-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu
número: **5470**, ano: **2024**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de
emissão: **02/04/2024** e o código de verificação: **401919fac3**

RESUMO

O presente trabalho analisa a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada para um grupo de cafeicultores familiares do município de Piatã, na região baiana da Chapada Diamantina. A ATER é um instrumento importante para o fomento da agricultura familiar, e esta pesquisa verificou o alcance do serviço para agricultores que produzem café especial, com acesso viabilizado através de duas entidades privadas: o SENAR e o SEBRAE. A política pública atualmente não chega ao município, então as ações são direcionadas primordialmente para a produção de café, por meio dessas entidades. Os agricultores familiares de outros segmentos não recebem ATER no momento. Deste modo, esta dissertação analisou a efetividade e o alcance da ATER entre esse grupo a partir de pesquisa bibliográfica e documental, além da realização de entrevistas com agricultores e com os dois técnicos atuantes no município, para entender quais as demandas e qual a orientação do serviço executado.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; assistência técnica e extensão rural; SENAR; SEBRAE; cafeicultura.

ABSTRACT

This study analyzed Technical Assistance and Rural Extension (ATER) for a group of family coffee farmers in the municipality of Piatã, in the Chapada Diamantina region of Bahia. ATER is an important tool for fostering family farming, and this research looked at the scope of the service for farmers who produce specialty coffee, with access made possible through two private entities: SENAR and SEBRAE. Public policy does not currently reach the municipality, so actions are directed primarily at coffee production, through these entities. Family farmers from other sectors do not receive ATER at the moment. Therefore, this dissertation analyzed the effectiveness and reach of ATER among this group based on bibliographical and documentary research, as well as interviews with farmers and the two technicians working in the municipality, in order to understand the demands and orientation of the service provided.

KEYWORDS: family farming; technical assistance and rural extension; SENAR; SEBRAE; coffee farming.

À minha avó Maria (in memoriam), dedico esta e todas as minhas outras conquistas.

Agradecimentos

A realização dessa pesquisa foi possível graças ao apoio de muitas pessoas e instituições. Agradeço à minha mãe, que sempre me apoiou e fez de tudo por mim. Eu não estaria aqui hoje se não fosse por ela. Agradeço a toda a minha família, em especial meus irmãos Flávia, Luisa e Wesley por todo o amor, que também me ajudou a chegar até aqui. Sou muito grata à tia Mai e tia Zira, que foram como segundas mães na minha vida desde que sou criança. À minha avó Maria, que faleceu no ano passado, na época em que eu fazia a pesquisa de campo desta dissertação, e foi a pessoa que me amou e apoiou incondicionalmente. Obrigada por tudo vó!

Agradeço Adriane por todo o amor e ajuda, e por me escutar nos momentos de inquietação durante o mestrado. Aos amigos que tanto torcem por mim, e à Claudia, que mesmo morando tão longe, se fez presente nas conversas profundas por mensagem e ligação de vídeo.

Agradeço aos meus companheiros de turma Carol, Claudivam, Diego, Marcelo, Marina e Priscila, pela amizade, apoio e carinho na trajetória do mestrado, que foi mais leve graças a eles. A Alan, psicólogo que me salvou das minhas aflições nesse período.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) pela rica formação adquirida nesses dois anos e aos seus professores. À Leonilde, minha orientadora, que foi muito prestativa e, de certa forma, abriu-me as portas das Ciências Sociais para que eu pudesse explorar. À Fabrina, que me fez sentir muito acolhida no CPDA. A Renato, que me ajudou a ampliar meus horizontes para novas possibilidades como pesquisadora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que me concedeu a bolsa de mestrado, com a qual consegui morar no Rio de Janeiro pelo período de dois anos. À Coopiatã, que abriu as portas para que eu pudesse fazer a minha pesquisa de campo. À Jessica, da pousada Museu de Piatã, por toda a ajuda e hospitalidade. A todos os agricultores familiares que participaram dessa pesquisa, especialmente Téo, que me ajudou depois do campo nos detalhes finais.

Muito obrigada!

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de estabelecimentos e área ocupada, em hectares, na Bahia em 2017	27
Tabela 2	Indicadores do Censo Agro para Piatã	65
Tabela 3	Consumo mundial de café, em mil sacas de 60kg	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipologia de mercados para a agricultura familiar	25
Quadro 2	Classificação de mercados da agricultura familiar	26
Quadro 3	Métodos de difusão de tecnologias de acordo com o SENAR	56

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Faixa da rodoviária de Piatã	8
Figura 2	Cafés especiais e tradicionais à venda no supermercado de Piatã	9
Figura 3	As três fases da ATER	55
Figura 4	Chapada Diamantina localizada no mapa da Bahia	62
Figura 5	Mapa do trajeto entre Salvador e Piatã	64
Figura 6	Estufa para secagem do café	70
Figura 7	Acompanhamento da prova dos cafés especiais dos agricultores da Coopiatã	71
Figura 8	Plantação de palma no Sítio Capão II	75
Figura 9	Plantação de morango na propriedade de Aneilson	75
Figura 10	Couve flor plantada entre os pés de café por Aneilson	76
Figura 11	Produtos dos cooperados na prateleira da Coopiatã	77
Figura 12	Café passado na peneira 16 e seu Jaime selecionando os grãos manualmente	78
Figura 13	Téo mostrando as embalagens dos compradores do café Taperinha	84
Figura 14	Produtos Alto da Chapada, da propriedade de Marnilson	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANCARBA	Associação Nordestina de Assistência Rural da Bahia
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
BSCA	<i>Brazilian Specialty Coffee Association</i>
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNATER	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
COOPIATÃ	Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATERBA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMCERBA	Empresa de Crédito e Extensão Rural da Bahia
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FASER	Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARA	Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MAARA	Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEATER	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETAF	Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar
SIGATER	Sistema de Gestão da Assistência Técnica e Extensão Rural
SRA	Secretaria de Reforma Agrária
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Objetivos	5
Procedimentos metodológicos	5
 CAPÍTULO I: AGRICULTURA FAMILIAR, SUAS ORIGENS E DEFINIÇÃO	12
1.1 Agricultura familiar brasileira: o surgimento de uma categoria	12
1.2 A agricultura familiar no estado da Bahia	26
 CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA	32
2.1 Assistência Técnica e Extensão Rural: dos primórdios à consolidação como política pública	32
2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural na Bahia	48
2.3 A ATER de caráter privado: a atuação do SENAR e do SEBRAE	51
 CAPÍTULO III. A ATER DE PIATÃ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LOCAL DE PESQUISA	61
3.1 Chapada Diamantina: uma apresentação geral do território	61
3.2 O município de Piatã	64
3.3 O contexto da ATER em Piatã: uma perspectiva a partir do trabalho de campo no município	77
3.4 A escassez da política de ATER em Piatã: uma análise a partir dos dados coletados em campo	88
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
 ANEXO	110

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa a assistência técnica e extensão rural (ATER) desenvolvida junto a um grupo de agricultores familiares do município de Piatã, na Chapada Diamantina-Bahia, que são, em sua maioria, produtores de café especial e associados à Coopiatã, Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã. A produção de café realizada por esses agricultores tem se tornado, nos últimos anos, socioeconomicamente importante para o município e tem recebido reconhecimento pelo cuidado no processo de produção dos chamados cafés especiais¹ que, de acordo com a Associação Brasileira de Cafés Especiais, são derivados de grãos isentos de impurezas e defeitos, com atributos sensoriais diferentes dos cafés comuns, que garantem um padrão de qualidade (BSCA, 2023).

Neste trabalho, me proponho a verificar principalmente a perspectiva dos agricultores familiares produtores de café para compreender como eles veem e recebem a ATER que, em Piatã, vem majoritariamente de duas instituições privadas: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Durante a realização da pesquisa, busquei verificar o direcionamento das instituições que ofertam ATER em Piatã e como elas alteram as dinâmicas dos agricultores que serão objeto da análise.

Assim como no resto do país, a ATER pública na Chapada Diamantina apresenta dificuldades para chegar aos agricultores familiares, que são seu público alvo, de acordo com o artigo 5º da Lei nº 12.188² de 11 de janeiro de 2010, bem como os assentados da reforma agrária, remanescentes de quilombos e outros povos tradicionais e povos indígenas (Brasil, 2010). Esta dissertação buscou entender como o serviço está alcançando um determinado grupo de agricultores e, para isso, foram formuladas as seguintes questões de pesquisa: que instituições ofertam ATER aos agricultores familiares produtores de café? qual é a relação da produção de café com a ATER? houve alguma influência da ATER na decisão de produzir café? a ATER influenciou a opção da adoção do modelo cooperativo e seu formato, bem como da opção pela produção de cafés especiais?

¹ O café produzido em Piatã foi premiado diversas edições do Cup of Excellence. Este é o principal concurso de qualidade para café do mundo, realizado pela BSCA, e contempla todo produtor brasileiro de café arábica (BSCA, 2023).

² Lei de 11 de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (BRASIL, 2010).

Tema e problema de pesquisa

No Brasil, a agricultura familiar é uma categoria social com diversas origens e historicamente atravessada por conflitos e dificuldades. A pouca rentabilidade da produção e os problemas de acesso à terra são os principais obstáculos que influem na sua dinâmica. Indígenas que trabalhavam como escravos na criação de gado, descendentes de portugueses, descendentes de negros escravizados, que se transformaram em pequenos proprietários, pessoas miscigenadas descendentes de indígenas, negros e brancos, imigrantes europeus, que foram estimulados pelo Estado para vir ao Brasil e ocuparam regiões de floresta para fomentar a produção agrícola, são responsáveis pela constituição dessa categoria social no Brasil (Picolotto, 2023).

Um dos problemas no âmbito da agricultura familiar moderna é a falta de assistência técnica adequada. De acordo com a literatura consultada sobre a assistência técnica e extensão rural, ela é um instrumento que visa melhorar a renda e qualidade de vida das famílias rurais. Os incentivos à agricultura familiar, quando perpassam pela política de ATER, conseguem mudanças positivas nos sistemas produtivos, facilitando o acesso aos recursos, renda e, conseqüentemente, melhoria da condição de vida dos agricultores. A ATER pode ser um instrumento de inclusão social quando é baseada na premissa da participação, com a presença ativa dos agricultores nos processos. Conforme Campanhola e Silva (2000), a função do extensionista deve ser de facilitador, e não de instrutor. Ou seja, não deve apenas difundir conhecimentos, mas também possibilitar a absorção de conhecimentos vindos de diferentes fontes, sobretudo dos próprios agricultores.

Outro obstáculo para a agricultura familiar é o fato de o serviço de ATER pública ocorrer de maneira descontínua, ou seja, os serviços, quando chegam aos estabelecimentos familiares, acabam sendo interrompidos, em especial quando é feito por meio de chamadas públicas³ – de forma descentralizada, através de editais, que têm como objetivo selecionar as entidades para a execução por um tempo determinado e limitado, como descrito na Lei nº 12.188 (Brasil, 2010). Quando as ações começam a se desenvolver, a chamada pública se encerra e o atendimento é suspenso, deixando os agricultores sem o serviço, o que os

³ Procedimento feito pela administração pública para a execução de projetos ou atividades que tenham interesse público. É uma parceria realizada através de termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação (Brasil, 2023).

desestimula. Ademais, a consequente rotatividade de agentes resulta em um reinício do processo, levando os agricultores a perderem a confiança nele.

Castro (2015) destaca que a eficiência e continuidade do serviço de ATER são fundamentais para o agricultor familiar, pois é através delas que é possível desenvolver uma boa relação técnico-agricultor, que é base para facilitar a evolução das ações e gerar resultados positivos, o que consequentemente ocasiona um serviço eficiente com um melhor desenvolvimento da produção, podendo levar a uma melhoria das condições de vida das famílias agricultoras.

Outro fator a ser considerado é que, quando o serviço de ‘extensão’ que, segundo Freire (1985), é baseado em dominação, passividade, superioridade e até invasão cultural, o resultado são ações que transformam o agricultor “em coisa”. O termo extensão não representa um fazer educativo libertador do extensionista pois, quando é difusionista, possui uma implicação muito mecanicista que fica subtendida quando é executada, levando à compreensão de que há aquele que sabe e aquele que desconhece. Ainda de acordo com Freire (1985), relações sociais formam conhecimento entre os homens, e nessas relações existem vários sujeitos que dialogam, pensam e se comunicam. É preciso haver intersubjetividade e a intercomunicação, com mediação entre quem pensa e quem fala, e é possível levar isso para a perspectiva da ATER.

No município estudado nesta dissertação, o serviço é executado apenas por entidades privadas e para um número limitado de agricultores. Além disso, a ATER é direcionada apenas para a cafeicultura, que é muito forte no município, mas ela não é o único produto dos agricultores familiares. Ou seja, quem não é cafeicultor – que produza café especial – não consegue acesso a ATER, mesmo havendo demanda.

Na esfera da agricultura familiar baiana, a região da Chapada Diamantina constitui-se como um território fundamental, pois, de acordo com dados da SEI (2021), apresenta cerca de 71% de participação na agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária do estado. De acordo com a SEI (2019), dispõe de 61.021 (aproximadamente 8%) estabelecimentos de agricultura familiar dos 762.848 da Bahia (Silva; Reis; Couto, 2020), incluindo assentamentos, comunidades quilombolas, unidades de conservação, entre outras.

Existe uma grande diversidade nas áreas cultivadas pela agricultura familiar dessa região, com produção de café, cana-de-açúcar, fruticultura, mamona e mandioca em vários

municípios. A região apresenta policultura comercial e de subsistência (Bahia, 2016). A viabilidade de diversidade produtiva da agricultura familiar no território valida a necessidade de maior fomento deste setor através de políticas para melhorar a situação de vida dos agricultores, alterando a condição de pobreza da maioria deles, que está relacionada não só ao acesso insuficiente aos meios de produção, como o crédito, mas também à falta de assistência e recursos que viabilizem melhores condições de reprodução para essas famílias e comunidades locais.

De acordo com dados apresentados na 3ª Conferência Territorial de ATER e Reforma Agrária (CEATER, 2021), que aconteceu entre os dias 20 e 22 de outubro de 2021 e que discutiu virtualmente eixos temáticos sobre a ATER em municípios baianos, a Bahia é o estado brasileiro com maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, com a expressiva quantidade de 593.411 estabelecimentos, dos 3.897.408 do Brasil, isto é, 15,22% desse total, segundo o IBGE (2019), e uma área ocupada de 90.091 km². A localização é, na sua maioria (85%), na região semiárida (Costa, 2021).

Piatã, local da pesquisa, possui uma área de 1.825,857 km², de acordo com o IBGE (2019). É o município com a maior altitude (entre 1.400 e 1.600 m) e menor temperatura (3°C no inverno) da Bahia, como aponta o Guia Chapada Diamantina (2023), condições apropriadas para o cultivo do café arábica, um tipo de café de alta qualidade com sabor mais intenso, cujos grãos são mais sensíveis e se desenvolvem melhor em maiores altitudes. É um café largamente produzido no Brasil. Os dados do último Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) mostram que a área dos estabelecimentos agropecuários de Piatã abrange 27.510 ha, que incluem lavouras permanentes e temporárias.

A condição legal dos produtores de 1.391 estabelecimentos – quase 70% do total – é de produtor individual, 599 são condomínio, consórcio ou união de pessoas e mais um único estabelecimento com a condição de sociedade anônima, segundo o Censo Agropecuário. Do total de 1.991 estabelecimentos agropecuários (em 1.990 destes o pessoal ocupado possui laço de parentesco com o produtor), apenas 67 receberam assistência técnica, ou seja, 3,3% de todos os estabelecimentos, o que demonstra pouca capilaridade na prestação do serviço. O foco da ATER em Piatã é claro: os cafeicultores cooperados que produzem café especial. São eles que recebem o serviço das entidades privadas que atuam na região hoje.

Diversas ações vêm sendo realizadas na região através do SEBRAE e do SENAR, mas é necessário entender se o trabalho executado pelas entidades privadas está em consonância

com as necessidades das famílias rurais, expressadas pelos agricultores entrevistados. Há alguns fatores a serem observados na pesquisa: com base em que modelos estão sendo executadas as ações, como o serviço está sendo recebido e se as demandas dos agricultores estão sendo atendidas.

Objetivos

O objetivo geral da dissertação é analisar a atuação da ATER no âmbito de um segmento da agricultura familiar no município de Piatã, na Chapada Diamantina, para compreender o alcance e a efetividade do serviço, principalmente junto aos produtores cooperativados de café especial. Para tanto, são propostos três objetivos específicos:

- a) Contextualizar agricultura familiar e assistência técnica e extensão rural, para uma melhor compreensão do perfil dos agricultores estudados e do modelo de ATER que recebem;
- b) Realizar um levantamento histórico da ATER no Brasil e na Bahia, apresentando as formas pelas quais o serviço é efetivado;
- c) Caracterizar os agricultores produtores de café que recebem ATER no município de Piatã, bem como analisar os efeitos do serviço para estes agricultores familiares.

Procedimentos metodológicos e o trabalho de campo

No desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos utilizados tiveram base, inicialmente, em pesquisa bibliográfica e documental. Foram buscadas dissertações, teses, capítulos de livros, artigos científicos, relatórios, entre outros, que forneceram dados para fins comparativos e de categorização. Os documentos incluem leis, planos e demandas das entidades ligadas aos trabalhadores rurais. A documentação e outros dados foram acessados através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional⁴ (CAR), da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), do IBGE, entre outros. A revisão bibliográfica se fundamenta em autores que já se debruçam sobre a temática como Nazareth Wanderley (1996, 2004, 2009), Ricardo Abramovay (1992, 1999), Francisco Caporal (2005, 2014, 2020), José Graziano da

⁴ Responsável pela coordenação e execução das políticas públicas integradas de desenvolvimento regional da Bahia.

Silva (2000, 2002), John Wilkinson (1999, 2014), entre outros, além de artigos, teses e dissertações acessados através do Google Acadêmico e dos bancos de teses e dissertações de universidades.

A etapa seguinte foi a realização de um levantamento, por meio de entrevistas⁵ semi-estruturadas não dirigidas, que possibilitam que o entrevistador conduza a conversa na orientação que considere mais adequada. Assim, pode entender a questão de forma mais abrangente e o entrevistado possui autonomia para expor suas opiniões livremente (Marconi; Lakatos, 2007).

A pesquisa de campo foi realizada com os agricultores familiares cafeicultores da Cooperativa de Cafés Especiais e Agropecuária de Piatã (Coopiatã) e também com agricultores não cooperados, além de dois técnicos de ATER, com a finalidade de verificar o que está sendo demandado e o que vem sendo realizado e entender quais são as dificuldades no âmbito dos serviços ofertados. Essa proposta permitiu perceber como a ATER está chegando aos agricultores, viabilizando também um processo comparativo entre o que vem sendo demandado e o que está sendo efetivado, além de permitir a compreensão das reivindicações desses grupos. Trechos mais significativos das entrevistas foram anexados à dissertação através do processo de transcrição feito pela própria autora.

A pesquisa de campo foi realizada entre 17 de agosto e 01 de setembro de 2023. A escolha desse município como local de pesquisa se deu pela necessidade de um recorte a partir da região anteriormente definida, a Chapada Diamantina. A falta de tempo hábil e recursos para abranger todo esse território fizeram a autora optar pela escolha de apenas um município e de um tipo de produtor. O critério era que fosse um local com uma agricultura familiar predominante e onde se pudesse ter um acesso mais fácil aos agricultores e técnicos.

Dentre os agricultores entrevistados, havia alguns que foram fundadores da Coopiatã. Questionados sobre o que motivou a sua criação, em 2016, todos falaram da necessidade de representação para a nova geração da cafeicultura piatãense. Com o fomento advindo de instituições como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola para a cafeicultura, que foi extinta em 2014, os agricultores mais jovens passaram a perceber a relevância que o café especial estava alcançando em Piatã e o quanto o segmento precisava de mais incentivos, já que não havia nenhum tipo de política voltada para os cafeicultores, nem para agricultura

⁵ Os interlocutores autorizaram, por meio de Termo de Consentimento, a utilização dos dados obtidos nas entrevistas nesta dissertação.

familiar no geral. Com a criação da cooperativa, os agricultores passaram a receber vários benefícios e ter acesso a serviços que chegam até eles por serem cooperados.

Perguntei a Euvaldo José Costa – mais conhecido como Téo, agricultor e um dos fundadores, a motivação para começarem o projeto, ao que ele respondeu que começaram a sentir a necessidade de novas propostas para comercialização, prova, preparo de amostras, além de trâmites burocráticos como a parte contábil ou jurídica. Hoje, os agricultores cooperados tem acesso a tudo isso, além de poder alcançar novos mercados, graças à relevância da Coopiatã. Ainda segundo ele, a opção pela cooperativa e não por uma associação, por exemplo, se deu porque através da cooperativa é possível ter um canal de comercialização do café com emissão de nota fiscal, o que não é possível no caso de associações.

Na primeira ida à cooperativa fui recebida pelas recepcionistas, que já sabiam que eu chegaria e me deixaram muito à vontade para adentrar as dependências e ir me apresentando ao pessoal que estava chegando. No geral, percebi uma abertura da maioria dos agricultores em participar da pesquisa.

Piatã é uma típica cidade de interior. Chama a atenção, logo na entrada da rodoviária, duas esculturas: um bule e uma xícara de café, que representam a cultura cafeeira do município, como mostra a figura 1. Na zona urbana do município, os deslocamentos são muito fáceis e rápidos. Da pousada Museu de Piatã, onde fiquei hospedada, levava entre 8 e 10 minutos a pé para chegar à cooperativa. A maior dificuldade era para ir até a zona rural, que não era tão distante, mas tem acesso complicado, pois é necessário pegar a rodovia BA-148 e, já que não conhecia a área, poderia me perder ao tentar fazer o trajeto sozinha e a pé. Em alguns momentos, obtive ajuda através de caronas, que aceitei prontamente. Em outros, tive que pagar um transporte particular com o único motorista da cidade para chegar em algumas propriedades – o taxista que me foi recomendado estava viajando e não havia outras opções.

Figura 1- Faixada da Rodoviária de Piatã



Foto da autora (2023)

A pousada Museu de Piatã, onde fiquei hospedada durante a estadia no município, também é um museu, cujos donos (um deles o historiador Ildimar, que é uma das referências desta pesquisa) estão montando um acervo histórico. Então, o local conta com algumas peças, quadros e livros. Lá, foi possível a leitura de alguns livros durante os intervalos do campo, principalmente em finais de semana. Entre eles, o *Entre a Santana e a Tromba*, escrito por Ildimar, que conta a história da Piatã.

Acabei frequentando bastante os supermercados que, em sua maioria, ficavam todos concentrados no centro, muito perto da Coopiatã. Procurava sempre as prateleiras de café para verificar a variedade e os preços de cafés especiais disponíveis. Na foto 2, estão visíveis cerca de 14 marcas diferentes de café especial, todas originárias da agricultura familiar de Piatã. Os preços variam entre R\$ 16,00 e R\$ 50,00, e a maioria vem em embalagens de 250g, com exceção do Café Rigno e do Café da Lucinéia, que têm disponíveis versões de 500g.

Na primeira fileira, é possível ver os cafés tradicionais de grandes marcas nacionais como Maratá e Nestlé, e na última fileira estão os cafés de Piatã mais tradicionais, cujos pacotes de 250g variam de R\$ 8,50 a R\$ 16,00. Os piatãenses dizem que até o café mais simples do município é superior e tem um sabor diferente dos demais, dadas as suas condições climáticas e geográficas. Em alguns momentos, pude observar os clientes indo em direção às prateleiras de café, mas dificilmente vi alguém colocar um café especial no carrinho. Normalmente, optavam pelas opções da última fileira, mais baratas – cafés de Piatã, mas mais comuns.

Figura 2- Cafés especiais e tradicionais à venda no supermercado de Piatã



Foto da autora (2023)

Em campo, pude conhecer o Secretário de Agricultura, Jean Macedo, que foi muito solícito e se disponibilizou a me ajudar. Seria muito difícil conseguir o contato de um Secretário para coletar informações, então estar em Piatã foi decisivo, pois pude ir pessoalmente à Prefeitura e ser apresentada a ele. Foi através de Jean que conheci uma parte dos entrevistados, que me foram apresentados em uma ida ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Além disso, Jean esclareceu o funcionamento da ATER em Piatã, apontando não haver o serviço público prestado pelo governo do estado, e que a oferta vinha apenas de entidades privadas. Ele também me fez um convite para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, com agricultores, uma equipe do SEBRAE – que orientava e coordenava a pauta – e algumas autoridades da região.

A reunião teve como pauta a definição da Indicação Geográfica⁶ (IG) de Piatã. Essa indicação acontece quando um território recebe reconhecimento por uma determinada produção. No caso de Piatã, esse reconhecimento se daria principalmente pelas características café produzido, dado o *terroir*⁷ – que abrange clima, solo e temperatura – único da região. Os cafeicultores estavam nesse processo decisório há algum tempo e, impulsionados pelo SEBRAE, decidiram por unanimidade que esse era o momento para definir a IG. Nessa

⁶ Mascarenhas e Wilkinson (2014) já apontaram a importância do reconhecimento da IG, que viabiliza uma maior valorização dos produtos locais, o fomento do desenvolvimento de regiões mais marginalizadas e a abertura para mercados internacionais.

⁷ É uma palavra que tem origem do francês, sem tradução literal, que remete às características de uma região que podem estar relacionadas com sua especialidade agrícola.

reunião, ficou definida – por sugestão da equipe do SEBRAE – a criação de uma associação de agricultores para coordenar o processo de definição da IG⁸.

Posteriormente, algumas outras entrevistas – cujos dados serão explorados no último capítulo – foram feitas, parte delas na propriedade de alguns agricultores – de quem recebi o convite, e outra parte nas dependências da Coopiatã. O diálogo com as pessoas me permitiu entender a origem delas, sua história com a cafeicultura e seus pontos de vista sobre a assistência técnica e extensão rural. Todos os entrevistados se identificaram como agricultores familiares, falando inclusive com muito orgulho sobre o pertencimento a esse segmento. Todos se encaixam nos termos da Lei da Agricultura Familiar (lei 11.326/2006), no requisito de quatro módulos fiscais, visto que o módulo fiscal⁹ em Piatã corresponde a 65 ha (INCRA, 2013), e o agricultor com a maior quantidade de terras possui 80 ha. Ao longo das conversas, pude compreender que todos ali herdaram essas terras de seus pais e avós, que já eram agricultores. Houve casos isolados de quem expandiu a propriedade, comprando terras no entorno, mas, no geral, trabalham hoje com o que pertenceu à família anteriormente.

O acesso a ATER passou a ser proporcionado pela cooperativa, que frequentemente acessa projetos e programas, tanto do SEBRAE e do SENAR que atuam hoje em Piatã, quanto do governo – como o projeto Bahia Produtiva¹⁰, que teve uma ação curta de dois anos. Antes do seu surgimento, os agricultores estavam em um limbo desde o fim, em 2014, da EBDA, que proporcionava o serviço para muitos deles.

⁸ O pedido de Indicação Geográfica é feito ao Governo Federal através de um formulário específico assinalando o tipo de IG, nome e delimitação da área, além do nome do produto. A Guia de Recolhimento da União deve ser devidamente paga, e uma série de outros documentos também são requeridos. Para a lista completa, ver: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/indicacoes-geograficas#fazer_pedido

⁹ O módulo fiscal é expresso em hectares e determinado pelo tipo de exploração predominante ou outros tipos de exploração na área onde está inserido, pela renda obtida e pelo conceito de propriedade familiar (BRASIL, 1979). Serve para fins de classificação operacional da agricultura familiar, que pode permitir acesso às condições diferenciadas das políticas públicas voltadas para esse segmento. Oliveira (2016) aponta, no entanto, a inconformidade do atual módulo fiscal como unidade de medida agrária para estabelecer o dimensionamento econômico do imóvel rural para a classificação do agricultor familiar. O autor aponta, entre outros fatores, para a forma algébrica que dimensiona o módulo, que simplifica a realidade, considerando somente a vertente econômica do processo produtivo.

¹⁰ Projeto do Governo do Estado voltado para, entre outros beneficiários, os agricultores familiares. De acordo com a CAR, seus objetivos incluem: a) aumentar a integração ao mercado, promover a segurança alimentar e nutricional, melhorar o acesso ao serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios; b) melhorar a infraestrutura básica necessária para apoio à produção e a comercialização; c) promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária; d) fortalecer a capacidade das associações comunitárias/organizações de produtores para elaborar e implementar e gerir os subprojetos.

Estrutura da dissertação

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O capítulo I traz um panorama mais geral das origens da agricultura familiar no Brasil, contextualizando e apontando as diferenças de termos que ela abrange, além de trazer também um subcapítulo apresentando a agricultura familiar no estado da Bahia. O capítulo II apresenta a contextualização histórica da assistência técnica e extensão rural (ATER) até a instauração da atual política nacional, além de subcapítulos sobre a ATER no estado da Bahia – que possui algumas particularidades por causa da política estadual. Também aborda as duas entidades privadas que estão presentes em Piatã (SEBRAE e SENAR) executando os serviços. O capítulo III apresenta o território da Chapada Diamantina, o município de Piatã e os dados mais importantes sobre a agricultura familiar da região, com informações sobre a dinâmica de funcionamento do da ATER, além da análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

CAPÍTULO I. AGRICULTURA FAMILIAR, SUAS ORIGENS E DEFINIÇÃO

O presente capítulo apresenta, na primeira parte, um panorama geral da formação da categoria de agricultura familiar no Brasil e os diferentes segmentos que ela abrange, com uma revisão histórica de como a categoria foi se consolidando no país e como é reconhecida hoje, além de descrever a categoria de agricultor familiar moderno, na qual se inserem os agricultores que foram foco da pesquisa. Na segunda parte do capítulo, o mesmo panorama é apresentado, porém na perspectiva do estado da Bahia, trazendo alguns dados sobre a importância da agricultura familiar baiana e as suas particularidades.

1.1 Agricultura familiar brasileira: o surgimento de uma categoria

O termo agricultura familiar possui diversos significados e origens distintas. Categorizá-la apenas como uma organização produtiva que correlaciona família, produção e trabalho é uma generalização imprecisa e redutora, porque desconsidera suas formas de organização política e social.

Primeiramente, é importante a compreensão de um conceito fundamental: o campesinato, que é comumente relacionado à agricultura familiar e, de acordo com Abramovay (1992), apresenta algumas características universais, tais como ter uma ligação entre a unidade agrícola e a família e fazer uso intensivo do trabalho.

A inserção do campesinato nas relações mercantis trouxe profundas transformações que o definiram para além de um setor social, mas também como sistema econômico. Ainda segundo Abramovay (1992), a razão da atividade econômica camponesa depende da relação entre as necessidades de consumo e a utilidade marginal da renda que é obtida pelo camponês. Dadas as transformações do campesinato, é possível utilizar o conceito de auto exploração, que acontece quando a intensidade do trabalho camponês é limitada pela dificuldade mediante os esforços realizados relacionados à satisfação de suas necessidades.

Mesmo com a inserção do camponês na agroindústria – setor que transforma os produtos advindos da agricultura –, a estrutura que baseia as famílias camponesas continua a mesma. Abramovay (1992) indica que, nesse segmento social, não há uma imposição para obtenção da taxa média de lucro, como nas grandes empresas o que torna os preços dos

produtos dos agricultores mais baratos. A prioridade é apenas obter uma renda que permita a reprodução da própria família e a disposição de forças não transferíveis que, segundo Wanderley (1996), representam a capacidade de pessoas ligadas por laços do parentesco de realizar o trabalho e que se comprometem nas atividades do estabelecimento familiar. A associação entre família, produção e trabalho tem efeitos no modo como ela age socioeconomicamente.

Algumas peculiaridades da sociedade camponesa são importantes na sua caracterização. Entre elas, a relevância estrutural dos grupos domésticos, seus interconhecimentos e sua relativa autonomia (social, econômica e demográfica) em relação à sociedade do seu entorno. Quando falamos nessa autonomia, a capacidade de promoção da subsistência do grupo familiar é um exemplo. Ao pensar na autonomia do camponês, é importante considerar que

Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes [...] (Wanderley, 1996, p.158).

Para compreender o campesinato e sua inserção na nova realidade social, de modernização da agricultura, é preciso considerar que ele foi transformado pelo capital e se orienta pelo modo de produção capitalista. O camponês é um indivíduo que trabalha para o capital, e a exploração da sua força de trabalho se dá além dos limites da proletarianização, de modo que caracterizá-lo como não capitalista ou pré-capitalista não é suficiente. A reprodução do campesinato depende, então, das condições de funcionamento do capital e suas contradições. Contudo, é um equívoco imaginar que essa reprodução se dá através do aperfeiçoamento dos moldes anteriores do campesinato, visto que a propriedade camponesa, por exemplo, não foi criada pelo capitalismo, mas o precedeu e passou por muitas transformações (Wanderley, 1996).

O segundo conceito a se compreender é o de agricultura familiar, segmento que é determinado como tal pela forma como se dão suas relações. As sociedades contemporâneas, no entanto, passaram a apresentar uma agricultura familiar que é a inserida ao mercado, tanto interno de alimentos, quanto de produtos para exportação. Numa conjuntura de globalização econômica, relevância tanto da cidade quanto da cultura urbana, de protagonismo do mercado,

essa agricultura moderna é resultado de uma tentativa de adequação ao novo contexto globalizado, como aponta Wanderley (1996).

Como observa a autora, a agricultura familiar também se insere no modo de produção capitalista, que se apropria do trabalho do agricultor através da mediação da troca, o que mantém sua condição de produtor mercantil. Mesmo estando inserida ao mercado, essa agricultura ainda apresenta traços camponeses – como a utilização do próprio trabalho da família no campo para a reprodução do estabelecimento familiar.

Uma categorização importante na esfera da agricultura familiar trazida por Schneider e Niederle (2008) são as denominadas “forma camponesa” e “forma empresarial”, com operação através de “pequena produção de mercadorias (PPM)” e de “produção simples de mercadorias (PSM)”, respectivamente. As duas formas diferenciam-se pelas maneiras distintas de organização da produção, da distribuição e da apropriação de valor.

Na PPM, somente o resultado da produção é comercializado (e apenas parte dele) e se torna mercadoria. A força de trabalho e os demais recursos essenciais ao processo produtivo não entram no processo de trabalho como mercadorias, uma vez que são reproduzidos pelos ciclos precedentes da produção. Na PSM, com exceção do trabalho, o restante passa pelos mercados. Nesse caso, introduzem-se não apenas as relações mercantis gerais com todos seus efeitos imediatos, mas também “a lógica do mercado” no interior das unidades de produção (Schneider; Nierdele, 2008, p. 1000 e 1001)

Segundo os autores, a agricultura na sua forma camponesa demanda um certo afastamento de circuitos de comercialização de determinados mercados – como os de insumos industrializados, para que mantenha o mínimo de autonomia em relação aos meios de produção e consiga internalizar recursos. Estrategicamente, para constituir valor agregado, busca também uma adesão a novos mercados. Os agricultores precisam escolher regimes de produção diferentes do modelo empresarial, que fortaleçam a sua capacidade de resistência, fugindo da dominação de grandes bancos, empresas e outros agentes que controlam o mercado de *commodities*. Já a forma empresarial prioriza a habilidade de adequar o processo produtivo às relações mercantis, que visam rendimentos, o que faz com que o agricultor considere suas decisões baseando-se em termos de mercado. As relações sociais passam a ser pautadas pela individualização e terra e trabalho viram meros meios de produção.

Historicamente, os imigrantes da Europa – de início, os alemães e italianos – começaram a chegar em 1824 no sul do Brasil, trazidos pelo império para constituir núcleos de produção agrícola como base em pequenas propriedades (colônias), em um contexto de

incentivo à migração dos camponeses europeus para as áreas de expansão do café no Brasil. Em 1850, a propriedade privada da terra passou a ter uma regulação mais específica com a Lei de Terras,

que definiu o direito privado de uso e reconheceu a propriedade da terra àqueles que estavam ocupando as áreas até então, sendo todo o restante do território declarado como terras públicas ou pertencentes ao Estado. [...] Com esse ato, eliminaram-se as formas de apropriação e distribuição da terra que ocorriam, inicialmente, por via da concessão de sesmarias e, num segundo momento, pela concessão de áreas destinadas ao assentamento de imigrantes vindos da Europa [...] (Schneider e Cassol, 2013, p. 6).

Segundo Wanderley (2009), no processo de abolição da escravidão, no contexto das grandes lavouras, em especial do café, o imigrante estrangeiro, o arrendatário e o morador trabalhavam nas terras que eram dos grandes proprietários e passavam para estes o sobretrabalho¹¹. Eram eles que viabilizavam a grande propriedade e que de fato realizavam o trabalho e se responsabilizavam pelo custo da própria reprodução. Nesse contexto, o camponês dependia do seu trabalho, realizado em condições precárias na maioria das vezes, para conseguir adquirir a terra. O autoconsumo no interior da unidade familiar passava pelos mercados, que muitas vezes eram a única alternativa para a garantia de sua reprodução, pois muitas necessidades só podiam ser satisfeitas a partir desses mercados por meio das trocas.

Ainda segundo Wanderley (1996), no Brasil, o capitalismo penetrou na agricultura principalmente através da mediação do Estado. Isso se deu desde as sesmarias no período colonial, até incentivos financeiros dados no cenário da política agrícola atual. A autora observa que uma das formas sociais de agricultura familiar é o campesinato tradicional, que não se reduz à subsistência, mas que também representa a preservação do patrimônio familiar, e isso inclui trabalho externo de membros da família como formas de manutenção. No entanto, foi preciso escolher alternativas que incluíam optar por isolar-se ou subordinar-se à grande propriedade, complementar a renda ou ficar dependendo dos frutos do trabalho em propriedades que não eram as suas.

Ainda no âmbito da agricultura brasileira, é comum a realização de trabalho para terceiros, ou dispor em seu estabelecimento de trabalhadores (que são, muitas vezes, da própria comunidade camponesa) “alugados”. Todavia, essa estratégia não implica no desenvolvimento do capital nessa esfera, pois além de a quantia de dinheiro que é despendida no pagamento de salários acabar diminuindo o rendimento familiar, lhes falta o caráter de

¹¹ Situação onde o trabalhador livre precisa adicionar um tempo de trabalho excedente ao tempo necessário, para produzir a subsistência do possuidor dos meios de produção (MARX, 2011).

acumulação – que gera ou aumenta riqueza através da sua concentração. Isso possibilita apenas que a família possa expandir a sua capacidade produtiva, mas mantendo os membros dessa família no trabalho, mesmo que de outras formas. Essa condição, porém, não torna de forma alguma os agricultores em empresários capitalistas, são apenas maneiras encontradas para cumprimento dos requisitos da agricultura moderna (Wanderley, 1996).

A agricultura familiar, como é denominada hoje no Brasil, é resultado do processo de formação social e histórica do país, em sua formação social e ocupação territorial a partir da época de colonização portuguesa. No Brasil, a categoria de agricultor familiar teve elementos importantes na sua construção, e o principal deles foi a esfera política, que foi fundamental para a estruturação desse grupo e para construir e publicizar as suas demandas, sendo o seu reconhecimento sociopolítico recente.

No cenário de golpe em 1964, havia uma opção do governo militar em fortalecer o chamado projeto de “modernização conservadora”, com maior fomento do desenvolvimento agrícola com base na grande propriedade, contrapondo-se à reforma agrária demandada pelo campesinato. O Estado visava assegurar que os grandes proprietários se apropriassem da renda fundiária. Além disso, os instrumentos de subsídio e incentivo fiscal amplamente utilizados fomentaram uma acumulação do capital industrial e financeiro (Wanderley, 1996).

O debate político passa a se centralizar, ainda nos anos 1960, nos conflitos fundiários, sendo protagonizado por aqueles que tinham um certo domínio sobre a terra, como posseiros e foreiros, que eram vistos como representantes da luta pela reforma agrária. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma das forças políticas que mediava tais conflitos, tinha a maior parte da atenção voltada à reforma agrária e aos assalariados, focando em suas demandas. Na I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de São Paulo – preparatória para o Congresso Camponês de Belo Horizonte em 1961, por exemplo, foi possível observar que as seguintes demandas foram apresentadas:

- a) exigência de que o governo federal e estadual concedesse crédito oficial direto ao pequeno produtor sem-terra, com base nos contratos e previsões de colheita, abolindo todas as exigências burocráticas que o dificultavam; b) prazo dos contratos nunca inferior ao ciclo de produção; c) juros dos contratos de financiamento da agricultura de, no máximo, 6% ao ano; d) concessão de moratória aos pequenos produtores em caso de qualquer contratempo, tais como secas, enchentes, granizo, pragas etc, que danificassem a colheita; e) fornecimento aos pequenos produtores de sementes, mudas, adubos, inseticidas, sacarias, instrumentos de trabalho etc. pela Secretaria da Agricultura, por meio das Casas da Lavoura, em quantidade suficiente, a preço de custo e em prazo adequado para as colheitas (Medeiros, 2010, p.134).

Em 1961, aconteceu o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte. Com o aumento da inserção das massas rurais – principalmente trabalhadores ligados a associações e sindicatos – no processo político, os problemas de monopólio da terra, de exploração do trabalhador do campo, a falta de uma legislação trabalhista, o alto custo dos arrendamentos, a falta de assistência técnica, baixos salários, entre outros, ficaram em evidência. O foco do Congresso foi principalmente a reforma agrária, o reconhecimento sindical e a legislação trabalhista (Vasconcellos, 2010). A partir de 1962, como aponta Medeiros (2010), as associações de lavradores passaram a ser reconhecidas como sindicatos, que estruturavam os interesses dos que tinham o trabalho na terra das grandes plantações como meio de subsistência, dos que estavam vinculados em áreas de outros titulares, dos posseiros e pequenos proprietários.

Conforme Schneider e Cassol (2013), alguns movimentos sociais foram fundamentais para o espaço rural brasileiro no alcance de diversas conquistas. Primeiramente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), organização política mais tradicional e antiga, fundada em 1963, que representava o conjunto dos trabalhadores rurais e tinha a reforma agrária como sua grande bandeira, configurou-se uma organização fundamental do meio rural, articulando sindicatos no decorrer dos anos 1970, organizando manifestações pela regulamentação do direito à aposentadoria de trabalhadores rurais, entre outras ações que lhe atribuíram poder e reconhecimento do Estado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), iniciado nos anos 1980, também foi muito importante nas conquistas do meio rural brasileiro. Atua com trabalhadores e pequenos produtores rurais que não dispõem de terras ou têm pouco acesso a elas, e demanda a desapropriação de terras improdutivas pelo Estado, pois, segundo a legislação (desde o Estatuto da Terra de novembro de 1964), as propriedades devem cumprir uma função social.

No decorrer da década de 1970, tanto as demandas por direitos trabalhistas quanto por terra se mantiveram como foco da pauta sindical. Nesse período, a CONTAG já reivindicava pontos importantes em prol do que denominava como pequenos produtores, como incentivos para a criação de cooperativas locais, programa especial de crédito, crédito fundiário, comercialização facilitada, assistência técnica etc. A nomeação da categoria agricultor familiar veio tempos mais tarde, durante a década de 1990, quando passou a ser utilizada pela

entidade. Devido às mobilizações do que eram denominados *Gritos da Terra*¹², somadas aos esforços dos agricultores, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹³ foi instituído, dando mais protagonismo aos pequenos produtores como categoria política, com políticas de fomento incluindo a oferta de microcrédito (Medeiros, 2010).

Entretanto, este já é um cenário de controle do grande capital sobre o agricultor familiar, pois este último passa a perder o seu poder de decisão, especializar sua produção de acordo com as condições de preço de mercado mais lucrativas, conforme Wanderley (1996). Schneider e Cassol (2013) destacam que as discussões sobre agricultura familiar brasileira abrangeram três etapas importantes. A primeira é referente à consolidação da agricultura familiar, que passou a ter espaço nos debates acadêmicos e políticos. O seu estabelecimento no campo político veio por meio dos movimentos sociais, principalmente no âmbito sindical.

De um lado, o início da década de 1990 revelava uma crise de legitimidade na esfera da CONTAG, relativa à disputa da representação política com outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). No entanto, foi o movimento associado à CONTAG que apoiou o Governo Itamar Franco após o impeachment de Fernando Collor de Mello e conseguiu a instituição, no Ministério da Agricultura, da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Rural, espaço onde foram instituídas as primeiras políticas públicas para a agricultura familiar.

O âmbito acadêmico, que já vinha trazendo esses debates, também foi muito produtivo na década de 1990 para o debate sobre a agricultura familiar, com várias contribuições teóricas que englobaram estudos, pesquisas e livros, que resultaram, entre outras coisas, no relatório do projeto FAO/INCRA¹⁴, de 1994, que apresentava uma tipologia que dividia a

¹² Jornadas de luta da CONTAG, CUT E MST que aumentaram a visibilidade política dos agricultores (Medeiros, 2010). O primeiro Grito da Terra Brasil aconteceu em 1994, seguindo um padrão de atuação onde elabora-se a pauta de reivindicação, que é entregue aos representantes do Estado. Posteriormente, inicia-se o processo de negociação. Finalmente, é escolhido um dia para realizar a ação de massa, quando são anunciados os resultados da negociação (Teixeira, 2018).

¹³ Medeiros (2010) aponta que, inicialmente, o PRONAF era direcionado aos agricultores em transição, em vias de consolidação. Os agricultores considerados periféricos eram excluídos. Graças às mobilizações, houve a criação do Projeto Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Especial – Pronafinho, em 1998, que alcançou aqueles em vias de empobrecimento, que não acessavam o PRONAF.

¹⁴ Relatório de consultoria com diversos autores que apresentaram revisões teóricas e conceituais sobre agricultura familiar no Brasil. Foi um estudo fundamental para dar início ao reconhecimento político-teórico da agricultura familiar no país, classificando estabelecimentos rurais de acordo com a forma de uso do trabalho, separando esse segmento da agricultura patronal, além de apresentar diversas sugestões de políticas agrícolas e fundiárias para a categoria familiar (Schneider e Cassol, 2013).

agricultura familiar e patronal – o que alterou a dinâmica de elaboração de políticas para a categoria.

A segunda etapa começa em 1996 e amplia-se até 2006. Refere-se, respectivamente, à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que ajudou a fortalecer a agricultura familiar como categoria social e política, o que atraiu outras políticas públicas rurais. A institucionalização da categoria pela Lei 11.326/2006¹⁵ definiu os requisitos que classificam como agricultor familiar: aquele que dispõe de até quatro módulos fiscais – o que já era regulamentado desde 1993¹⁶ –, utilize principalmente mão de obra familiar nas suas atividades, tenha a renda advinda das atividades do seu estabelecimento e o administre com a própria família. Em 2003, durante o governo Lula, o PRONAF foi inserido no Programa Fome Zero¹⁷, que passou a receber mais recursos. A partir do Programa, foram sendo criadas políticas específicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2004 para facilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar (e desmontado durante os governos Temer e Bolsonaro, sendo recriado no ano de 2023 pelo governo Lula), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou a ser rearranjado, com a imposição aos municípios da compra de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para merenda escolar, ambos sendo baseados em compras institucionais.

A terceira etapa refere-se ao período que Schneider e Cassol (2013) marcam temporalmente com a publicação em 2009 do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, que apresentou os dados da agricultura familiar, opondo-a ao agronegócio. A partir daí, firmou-se um debate sobre qual a posição ocupada pela agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil, o que poderia definir o direcionamento das políticas voltadas ao setor.

A produção familiar é muitas vezes atrelada a um referencial empírico de pequenos empreendimentos produtivos pouco modernizados tecnologicamente e a base de satisfação de necessidades da família – o campesinato. No entanto, como aponta Wanderley (1996), conforme a unidade familiar se moderniza e se incorpora nas dinâmicas mercantis em processos de profunda transformação, as prioridades mudam e o processo de subordinação se

¹⁵ Lei de 24 de julho de 2006 que *estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais* (BRASIL, 2006).

¹⁶ A Lei nº 8.629 de 1993 estabelece, no art. 4º, a pequena propriedade como um imóvel rural de até quatro módulos fiscais e a média propriedade com área superior a quatro e que não ultrapasse quinze módulos fiscais (Brasil, 1993).

¹⁷ Foi um programa de combate à fome do governo federal que integrava diversas políticas emergenciais, como o Programa Cartão Alimentação, o Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros.

intensifica. Portanto, é preciso considerar o fato de que nas sociedades modernas, a agricultura familiar, mesmo sendo diversa internamente, é distinta do campesinato tradicional, descrito no início deste capítulo.

Conforme o processo de subordinação da agricultura ocorreu, as particularidades do campesinato como forma social foram ficando comprometidas, tanto no âmbito produtivo – com a dependência da compra de ferramentas e insumos –, quanto no modo de vida. A integração de agricultores familiares às agroindústrias – que é uma das formas econômicas predominante –, é um exemplo da persistência do trabalho familiar nesse cenário capitalista (Schneider; Nierdele, 2008).

Nessa nova configuração, há a introdução de tecnologia para facilitar o trabalho e diminuir o esforço físico. E é nesse cenário, aliado à subordinação aos mecanismos do mercado, que a agricultura familiar passa a se inserir mais ainda na dinâmica global de acumulação capitalista. Todavia, essa modernização orienta as transformações do meio rural em novas direções:

Em primeiro lugar, a necessidade de tornar o setor agrícola verdadeiramente eficiente, superando definitivamente o peso histórico de sua tradição extensiva e desperdiçadora de terras. Em segundo lugar, a necessidade de assegurar o acesso da população brasileira, rural e urbana, aos bens materiais e culturais, que a introduza, efetivamente, no mundo moderno. Finalmente, a necessidade do estabelecimento efetivo da cidadania para a população rural, de forma a garantir à sociedade brasileira o exercício pleno da democracia moderna (Wanderley, 1996, p. 153).

A agricultura familiar brasileira pode ser caracterizada em três tipos: a) a especializada, composta por grupos que se abrem para atividades fora do estabelecimento, mas que dependem fortemente das receitas da atividade agropecuária; b) a que possui múltiplas fontes de renda, que é um grupo menor onde as receitas de atividades não agrícolas e da aposentadoria são, muitas vezes, mais importantes que as agrícolas. São estabelecimentos pequenos que não conseguem ampliar a atividade agropecuária; c) os residentes rurais, constituídos por famílias que ocupam o espaço rural, porém a agricultura é pouco realizada e se volta principalmente para autoconsumo, e a propriedade é basicamente um lugar para residência, com a renda advinda do trabalho externo (Schneider e Cassol, 2013).

Algumas imposições começaram a mudar a dinâmica do campesinato, alterando a noção de tempo no campo, que é ligada às adversidades da natureza, segundo Wanderley (2009). Os saberes tradicionais dos camponeses passaram a se tornar insuficientes, e a atividade rural começa a demandar cada vez mais conhecimentos específicos, que poderiam

ser viabilizados através de serviços como o de assistência técnica e extensão rural, voltados para a inserção desses conhecimentos e de tecnologias no campo.

Com a modernização da agricultura, o camponês vira agricultor familiar, transformando o que era seu modo de vida em sua profissão. Essa transição para agricultor familiar moderno acaba sendo irreversível, mas neste ainda resiste um camponês internamente. Consequentemente, o agricultor agora passa a se inserir cada vez mais nos mercados para garantir a sua reprodução, tendo que se adequar às suas exigências.

As crises decorrentes do processo de modernização da agricultura no Brasil e no mundo tiveram alguns aspectos notáveis, como a diminuição da necessidade de força de trabalho causada pelo aumento de produtividade, o que resultou em crise do desemprego, representando um desequilíbrio do aspecto social; a superprodução causada pelo aumento da eficiência comercial e tecnológica, gerando instabilidade das dimensões econômicas; além do uso abundante de produtos químicos, que provocam destruição ambiental e crise nesse âmbito (Wanderley, 1996).

Schneider e Nierdele (2008) apontam que a diferenciação entre agricultor familiar e camponês é complexa, pois há muitos elementos em comum entre ambas as formas. Por exemplo, o agrupamento formado por trabalho, produção e família atua sistemicamente de modo a criar as condições de reprodução social e econômica; o gerenciamento dos valores e dos recursos em ambas as formas sociais se dá através do parentesco. Ainda de acordo com os autores, esses grupos também têm em comum o fato de que dispõem de poucas vias para escoamento do seu excedente.

Quando falamos em agricultor familiar no Brasil, nos referimos àqueles que têm uma família que trabalha em um espaço de terra – que não necessariamente lhe pertence, realizando as atividades agrícolas que resultam em uma economia familiar que gera produção tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Essa agricultura, como apontam Schneider e Cassol (2013), não faz mais alusão ao campesinato como era entendido nos anos 1960 e 1970 – lidos como pobres rurais, sem eficiência econômica e em ameaça de desaparecimento. Tampouco pode ser comparada à *family farmer* dos Estados Unidos, que trabalha com monocultura e é fortemente tecnificada.

Os autores chegam a recomendar algumas políticas para a agricultura familiar, como as voltadas aos estabelecimentos pequenos, que ajudem a gerar excedentes para obtenção de

uma melhor receita em face da insuficiência de terra e meios de produção, ou a necessidade de diferenciação das políticas públicas para evitar a padronização, em função da diversidade da agricultura familiar brasileira. Por fim, o fortalecimento de regiões onde predominam estabelecimentos pequenos e vulnerabilizados, para que estes possam captar os excedentes da mão de obra rural para garantir a sobrevivência e reprodução.

As relações sociais também se alteram nessa dinâmica de transformações mercantis e

[...] A mercantilização se apresenta como uma noção-chave para compreender como o processo de complexificação da divisão social do trabalho ocorre pela ampliação das relações de troca em uma sociedade crescentemente organizada sob o predomínio da produção de bens para intercâmbio mercantil (Schneider; Nierdele, 2008, p. 997).

A agricultura familiar que é foco desta dissertação é uma agricultura inserida numa conjuntura de subordinação aos mercados. Com os vínculos mercantis cada vez mais estabelecidos, essa agricultura familiar torna-se ainda mais subordinada. E o agricultor, sendo o público alvo de políticas públicas que, entre outras coisas, visam inseri-lo na lógica dos mercados, precisa se adequar a essa realidade.

Nesta pesquisa, trabalho com o conceito de agricultor familiar moderno, que está subordinado ao mercado pois se adequou às suas exigências. Um agricultor que, como ator social, é o foco de políticas públicas, mas que mesmo inserido no contexto de modernização, ainda mantém laços com o campesinato, representado por seus antepassados que transmitiram as habilidades do campo. No entanto, seu modo de vida foi transformado em profissão, que pode ser aprendida em escolas especializadas e através de assistência técnica, como afirma Wanderley (2004).

A modernização dessa agricultura, de acordo com a autora, não segue o modelo de empresa capitalista, mas sim o modelo familiar. A lógica familiar – que vem da tradição camponesa – se mantém, orientando e influenciando as escolhas do agricultor. A incorporação à produção moderna na lógica de mercados leva a unidade familiar a ter outras necessidades tais como compra de insumos e máquinas ou pagamento de trabalho assalariado externo.

Os agricultores que foram foco da minha pesquisa estão intensamente ligados a um mercado específico e vêm modernizando suas técnicas produtivas para se adequar cada vez mais a esse mercado. A maioria deles se associou ao cooperativismo para conseguir melhor acesso à negociação de insumos, agregação de valor ao produto e comercialização mais ampla. Ramos e Vieira Filho (2021) indicam que a principal orientação de uma cooperativa é

proporcionar aos agricultores serviços como organização produtiva, serviços técnicos, financiamento e comercialização. O cooperativismo viabiliza canais estáveis para comercialização dos produtos, maior facilidade na obtenção de serviços bancários e orientação técnica, cujo acesso é mais difícil para a agropecuária de menor porte.

Todos esses elementos foram observados durante a pesquisa de campo. A inserção de agricultores familiares em mercados sofisticados foi uma questão inusitada, que pode ser traduzida no que Schneider denominou de “um certo desconforto e inquietude, especialmente por parte daqueles que percebem os mercados como sinônimo de capitalismo ou de economia de mercado” (2016, p. 94). O autor afirma que é difícil encontrar agricultores que não participam de processos de trocas simples ou se relacionam com mercados complexos.

O fator chave aqui foi repensar a definição de mercado no senso comum, validada inclusive no âmbito da ciência econômica – que implica competição entre agentes econômicos baseada em preços relativos, que não explica bem a origem dos mercados, os agentes participantes, e as nuances nas relações entre os componentes desses mercados. Schneider (2016) observa que existe uma unanimidade entre os cientistas sociais de que a transição de venda de excedentes para a produção para o mercado levou à mercantilização das relações econômicas, transformando a família e a comunidade rural, o que podia ser visto como vantajoso para o aumento de sua autonomia, consolidando as bases de recursos das unidades produtivas e ampliar os métodos de reprodução.

Wilkinson traz importantes contribuições acerca da inserção da agricultura familiar nos mercados como estratégia para o desenvolvimento rural¹⁸. O autor explica que, inicialmente, desenvolveu-se um processo de colaboração entre a organização da produção familiar e a inserção agroindustrial, dada a crescente tecnificação e especialização dos processos agrícolas. Com análises mais aprofundadas desse processo de sinergia, percebeu-se que este era favorável para a agroindústria, com uma dinâmica que abaixava os preços dos produtos de integração agroindustrial (Wilkinson, 1999).

O autor aponta ainda para estratégias com base na criação de cenários fora dos mercados tradicionais para inserção dos produtos e serviços da agricultura familiar. Oliveira e Mello (2006) destacam três tendências para a agricultura familiar presentes nos anos 1990: a ameaça de eliminação em função dos mercados de *commodities*, dada a necessidade de

¹⁸ Estratégias de desenvolvimento rural devem fundamentar-se na criação de condições para a introdução dos produtos agrícolas e não-agrícolas, e dos serviços da agricultura familiar fora dos mercados tradicionais de *commodities* agrícolas (Oliveira; Mello, 2006).

especialização que faria a agricultura familiar perder a diversidade, fator essencial para sua reprodução; o advento de oportunidades de mercados para a agricultura familiar, como os de nichos, mercados orgânicos, ou os informais; e o favorecimento dos processos produtivos da agricultura familiar em detrimento dos efeitos ambientais nocivos causados pela agricultura intensiva.

A segunda tendência pôde ser observada na agricultura familiar que foi foco dessa pesquisa, com a inserção dos agricultores em um mercado de nicho, que é o de café especial. Wilkinson (1999) trouxe a ideia de verticalização da produção agrícola, que visa a valorização de características artesanais de produção focadas na qualidade. A verticalização possibilita uma produção menos dependente da indústria, a reapropriação das fases de processamento e beneficiamento da produção pelas famílias agricultoras, além da possibilidade de comercialização em circuitos onde os agricultores têm maior poder de gestão. Ele aponta que a produção em pequena escala também é competitiva por visar esses nichos de alta qualidade, que podem ser conquistados por meio desse processo de verticalização. O autor menciona o SEBRAE, que incentiva essas atividades, enfatizando a importância de criar condições para que essas oportunidades sejam apropriadas pela produção familiar, e não por agricultores profissionais.

Contudo, Oliveira e Mello (2006) chamam atenção para a excessiva ênfase na verticalização que, para acontecer, necessita de acesso ao capital financeiro e ativo humano e social, fatores escassos para os agricultores financeiramente mais pobres. A entrada deles nesses mercados se dá de maneira desigual se não forem considerados esses ativos necessários para que eles administrem o processo. Portanto, o papel do cooperativismo é importante nessa dinâmica, pois viabiliza o acesso a esses elementos por meio de financiamento, comercialização, serviços de ATER etc.

Dadas essas condições, o agricultor se insere no mercado, que pode ter várias tipologias, como mostra Wilkinson (2010). Os agricultores dessa pesquisa se inserem no mercado de especialidades, de acordo com essa tipologia.

Quadro 1- Tipologia de mercados para a agricultura familiar

Mercado	Perfil
<i>Commodities</i>	Velhos e novos mercados locais e a distância
Especialidades (de nicho)	Discriminado por grau de associação com a Localidade/Tradição
Orgânicos	Grau de Associação à saúde e/ou a um modo específico de produção
Artesanais	Denominação de origem ou não
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda
Institucionais	Licitações, ofertas para varejo

Fonte: Wilkinson (2010).

Schneider (2016) aponta que a mercantilização pode ser compreendida como um processo social que consolida as bases de recursos das unidades de produção familiar e intensifica suas estratégias de reprodução. Segundo o autor, existem diversas maneiras de interação da agricultura familiar com os mercados, por meio da compra de insumos ou da contratação de trabalhadores externos. A posição desses agricultores nas relações mercantis vai depender do grau de interação com os mercados – podendo ir de quase autonomia ou completa inserção aos mercados, caracterizando dependência, e do destino da produção – para uso próprio ou para venda.

Como indicado anteriormente, os agricultores que foram o foco desse trabalho estão ligados ao mercado de nicho, que pode surgir, segundo Schneider (2016), conforme aumenta a demanda por produtos diferenciados, com uma logística acessível, ampliando o território de atuação do mercado desses produtos para outros lugares, podendo resultar em nichos. Os produtos que circulam nesses circuitos são acompanhados de “marcas” de origem, que valorizam sua procedência, as vezes formalmente por meio de indicação geográfica – mencionada na introdução desse trabalho.

Schneider (2016) apresenta uma tipologia interessante para os mercados da agricultura familiar, onde duas classificações chamam a atenção porque os agricultores que foram objeto dessa pesquisa se adequam a elas, e estas foram organizadas abaixo:

Quadro 2- Classificação de mercados da agricultura familiar

Mercado	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/modelo de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar, produtor simples de mercadorias	<i>Spot</i> ; Local, regional e territorial	Diversificado+ Complementariedade	Reputação/ Confiança+ Procedência+ Preços	Feira regional; feira nacional; redes de venda; eventos; loja especializada; restaurantes; associação de vendas; sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido	Concorrencial	Contratos+ Preços	Atravessadores; cooperativa; agroindústria; empresa privada; internet; supermercados

Fonte: Schneider (2016).

Os agricultores familiares de Piatã estão inseridos tanto em mercados locais e territoriais – apresentando todas as características deste, quanto nos convencionais, pois produzem mercadoria (café especial) que é comercializado principalmente através da cooperativa, mas também por empresas privadas, pela internet e em supermercados. É importante salientar que Schneider não vê tipos puros como uma possibilidade, “pois os processos de interação dos agricultores com os mercados são dinâmicos, ascendentes e descentes, horizontais e verticais, caracterizando-se pela mobilidade e inconstância” (Schneider, 2016, p. 130).

1.2 A agricultura familiar no estado da Bahia

A Bahia é o estado com o maior número de propriedades rurais no Brasil. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, tem uma área total de 564.733 km², e dos seus 762.848 estabelecimentos agrícolas, 593.411 (aproximadamente 78%) são de agricultura familiar, que ocupam 9.009.143 ha, 32,20% da área total de estabelecimentos (Silva; Reis; Couto, 2020). A agricultura familiar é um setor muito importante, por encarregar-se pela maior parte da oferta

de alimentos da população baiana. No que tange aos indicadores de pessoal ocupado, são 1.522.926 na agricultura familiar e 583.201 na agricultura não-familiar (Bahia, 2018).

Couto Filho (2007) aponta que a renda agrícola no estado da Bahia apresenta-se insuficiente para a reprodução das famílias rurais, o que leva essa população a buscar outras atividades não agrícolas para ocupar a mão de obra disponível e complementar a renda da agricultura. Dessa forma, a agricultura familiar começa a se transformar em uma atividade de tempo parcial.

A estrutura agrária baiana apresenta um alto grau de concentração de terra, que fica centralizada em poucos estabelecimentos, enquanto as pequenas unidades não possuem área suficiente para garantir a subsistência da família. A característica da estrutura agrária desequilibrada acaba induzindo ao êxodo da população rural do estado (Couto Filho, 2007). A tabela 1 mostra alguns dados do último censo agropecuário de 2017, e é possível observar que, apesar da quantidade expressiva e superior de estabelecimentos familiares no estado, a maior ocupação se dá no âmbito da agricultura não familiar, que concentra terras.

Tabela 1- Número de estabelecimentos e área ocupada, em hectares, na Bahia em 2017

Estabelecimentos	Agricultura familiar	Agricultura não-familiar
Número	593.411	169.437
Área Ocupada	9.009.143	19.011.716
% em relação à área total	32,20%	67,80%

Elaborado pela autora. Fonte: Análise do Censo Agropecuário de 2017 (SILVA; REIS; COUTO, 2020).

Couto Filho (2007) observa uma quantidade crescente de agricultores que trabalham em tempo parcial e que não produzem rendimentos apenas na lavoura, mas fora dela, com bens e serviços não voltados à agricultura. Isso é resultado de algumas características presentes no estado como atividades envolvendo uma agropecuária moderna, com base em *commodities* e conexão com agroindústrias; atividades não-agrícolas que são associadas à moradia, lazer e a atividades industriais e de prestação de serviço. O processo de modernização atingiu muitos agricultores através da queda de preços agrícolas, visto que a comercialização do excedente da produção desses agricultores representa a renda necessária para a manutenção das suas famílias rurais. Como efeito, eles precisavam buscar novas maneiras de obter renda.

[...] na Bahia, a agropecuária passa concomitantemente pelo processo da crise de produtos e modelos de produção tradicionais e pela implantação tardia do modelo

produtivista, implicando significativos impactos econômicos, sociais e ambientais. “Entende-se, então que o campo baiano apresenta uma grande pluralidade regional, com características muito distintas, o que leva à composição, não de um, mas de diversos “novos rurais”, cada um com uma dinâmica de ocupação da mão-de-obra no meio rural”. Os problemas no campo baiano, em sua maioria, ainda são decorrentes de fatores estruturais [...] (Silva, 2008).

Ainda segundo Couto Filho (2007), outras tentativas para obtenção de renda – como a inserção no setor terciário – representam uma estratégia de sobrevivência das famílias rurais para a garantia da sua reprodução. O autor aponta que, na Bahia, existe uma menor lucratividade das atividades econômicas, com condições de trabalho precárias, mas há uma ampliação das forças produtivas, similar às áreas rurais dinâmicas de outros estados brasileiros.

A maior parte dos agricultores familiares baianos (69,31%) estão enquadrados no Grupo B do PRONAF¹⁹, que é composto pelos agricultores com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00, o que caracteriza uma vulnerabilidade financeira e patrimonial. Estão nessa categoria 528.755 estabelecimentos familiares. Ainda de acordo com o Censo (2017), os agricultores baianos do Grupo B representam 32,2% do total de estabelecimentos da Região Nordeste e 19,30% dos estabelecimentos brasileiros, o que configura um relevante indicador de desigualdade. Existem ainda as categorias familiar grupo V, de renda bruta anual de R\$20.000,00 até R\$360.000,00 e familiar não Pronaf, de renda acima de R\$360.000,00, mas apenas 8,40% dos estabelecimentos baianos se enquadram no primeiro e 0,7% no segundo (Silva; Reis; Couto, 2020).

Silva (2008) aponta que na Bahia, a reorganização do setor agropecuário ocorreu no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, seguindo o modelo produtivista quando, no resto do país, a Revolução Verde²⁰ ocorreu na década de 1970. A autora mostra que no período compreendido entre 1985/1996, de acordo com o Censo Agropecuário desses anos, ampliou-

¹⁹ Os agricultores beneficiários do PRONAF são operacionalmente divididos em grupos com classificação baseada na renda bruta anual e montante financiado. A classificação é importante para direcionar cada um dos grupos a uma linha de crédito específica. O grupo A inclui os agricultores familiares assentados por diferentes programas de Reforma Agrária, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o grupo B é formado por agricultores familiares que tenham obtido renda bruta familiar anual de até R\$ 20.000,00 e que não contratem trabalho assalariado permanente; já o grupo A/C integra aqueles assentados de programas de Reforma Agrária, mas que tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”; por fim, o grupo V, de renda variável, englobando agricultores familiares que tenham obtido renda bruta anual R\$20.000,00 até R\$360.000,00 (Brasil, 2022).

²⁰ A chamada Revolução Verde ocorreu devido à propaganda de que o planeta passaria por uma grande fome, dado o alto crescimento populacional e a insuficiência na produção de alimentos. Moreira (2000) destaca que ela se deu através de pacotes tecnológicos, com o fomento da grande produção agrícola, da agroindústria, da agricultura de exportação e de empresas de insumos industriais – tratores e agrotóxicos.

se em 79% a quantidade de tratores por hectare e reduziu-se em 22% o número de ocupados, o que atesta a entrada do produtivismo no estado – logo no começo dos anos 1990, e a consequente crise na produção tradicional agropecuária, que ocorreu principalmente no Sul baiano.

Muitas microrregiões da Bahia, principalmente no semiárido, não passaram pela formação dos complexos agroindustriais, ou pela modernização agrícola ao longo da década de 1980, mas são esses territórios que possuem uma maior dinâmica ocupacional e de população. A queda dos preços agrícolas afetou essas áreas e, levando em consideração que o excedente que é comercializado possibilita renda para a manutenção e reprodução das famílias, os agricultores foram muito prejudicados. O valor que os produtores baianos pagavam às agroindústrias para a obtenção de insumos produtivos é muito maior do que os seus rendimentos. A realidade desses agricultores familiares é que eles têm muitos gastos com bens de consumo, que vão desde a alimentação até itens como eletrodomésticos, recebem pouco e pagam caro para produzir (Couto Filho, 2007). É por isso que surgem estratégias de sobrevivência, anteriormente mencionadas, como o abandono do trabalho rural pelos membros da família para procurar outras alternativas de subsistência e reprodução.

No cenário de modernização da agricultura brasileira com a Revolução Verde e a exportação do pacote tecnológico – que disseminava técnicas agrícolas dos países centrais para os países periféricos, através de ações de assistência técnica, com um consequente aumento da produtividade, mas também do desemprego, os agricultores estavam pressionados a endividar-se para melhorar a produtividade das lavouras voltadas ao mercado externo ou produção em escala para o mercado interno, visando o abastecimento do setor de transformação, de acordo com Silva (2008).

Segundo a autora, na Bahia, a desocupação da mão-de obra na agricultura ficou mais evidente nas áreas mais desenvolvidas no âmbito das tecnologias agrícolas, como a região Oeste do estado – onde foi implementada a agricultura moderna de grãos, e podia-se perceber os impactos do produtivismo. Entretanto, isso não se justifica apenas na modernização que, na Região Nordeste, alterou as relações de produção em apenas alguns espaços caracterizados como “Novo Nordeste”. A região Oeste da Bahia foi um exemplo de desenvolvimento agrícola baseado na especialização, em razão do cultivo da soja, o que atraiu muita mão de obra, mas acabou passando pela posterior crise de desocupação na agricultura.

A autora aponta ainda que áreas como o semiárido continuavam com os mesmos problemas relacionados à queda de preços e às secas. Os agricultores dessas regiões não conseguiam produzir para gerar excedentes que assegurassem sua reprodução, mesmo em períodos em que havia chuvas constantes. Nos momentos de seca, muitos acabaram vendendo suas terras por preços baixos, o que acaba colaborando com a concentração fundiária através da ampliação dos latifúndios. O efeito disso é que no fim das etapas produtivas eles continuavam sem recursos e optando pelo êxodo – para o Oeste ou o sub médio São Francisco, onde já predominava a agricultura moderna, ou por realizar outras atividades para complementar sua renda.

Mesmo nessa conjuntura, a agricultura familiar baiana ainda é responsável por boa parte da produção de alimentos nas lavouras temporárias. O arroz é um exemplo: 69,71% da sua produção em lavouras comerciais vem da agricultura familiar, contra apenas 30,29% da agricultura não familiar, segundo o último Censo Agropecuário (IBGE, 2019). A produção de feijão também é considerável: 40,24% é proveniente dos estabelecimentos familiares do estado. A importância desses estabelecimentos se dá também na criação de animais, como bovinos, equinos, suínos, ovinos e caprinos, uma vez que os dados do IBGE apontaram as maiores porcentagens de pecuária no estado sendo de estabelecimentos familiares, representando uma parte considerável da produção, principalmente para o mercado interno.

A agricultura familiar baiana continua ocupando o espaço de geradora de mão de obra barata, mas que se reproduz praticamente independente dos mercados. Existe uma centralização de agricultores no Grupo B do PRONAF no estado da Bahia, que é um grupo socioeconomicamente frágil. Já os agricultores familiares não Pronaf e do Grupo V são os que mais recebem financiamento e assistência técnica. Dos 2.732.790 estabelecimentos categorizados no Grupo B na Bahia, somente 247.870 (5,55%) dos estabelecimentos familiares foram favorecidos com assistência técnica e extensão rural. O acesso é muito menor comparado ao nível nacional: estabelecimentos familiares beneficiados, em escala nacional representam 18,17% do total. Na Bahia, a participação é bem menor, de apenas 6,61% (Silva; Reis; Couto, 2020).

Para compreender melhor a política de ATER e os seus acessos nas regiões brasileiras, principalmente no estado da Bahia, o próximo capítulo fará um histórico do surgimento dessa política no Brasil e seus desdobramentos, além da contextualização e definição da sua versão

na Bahia, que possui semelhanças e particularidades, além de descrever como é a execução por entidades privadas de ATER, que realizam ações nesse âmbito desde sua origem.

CAPÍTULO II. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA

Este capítulo traz, na primeira parte, uma breve síntese da história da ATER no Brasil, com uma contextualização dos acontecimentos que culminaram na lei que rege a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) com dados e apontamentos sobre os tensionamentos políticos que mudaram o cenário de ATER para a agricultura familiar no Brasil. A segunda parte do capítulo apresenta um panorama dos serviços na Bahia, que têm algumas particularidades dada a conjuntura política específica do estado. Apesar de o serviço público não chegar à região, é relevante a sua contextualização histórica tanto no Brasil quanto na Bahia, para a compreensão da trajetória desse tipo de serviço como política pública. A terceira parte trata da ATER privada que, no caso do município estudado, é executada por duas entidades: o SENAR e o SEBRAE.

2.1 Assistência técnica e extensão rural: dos primórdios à consolidação como política pública

As organizações patronais de produtores rurais (sociedades e associações) foram as responsáveis pela realização das primeiras atividades de assistência técnica no Brasil, pois esses proprietários tinham muita importância política e muita influência sobre o governo (Pettan, 2010). Na história brasileira, identifica-se uma assistência técnica privada voltada a produtores rurais a partir de 1827, quando foi criada, para melhorar os conhecimentos e simplificar a obtenção de máquinas, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Documentos dos anos 1859 e 1860 – decretos instaurando Institutos Imperiais de Agricultura – que idealizavam as primeiras atividades de assistência técnica a serem feitas pelo próprio setor ruralista, já orientavam de maneira rudimentar as ações e são os primeiros documentos oficiais do governo federal que regulamentavam tais serviços no Brasil. Esses institutos eram responsáveis por divulgação de informações, pesquisa e ensino agropecuário. A assistência técnica, caracterizada como fomentista, voltada para médios e grandes produtores rurais, mas também para agricultores familiares, principalmente os integrados às agroindústrias (Peixoto, 2008), visava principalmente aumentar a produtividade e expandir a produção para fomentar a incorporação de máquinas, equipamentos e tecnologia na agricultura, considerada tecnologicamente atrasada e com problemas de mão de obra e capital.

O Estado apenas fornecia suporte institucional para as iniciativas do setor ruralista (Pettan, 2010).

Com a proclamação da República em 1889, os grupos agrários dominantes permaneciam consolidados, sob controle dos cafeicultores paulistas. Em 1906, a antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, extinta nos primeiros anos do século XX, foi recriada como Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio durante o governo Affonso Penna, em 1906. Na esfera da assistência técnica, o governo visava levar o serviço ao interior dos estados, criando 12 inspetorias regionais em 1909 e, no ano seguinte, instituindo e regulamentando o ensino agrônômico.

O país já contava com algumas escolas de agronomia como a Escola Agrícola Prática São João da Montanha, em Piracicaba (atual Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e a Escola Superior de Agricultura de Lavras. Após a regulamentação, foram criadas a Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa, atualmente pertencente à Universidade Federal de Viçosa (Melo, 2020) e, durante o mandato de Nilo Peçanha, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), atualmente vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2019).

O decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, do governo Nilo Peçanha, que criou o ensino da agronomia no Brasil, já tinha várias premissas com referência à assistência técnica, como

“Cursos de Ambulantes de Agricultura”: treinamento profissional aos agricultores que não podiam acompanhar cursos regulares de ensino agrícola; “Consultas Agrícolas”: obrigava os institutos de ensino agrícola a atender às consultas que lhes fossem dirigidas; “Conferências Agrícolas”: autorizava a realização de palestras seguidas de demonstrações práticas realizadas pelos inspetores agrícolas, seus ajudantes e pelo pessoal treinado nos Cursos de Ambulantes; “Campos de Demonstração”: criação de áreas específicas para a divulgação dos conhecimentos práticos adquiridos em experimentações, tendo em vista o aumento da produção agrícola; “Fazendas Experimentais”: criação de fazendas destinadas ao ensino prático da agricultura (Pettan, 2010, p. 108).

Ainda segundo Pettan (2010), outras ações do Governo Federal fomentaram a assistência técnica, como a Lei 3.089 de 8 de janeiro de 1916 que permitiu ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio financiar livros e materiais de interesse agrícola, criação de postos zootécnicos e custeio de estações experimentais. Entre 1919 e 1922, com a expansão do papel do Ministério, as atividades de assistência técnica, antes

desempenhadas pelas organizações de proprietários rurais, começaram a ser executadas pelo Estado.

A crise mundial do capitalismo em 1929, com a instabilidade de preços que se seguiu, piorou a situação do café – que desde o século XIX era um produto dominante de exportação – nas poucas regiões onde era produzido no Brasil (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo). O declínio se intensificou a partir de 1930, quando os cafezais foram aos poucos sendo substituídos por pastagens. Segundo Pettan (2010), foi um momento marcante na política brasileira da Era Vargas, que se estendeu até 1945. Nessa conjuntura, os produtores rurais pressionavam o Estado e este priorizou ainda mais assistência governamental para os grandes produtores, incentivando a produção e a comercialização, com a criação de órgãos que dessem apoio setorial como o Instituto do Alcool e do Açúcar (1933), o Instituto do Cacau da Bahia (1931); o Conselho Nacional do Café, de 1931, entre outros.

Ainda de acordo com o autor, nesse cenário político o governo sancionou dois Decretos-Lei, o 7.449, de 9 de abril de 1945 e o 8.127, de 24 de outubro de 1945 (que mudou a redação do primeiro) que constituíram ações de assistência técnica muito importantes que

permitiram a subvenção estatal como fonte de recursos; determinaram que as associações²¹ tivessem como sede as “Casas Rurais” e que atuariam como órgãos técnicos consultivos dos governos municipal, estadual e federal; e obrigaram as Associações Rurais a: realizar a difusão de ensinamentos agro- pecuários e noções de higiene visando a melhoria das condições do habitat rural; promover a aprendizagem agro-pecuária e o ensino profissional de interesse agropecuário diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais; realizar periodicamente exposições e feiras distritais, municipais ou regionais sempre em colaboração com o Governo; manter serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios (Pettan, 2010, p. 113).

A Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada em 1948, obtendo apoio tanto de instituições públicas quanto privadas (Pontes, 2021). A ACAR foi idealizada pela *American International Association*²² (AIA) e, no caso do Brasil, o acordo foi com o estado de Minas Gerais, com ligação com a Escola Superior de Agronomia e Veterinária, de Viçosa, criada em 1929. Como aponta Pettan (2010), a nova modalidade de assistência era a extensionista, fundamentada em programas que aumentassem o nível técnico da agropecuária e melhorassem a vida das famílias rurais do país, com base nas premissas da Revolução Verde, já iniciada nos Estados Unidos.

²¹ As associações eram compostas de proprietários de estabelecimentos rurais que posteriormente serviriam como órgãos técnicos e consultivos do governo federal (PETTAN, 2010).

²² Agência filantrópica de projetos de cooperação técnica com foco em agricultura e conservação do solo, além de programas pró saneamento e alfabetização (Silva, 2009).

O serviço, no entanto, apresentava um caráter difusionista²³, modelo de ação criticado por Freire (1985). Não se tratava de um processo de educação libertadora, nos termos de Freire, mas uma tentativa de domesticar os agricultores. A ATER no Brasil era extremamente influenciada por esse modelo oriundo dos Estados Unidos. Esse país financiou diversas ações que influenciaram no estabelecimento da abordagem extensionista no Brasil, a exemplo da

criação em 1928 da atual Universidade Federal de Viçosa/MG que inovou nas práticas de AT ao país trazendo as primeiras manifestações extensionistas divulgando as “*Circulares de Extensão*” e realizando as “*Semanas do Fazendeiro*”; criação de várias instituições articuladoras de programas e financiadoras da cooperação técnica na agricultura, dentre elas: Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios (1943); Comissão Brasileiro-Americana de Assistência às Populações Rurais (1944); Escritório Técnico de Agricultura (1952); *Institute of Inter-American Affairs* (1938); *International Association for Economic and Social Development* (AIA) em 1939 (Pettan, 2010, p. 119).

Com a criação das novas ACARs nos estados, os serviços de ATER começaram a se consolidar a partir da década de 1950, baseando-se no modelo americano de condicionar os estabelecimentos rurais a alterar seu modo de vida “atrasado e tradicional” através da modernização, voltada para os médios e grandes produtores, como aponta Pettan (2010). A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) gerenciava as ações que, juntas, passaram a constituir, a partir de 1956, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), como parte das ações do governo de Juscelino Kubitschek.

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (Peixoto, 2008).

Pettan (2010) apontou que, durante o Governo João Goulart, a política nacionalista industrial priorizou as reformas de base – administrativa, bancária, agrária e fiscal. Seu governo tentou estabelecer diretrizes políticas para a agricultura, além de reconhecer a extensão rural como um mecanismo da política agrícola. Com o Plano Trienal (1963-1965), o Sistema Brasileiro de Extensão Rural foi totalmente incluído na política econômica do

²³ O modelo difusionista tem base comportamental e pode ser apropriado para difundir quaisquer comportamentos. O processo de difusão, segundo Rogers (1983), compreende uma pessoa ou instituição que detenha o conhecimento sobre uma inovação e outra pessoa ou instituição que não possua esse conhecimento. Além disso, abrange um canal de comunicação entre os indivíduos ou instituições. Para detalhes sobre a origem e a história do modelo difusionista, ver Rogers (1983).

governo. No âmbito da ATER, a intervenção governamental aumentou substancialmente e o comprometimento com a reforma agrária foi inserido nas ações.

O autor ainda indicou que outras iniciativas voltadas para a agricultura eram concomitantemente executadas, como políticas de crédito, pesquisa, preços mínimos, aquisição de máquinas e equipamentos, de fertilizantes e outros insumos, para viabilizar a capitalização de atividades agropecuárias. A base do plano, no entanto, era a geração de capitais – com políticas voltadas ao mercado para atender aos investidores – e reformas estruturais profundas, simultaneamente, o que levou a um cenário de fracassos econômicos. João Goulart foi derrubado pelo golpe militar, no dia 31 de março de 1964. A partir de então, inicia-se a segunda fase da ATER brasileira (Pettan, 2010).

Ao longo dos anos 1970 um sistema de planejamento foi instaurado, com o objetivo de coordenar e orientar a intervenção do Estado na agricultura, denominado Sistema Nacional de Planejamento Agropecuário (SNPA). Pettan (2010) aponta que o sistema nunca funcionou plenamente, apesar do cenário de forte intervenção do Estado para ampliar a oferta agropecuária e diversificar as exportações. A ATER difusionista era predominante e os extensionistas não estimulavam a participação dos agricultores, aplicando apenas metodologias pré-determinadas, que reforçavam o modelo que induzia os produtores a adquirir pacotes tecnológicos (Costa, 2018).

O período da ditadura marcou a chamada ‘modernização conservadora’, que foi induzida pelo Estado e, conforme Pettan (2010), instituiu algumas políticas agrícolas como o crédito subsidiado, incentivos fiscais, preços mínimos, comercialização, incentivo à pesquisa agropecuária, além da política de concessão de terras para empresas de setores como o financeiro, de serviços e industrial. Na esfera da ATER, o foco era a disseminação da produção agrícola mercantilizada, tecnificada e modernizada, com coordenação inicial da ABCAR, em nível nacional. A modernização tecnológica passou a ser prioridade do Estado, amparando os empresários rurais com um estruturado programa de crédito.

A modernização conservadora da agricultura no período militar reforçou a consolidação do capital no campo brasileiro, com o volume cada vez maior de financiamentos voltados para aquisição de máquinas e insumos para subsidiar essa modernização. Segundo Martins (2017), políticas de contenção dos movimentos camponeses também se fortaleceram, e a ATER continuou a atender os agricultores médios e grandes, que tinham efetiva possibilidade de adesão aos pacotes tecnológicos difundidos pelos extensionistas, no período

da Revolução Verde, o que fortalecia ainda mais esses agricultores que já dispunham de poder. O serviço, que já era muito tecnicista, priorizou apenas produtividade e difusão de tecnologias na agricultura (Pimentel, 2007).

Durante a ditadura militar, a ATER ficou subordinada ao Estado em todos os planos de desenvolvimento. Pettan (2010) faz uma análise interessante sobre a política em cada um desses planos. Segundo ele, no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED, 1968-1970), a ATER era fundamentalmente produtivista e tinha por principal objetivo facilitar a acumulação capitalista e suas normas e estatutos foram reestruturados. O público alvo passou a incluir, além das famílias rurais, lideranças locais, associações e cooperativas. Já o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1972-1974) optava pelas ações econômicas e produtivas, com uso intensivo de capital e incorporação tecnológica, agora com base na chamada 'Revolução Verde'. A função da Extensão Rural era a difusão dos pacotes tecnológicos, o que tomava todo o tempo dos extensionistas.

O ano de 1974 marcou o fim da ABCAR e a transformação da ACAR em EMATER (Empresa Pública Estadual de ATER). A ABCAR tinha total convergência com o I PND e com os técnicos e burocratas do Ministério da Agricultura, mas começou a perder poder e recursos ainda em 1973 com uma troca de ministros e consequente crise de relações com o Ministério. Foi então substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que passou a coordenar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) – que substituiu o SIBER. Essa mudança consolidou a linha produtivista do serviço. No plano político, significou a legitimação da linha na ação dos extensionistas com base na transferência de tecnologias para o aumento da produção e produtividade na agricultura. Com a ampliação do projeto modernizador, existia um nível de interdependência nos processos de geração e difusão de tecnologia que associava diretamente EMBRATER e EMBRAPA em um nível programático e operacional, além de se relacionarem no âmbito do sistema financeiro de crédito rural (Pettan, 2010).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975-1979) marcou os maiores índices de modernização da agricultura brasileira, com o serviço público de ATER focado principalmente nos grandes empresários rurais. Juntas, a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, criada em 1973 – e a EMBRATER passavam cada vez mais a reorganizar o setor agrícola através políticas específicas para cada sub-setor, de acordo com as diretrizes gerais do governo e seus planos de desenvolvimento, contribuindo para o

cumprimento das metas agrícolas estabelecidas em cada plano. O difusionismo produtivista da ATER estava no seu auge, com os extensionistas tendo como principal objetivo a persuasão dos agricultores para adquirir as tecnologias. Nesse período também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), no ano de 1976, para ser uma organização de formação profissional do trabalhador rural, realizando também assistência técnica profissional dentro dos moldes da “modernização tecnológica da agricultura” (Linhares, 2021).

Mais tarde, com o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND, 1980-1985), a ATER continuaria sendo mecanismo de modernização, agora formalmente reorientada aos pequenos e médios agricultores. A metodologia de trabalho era voltada à expansão da área de atuação dos técnicos. Essa mudança de direcionamento, segundo Pettan (2010), se deu através da força do sindicalismo rural, pelo reconhecimento de que os supostos benefícios da Revolução Verde não alcançavam os pequenos agricultores, levando o governo, pela primeira vez, a considerar a redução de desigualdades sociais e redução dos níveis de pobreza em um plano de desenvolvimento.

O fato de as inovações tecnológicas serem a base das ações extensionistas induziu a críticas e discussões na década de 1980, principalmente no âmbito acadêmico, no que tangia ao não envolvimento do agricultor como sujeito dos processos de mudança (Lelis; Coelho; Dias, 2012). Avaliações e discussões entre teóricos da extensão concluíram que o modelo difusionista e produtivista excluía os médios e pequenos agricultores, fortalecendo os grandes empresários rurais no processo de modernização e monetarização da agricultura, que gerou inúmeras crises em vários aspectos.

Os anos 80 também foram marcados pela redemocratização do Brasil após o fim da ditadura militar. José Sarney torna-se presidente efetivo em 1985 após o falecimento do presidente eleito de quem era vice, Tancredo Neves. As novas instituições estatais relacionadas ao setor agrícola passaram a ser compostas por perfis mais progressistas, como Romeu Padilha de Figueredo, crítico do extensionismo brasileiro, que se tornou presidente da EMBRATER. Como apontado em Pimentel (2007), é um momento em que a extensão rural no país reflete sobre o seu papel, numa dinâmica de autocrítica, repensando o resgate dos pobres do campo, em uma conjuntura onde há destaque para a obra de Paulo Freire, que critica o sistema de extensão, além de novas discussões sobre a redemocratização do Brasil, e

surgimento de muitos movimentos sociais, culminado por greves e protestos de pequenos agricultores, principalmente no Sul do país.

A ATER ficou marcada, ainda nesse período, por buscar a promoção da participação do agricultor como sujeito das ações. É um enfoque dado em um momento onde os pequenos produtores passaram a visar uma maior inserção nos mercados, dado o contexto de modernização. De acordo com Freire (1985), o técnico não deveria mais ser um mero agente de mudança, nem persuadir o agricultor.

Não lhe cabe portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. Como educador, se recusa à “domesticação” dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão (Freire, 1985, p. 14).

Ainda na década de 1980, a extinção da EMBRATER já era uma possibilidade, pois entendia-se que seu único papel era o de repassar verbas do governo federal para empresas de extensão rural estaduais. Os primeiros sinais eram através dos cortes de financiamento e redução de atuação. A chamada ‘operação desmonte’²⁴ acabou por extinguir a EMBRATER em 1989, ainda no governo Sarney, o que intensificou a crise da ATER brasileira (Martins, 2017).

Houve uma grande mobilização dos grupos defensores da EMBRATER, que fizeram muita pressão política, articulando grupos como a Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público (FASER), a CONTAG, além de milhares de extensionistas e pequenos agricultores de todo o país, o que resultou em uma grande mobilização desses grupos que defendiam a EMBRATER, pois a percepção era de que o seu enfraquecimento político se intensificava, o que faria com que os repasses para as EMATERs também fossem prejudicados, afetando a ATER em todo o país. Com apoio da CONTAG, esses grupos se concentraram no gramado do Congresso em uma mobilização em 1988, o que acabou suspendendo a dissolução da empresa (Pettan, 2010).

As idas e vindas da EMBRATER foram constantes e a tentativa seguinte de extinção foi em 1989, com um decreto de dissolução. Entretanto, um Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado nesse período, o que fez com que a empresa renascesse juridicamente. Em 1988, vários governadores defenderam sua permanência, incluindo Fernando Collor de Mello – na época, governador de Alagoas. No ano seguinte, já como Presidente, ele foi o responsável

²⁴ Grande reforma administrativa anunciada em 1988, parte de um conjunto de ações do Ministérios da Administração e da Fazenda (Pettan, 2010).

pela extinção definitiva da EMBRATER, no primeiro dia do seu mandato. Em 1990, durante o Plano Collor I, houve a vinculação das atividades da empresa, após o seu fim, ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA).

Nesse período, a EMBRAPA ficou responsável por coordenar os serviços de ATER através do SIBRATER, que também foi para o seu campo de abrangência. Pettan (2010) ressalta que o papel de realização da ATER, exercido pela EMBRAPA, deveria deixar claras tanto as ações públicas quanto as privadas, além do papel do governo federal e dos demais níveis. Essa dinâmica foi alterada, no entanto, em 1992, quando Collor renunciou e o MARA passou a ser responsável pela ATER. Em novembro desse mesmo ano, ele se transformou no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA), pela Lei nº 8.490. O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) foi criado em 1994, no âmbito do MAARA, sendo fundamental no âmbito das políticas públicas para a agricultura no Brasil e, posteriormente, no empenho para a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Martins, 2017).

Ainda nos anos 1990, segundo Pontes (2021), havia o aumento da pressão dos movimentos sociais do campo. O movimento sindical tomava novas formas, pois passava a orientar as reivindicações e demandas para a reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares. Um marco importante desse período foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), respondendo às demandas dos agricultores familiares. Havia barreiras para este setor acessar créditos, uma vez que, para os bancos, não tinha base patrimonial. Abramovay e Veiga (1999) explicam que

[...] deixadas, entretanto, ao livre arbítrio do mercado, essas atividades dificilmente seriam financiadas – não por possuírem rentabilidade duvidosa, mas por representarem custos de transação bancária superiores à sua rentabilidade potencial (Abramovay; Veiga, 1999, p. 39).

De acordo com Pimentel (2007), em 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso estava procurando estabilidade econômica, continuando as privatizações do governo Collor, que logo afetaram as empresas públicas de ATER. A crise nos serviços se agravou, principalmente com o comprometimento do orçamento das EMATERs, o que levou ao aumento da prestação dos serviços de ATER por diversas outras organizações como cooperativas, associações e empresas privadas. Com o fim da EMBRATER, cada estado configurava sua EMATER, o que resultou na heterogeneidade dos serviços pelo país, pois as organizações estaduais tinham regularidade e qualidade diferentes (Pettan, 2010).

Silva (2020) aponta que Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999 ainda no Governo FHC, foi responsável pela coordenação da institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Foi estruturado com duas importantes secretarias: a Secretaria de Reforma Agrária (SRA) e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Em 2000, a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC), substituta da Secretaria de Desenvolvimento Rural²⁵ (SDR), passou a atuar com o Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER), que substituiu o DATER, alterando a coordenação do SIBRATER.

As ações do MDA, contudo, estavam limitadas por barreiras no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que era voltado ao agronegócio e aos grandes empresários rurais e o responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas públicas nesta área (Pettan, 2010). A execução das ações de ATER exige uma equipe multidisciplinar, o que, por sua vez, necessita de planejamento de recursos. Esse planejamento também precisa seguir o calendário agrícola, para que a política tenha resultado eficaz (Silva, 2020).

A PNATER foi elaborada em 2001 durante um período relevante no governo FHC em termos das decisões governamentais na construção da política de ATER. A proposta de implantação, no entanto, não foi formulada e a lei só foi sancionada mediante aprovação do Congresso Nacional anos mais tarde – com algumas alterações após novos debates feitos e propostas atualizadas no contexto político do governo Lula, em 2010. Foram realizadas diversas consultas em um processo participativo, com diversas entidades e representações da agricultura familiar, como ONGs atuantes na extensão rural, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representantes das 27 entidades públicas estaduais de assistência técnica e extensão rural e a Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). Ademais, participaram professores da disciplina de extensão rural de diversas universidades brasileiras, que produziram documentos que foram apresentados pela CONTAG para avaliação (Caporal, 2014).

A PNATER é uma política que serviu de base para os estados adequarem seus programas de ATER. As premissas dessa política são divergentes da ATER tradicional, difusionista, e seus princípios incluem

²⁵ Criada pelo Decreto 769 de 10 de março de 1993, que era responsável por cargos e alguns órgãos na esfera do MAARA (Pettan, 2010).

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (Brasil, 2010).

Isso implica em uma barreira na esfera estadual, onde o difusionismo era o modelo dominante. Se a política nacional vai de encontro com isso, os serviços ficam limitados. Institutos de pesquisa, universidades e instituições de fomento precisariam mudar o direcionamento produtivista, repensar a formação do corpo docente, assim como os extensionistas, que tinham essa mentalidade dominante, o que não ocorreu. De acordo com Caporal (2014), nem todos os estados adotaram a PNATER em sua integridade, visto que o repasse federal representava menos de 10% do seu orçamento. Nesse sentido, o MDA não tinha como impor que as instituições estaduais seguissem as premissas da política nacional.

Em 2003, durante o Governo Lula, a responsabilidade pelos serviços de ATER foi transferida do MAPA para o MDA através do Decreto n. 4.739 (instituído em 13 de junho de 2003, e revogado pelo Governo Federal em 05 de fevereiro de 2020), que passou a coordenar as ações junto ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Essas mudanças, em conjunto com a elaboração da PNATER, acabaram dando outras perspectivas à política, e seu longo período de abandono desde a extinção da EMBRATER começava a dar lugar à reestruturação de novas articulações dentro do cenário político do país. Houve proposta de mudanças no caráter difusionista das práticas, deixando de lado a persuasão e a ideia de superioridade do saber científico em detrimento da valorização dos conhecimentos populares, como indicado por Freire (1983).

Caporal (2020) explica que as metodologias participativas são fundamentais na dinâmica da ATER, pois são os agricultores, conhecedores dos agroecossistemas, que vão ajudar a fazer o diagnóstico e a análise destes. As fases de manejo, comercialização e consumo também precisam ser permeadas pela participação desses agricultores. Nesse sentido, os agentes de ATER precisam atuar como facilitadores, incentivando as práticas sustentáveis em um processo educacional de troca e não de difusão de saberes, pois “a educação é comunicação é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (Freire, 1983, p. 46).

As ações que instrumentalizaram a PNATER são provenientes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), lançado em 2005 pelo MDA (Martins, 2017). A Lei n. 12.188 de 11 de janeiro de 2010 institui a PNATER, com a principal finalidade de ofertar

serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (Brasil, 2010).

Importante ressaltar a relevância do caráter continuado do serviço que, segundo Castro (2015), influencia na construção de uma boa relação entre técnicos e agricultores, o que favorece a evolução das ações e gera melhores resultados. Entre os principais objetivos da política, estavam a adoção de uma metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar; serviço gratuito e de qualidade; adoção de bases ecológicas e produção sustentável; desenvolvimento rural baseado na preservação ambiental. Acreditava-se que a ATER poderia ser um importante instrumento de desenvolvimento rural por meio de metodologias participativas, dialógicas e sustentáveis, com foco em uma abordagem multidisciplinar baseada na agroecologia, em um processo educativo contínuo (Vieira, Bernardo e Lourenzani, 2015).

Os objetivos da política eram divergentes dos princípios da antiga ATER difusionista, que tinha um caráter persuasivo e domesticador, que induzia os agricultores a fazer escolhas baseadas na modernização agrícola. A ideia de desenvolvimento rural proposto pela ATER deixava de ser baseada em aumento das condições de produtividade e passava a considerar outras características como manejos produtivos com aspectos mais sustentáveis, melhoria da qualidade de vida dos agricultores e maior aproximação com a natureza. A PNATER determinava ainda os seus beneficiários, que incluíam assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos, demais povos e comunidades tradicionais, além dos agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores que se enquadravam na Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006 que, de acordo com a lei de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2010).

Com a instituição da PNATER, a contratação da ATER passou a acontecer por meio de chamadas públicas, de forma descentralizada e terceirizada, com a publicação formal de um edital, o que pode possibilitar, de acordo com Martins (2017), um serviço mais compatível

com as aspirações dos agricultores e que não seja tão padronizado. A PNATER determina então que a chamada pública deve incluir, no mínimo,

I - o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta; II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário; III - a área geográfica da prestação dos serviços; IV - o prazo de execução dos serviços; V - os valores para contratação dos serviços; VI - a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços; VII - a exigência de especificação pela entidade que atender à chamada pública do número de profissionais que executarão os serviços, com suas respectivas qualificações técnico-profissionais; VIII - os critérios objetivos para a seleção da Entidade Executora (Brasil, 2010).

De acordo com o Art. 15 da Lei, para executar as ações, as entidades com ou sem fins lucrativos, privadas ou públicas precisam

I - contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural; II - estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos; III - possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicitar o credenciamento; IV - contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade; V - dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso; VI - atender a outras exigências estipuladas em regulamento (Brasil, 2010).

Outro fato importante foi a promulgação da Lei n. 12.897 de dezembro de 2013, criando a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que coordenava os programas de ATER. Sua criação foi, segundo Martins (2017), uma resposta às discussões levadas à frente na 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER) em 2012, quando foram realizadas diversas conferências pelo país nas quais se debateu, além da criação de um Sistema Nacional que resultou na ANATER, a importância de repensar os recursos voltados ao serviço, a articulação da política com outras voltadas à agricultura familiar.

Os recursos da União para os serviços de ATER, no entanto, acabaram sendo desigualmente distribuídos, com menos unidades de agricultura familiar sendo mais beneficiadas em territórios específicos, no período entre 2003 a 2014. Segundo Pontes (2021, p. 28), “regiões com maiores necessidades orçamentárias e maiores proporções em termos de produção rural familiar, como o Nordeste, ficaram em desvantagem”²⁶.

Silva (2020) observa que, nesse período, por conta de disputas políticas no interior do governo, este adotou um programa neoliberal representativo dos interesses das classes mais

²⁶ Os estados da região Sul do Brasil foram os que mais receberam recursos no período mencionado, de acordo com dados apresentados na pesquisa de Diniz e Hespanhol (2018, p. 16).

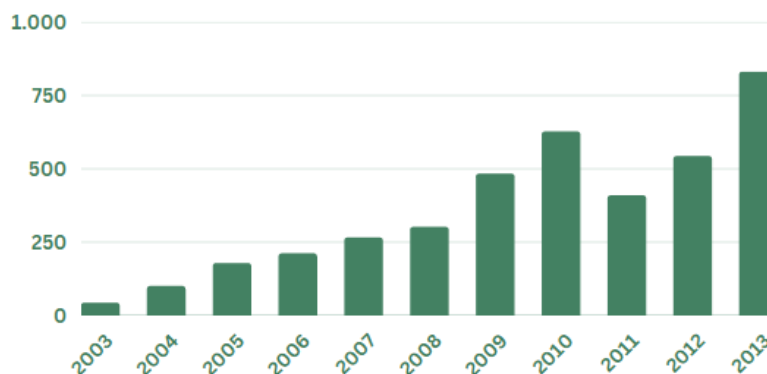
privilegiadas, em determinadas regiões do país. Favoreceu ganhos de capital, garantindo a acumulação capitalista e fomentando o poder da burguesia, através de crédito subsidiado, isenções fiscais e estrutura tributária regressiva, o que impactou no aumento das desigualdades.

A autora ressalta ainda que essa acumulação capitalista se deu por diversas vias, incluindo o produtivismo, que se manteve no âmbito agrícola através, por exemplo, do aumento do uso de excessivo de agrotóxicos a partir de 2005. A diversificação produtiva, que deveria ser instrumento para promoção da soberania alimentar e nutricional, continuava dando lugar aos monocultivos. A institucionalização não assegurou a oferta do serviço e nem a suspensão de dinâmicas já existentes.

A partir de 2003, o difusionismo ainda podia ser percebido pelas representações presentes no MAPA, na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e até pela própria Agência Nacional de ATER, que estabeleceram a difusão tecnológica produtivista através da ATER. Ao mesmo tempo em que a política foi formulada trazendo bases agroecológicas e participativas, a agência visava impulsionar a transferência de novas tecnologias.

Ao analisar o orçamento governamental desde o início do governo Lula em 2003 até meados do primeiro governo Dilma, em 2013, observa-se que de R\$ 42 milhões, os valores para a ATER voltada aos estabelecimentos de agricultores familiares chegaram em R\$ 830 milhões, como mostra o gráfico 1. No entanto, o aumento na oferta dos recursos não assegura que os princípios da PNATER estejam estabelecidos nas estruturas estaduais nem na prática de execução das atividades. Caporal (2014) observa que, como os recursos federais representam menos de 10% do orçamento das instituições estaduais, cada entidade se vê livre para adotar total ou parcialmente as orientações da PNATER, o que pode explicar a consolidação do difusionismo.

Gráfico - Orçamento da ATER em milhões de reais



Fonte: Silva, 2020 (Relatório das atividades: ATER. MDA, 2016).

Ainda durante o governo Dilma, no Plano Brasil sem Miséria (PBSM-2011), famílias que contavam com ATER receberam apoio financeiro do governo para instituir projetos produtivos de acordo com a orientação da PNATER, com ajuda das equipes de ATER, o que as incluía em outras políticas públicas – como o PRONAF – e permitia acesso ao mercado.

No segundo mandato da presidenta Dilma, que se iniciou em 2015, a legitimidade do seu governo passou a ser questionada. Segundo Silva (2020), o país começava a passar por uma crise econômica e política que estava em curso desde 2008. Aberto o processo de *impeachment*, Michel Temer, vice-presidente, assume a presidência em 2016, iniciando um desmonte de políticas públicas anteriormente instituídas, começando com a MP n. 726/2016, que revogou diversos programas e extinguiu órgãos voltados para populações rurais, como o MDA.

Rossi e Mello (2017) apontam que, em períodos de ajuste fiscal e cortes de financiamento, a austeridade é um fator determinante na dinâmica de desmonte, e as políticas públicas são sacrificadas em prol da estratégia de redução de gastos públicos. A política econômica austera dissolve a capacidade do Estado de executar políticas sociais. Trata-se de um instrumento que traz uma falsa ideia de retomada do crescimento, mas que tem impactos negativos sobre as políticas, penalizando a população mais pobre.

Políticas públicas não são imunes à situação política e socioeconômica na qual estão inseridas. Dependendo do cenário – mudança de ação governamental, por exemplo – podem

ocorrer mudanças significativas de orientação da política e do entendimento de seus objetos. Ao se pensar no processo de desmonte, considera-se o tipo de intensidade, que pode ser substancial, com a diminuição do público-alvo da política, ou formal, quando as condições de *enforcement* – que é a execução apropriada de processos que garantam o cumprimento das leis –, capacidade produtiva ou os procedimentos de operacionalização são afetados. No caso da ATER, no cenário de austeridade do governo Temer, houve contenção de recursos na política e, nesses termos, a intensidade do processo era formal, como apontado anteriormente. É importante ressaltar que é comum que conflitos políticos estejam por trás não só da construção, mas também do desmonte das políticas, e sua extinção ou o que posteriormente possa ser colocado no lugar traduz claramente um recado a ser interpretado (Mello, 2020).

O governo Temer extinguiu o MDA em 2016 com a justificativa de necessidade da aplicação do ajuste fiscal. Isso representou a perda de espaço político das classes não dominantes no âmbito do Estado e as políticas para a agricultura familiar e reforma agrária foram inseridas em outras estruturas estatais e fragilizadas. No segundo ano do governo, mais medidas foram tomadas, como a substituição da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) pelo CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) através do Decreto n. 9.064/2016, que no seu Art. 1º determina que

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais deverá considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os empreendimentos familiares rurais e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF (Brasil, 2017).

O Art. 3º do Decreto determina ainda que as UFPAs devem fazer o uso de metade da força de trabalho familiar na produção e metade dos seus rendimentos precisam vir do estabelecimento familiar. Ademais, determina no Art. 6º que o CAF vai substituir a DAP para acesso às ações e políticas públicas voltadas à UFPA, empreendimentos familiares e outras formas de organização da agricultura familiar, mas até a conclusão da sua implementação, a DAP²⁷ continua sendo o instrumento utilizado (BRASIL, 2017). Isso acaba excluindo uma parte da população que acessa as políticas pois, como apontado por Silva (2020), as famílias mais vulneráveis geralmente optam pela estratégia de trabalho temporário, e o rendimento agrícola proveniente disso compõe o rendimento total.

²⁷ A Declaração de Aptidão ao PRONAF pode ser solicitada por agricultores familiares, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), diretamente junto a sindicatos, associações de trabalhadores rurais, escritórios das entidades estaduais de ATER, ou nos escritórios regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O solicitante precisa apresentar RG e CPF próprios e, se for o caso, do cônjuge, para dar entrada no pedido de emissão do documento (Brasil, 2023).

A Proposta de Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “PEC da morte”, que instituiu o novo regime fiscal, foi outra medida do governo Temer. Com ela, os gastos públicos seriam congelados pelos próximos 20 anos (Brasil, 2016), o que certamente afeta as políticas voltadas para a agricultura familiar, incluindo ATER. O que aconteceu com a ATER foi um ajustamento aos referenciais globais, por meio das regras e valores hegemônicos, o que interferiu nas interpretações sobre a política, inserindo novas ideias do que é a extensão rural e mudando as relações de poder entre os atores envolvidos.

Esse cenário na política nacional de ATER certamente atingiu as políticas estaduais, que dependem dos recursos federais e sofreram com cortes de financiamento que, conseqüentemente, afetaram o desempenho dessas políticas públicas, como foi o caso da Bahia. A seguir, é apresentado o contexto da criação e desenvolvimento da política de ATER no estado, bem como seus desdobramentos e particularidades.

2.2 A Assistência Técnica e Extensão Rural na Bahia

A Bahia é o maior estado da região Nordeste, com uma área de 564.760 km². São 417 municípios que, juntos, somam 14.141.626 habitantes. Aproximadamente 15% dessa população ocupa estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2021). Além disso, possui aproximadamente 78% dos estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil (Silva; Reis; Couto, 2020).

O estado acompanhou a rota da extensão rural nacional produtivista. A modernização tecnológica já podia ser verificada no estado na década de 1980, com um dinamismo que era até então desconhecido, com a expansão do café na Chapada Diamantina, a agricultura de grãos na região Oeste e o Polo Florestal no Extremo Sul (Bahia Pesca, 2015).

O serviço de ATER é ofertado no estado desde 1954, quando o Banco do Nordeste criou a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), voltada aos proprietários rurais, que posteriormente tornou-se a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCARBA), como aponta Viana (2017). A partir de 1970, dadas as mudanças na legislação por causa da federalização da ATER, foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA) para a operacionalização dos serviços, mantendo-se até 1991 (Pontes, 2021).

Com as mudanças ocorridas no âmbito das políticas para a agricultura familiar, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) foi criada no ano de 1991, em um cenário de redução de recursos federais para políticas agrícolas dos estados. A empresa possuía, até o período da sua extinção em 2014, 20 gerências regionais, 10 centros de formação de agricultores familiares, 19 estações experimentais e 132 escritórios locais, e foi uma das responsáveis por alterar o padrão produtivo agrícola da Bahia, cujo cenário era de importação de diversos produtos alimentares (Silva, 2020).

A EBDA logrou algumas parcerias importantes, pois além do serviço de ATER, realizava convênios através do MDA, como o de 2009 com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), com R\$27 milhões em investimentos para as atividades de ATER em comunidades rurais do estado, como formação de redes de troca de experiências; desenvolvimento de tecnologias socioambientais para cada tipo de bioma; desenvolvimento de modelos agroecológicos; agregação de valor à produção familiar, entre outras (FAPESB, 2010).

Ademais, foram feitas parcerias com instituições privadas para prestar o serviço onde a EBDA não chegava. Entretanto, o seu modelo começou a ser motivo de conflitos ideológicos no interior do estado sobre a concepção de ATER e questionamentos pelos movimentos e organizações sociais, a partir de 2010 – ano da reeleição do governador Jaques Wagner. Na Bahia, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – partido que teve o primeiro governador eleito no estado em 2006 – foram formados por distintas coligações partidárias, o que naturalmente gera conflitos. O fato de um dos primeiros diretores da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) ser do grupo carlista²⁸, de oposição, foi uma das causas de divergências políticas – como a criação da Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF), por exemplo, que foi resultado de reivindicações dos movimentos populares (Silva, 2020).

A SUAF foi um marco estadual importante durante o primeiro governo Wagner. Vinculada ao governo do estado, tem o objetivo de realizar “o planejamento, gestão e articulação de programas, projetos e ações voltadas para a promoção, estímulo e estruturação das atividades econômicas desenvolvidas por agricultores familiares, suas organizações e

²⁸ Carlismo é um grupo sob a liderança de Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), um dos políticos mais influentes da Bahia por quatro décadas. Dos seus três mandatos, foi nomeado pelo regime militar em dois deles, em um período que, como já descrito ao longo deste capítulo, a modernização conservadora da agricultura estava em curso baseada, entre outras coisas, em uma ATER difusionista, modelo endossado por aqueles que se identificavam com o grupo carlista.

demais segmentos, de forma sustentável e alinhada com o desenvolvimento da Bahia” (Bahia, 2018).

No segundo mandato de Jaques Wagner, iniciado em 2011, a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (PROATER) foram estabelecidos. A PEATER, formulada e supervisionada pela SUAF, tem as mesmas premissas da PNATER, apenas com um adicional no inciso IV do Art. 3º que aponta que os princípios agroecológicos devem ser “construídos a partir da articulação do conhecimento científico, empírico e tradicional”. Já o PROATER tem como propósito a execução e organização da ATER através das instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos (Bahia, 2011).

É uma política pública agrícola voltada para a promoção da produção familiar, visando inserir as famílias agricultoras nos mercados, incluindo feiras, o PAA e o PNAE, além da priorização da segurança e soberania alimentar e nutricional. Silva (2020) aponta que o objetivo de inclusão nos mercados e a necessidade de produção de excedente faz com que siga o processo de reprodução do capital.

A PEATER, acompanhando a política nacional, também seleciona entidades para execução dos serviços através de chamada pública, o que lhe tira a função de executor e o responsabiliza apenas pela coordenação e regulação das ações. Entre os critérios para seleção das entidades executoras, dispostos no Art. 13 (Brasil, 2011), estão experiência e capacidade para lidar com o público da política, qualidade técnica e qualificação da equipe, processos que respeitem a sustentabilidade ambiental e a agroecologia, entre outros.

As divergências durante a implementação da política começaram a surgir quando a EBDA começou a considerar a descentralização da ATER como uma forma de privatização, enquanto os movimentos e organizações sociais rurais achavam a descentralização positiva. A EBDA tinha um papel conflituoso no âmbito do governo, pois apresentava problemas como pendências trabalhistas, baixos salários, descumprimento de acordos etc, o que levou à sua extinção em 2014. Isso traduziu a falta de comprometimento do governo do estado com a instituição: não priorizava investimentos na empresa e fazia cortes constantes no orçamento. A justificativa era, além do ajuste fiscal que ocorria no país, a insuficiência nos serviços – argumento que favorece a privatização. Não houve uma luta dos movimentos sociais pela permanência da empresa por causa do caráter do serviço (difusionista) e por ela não fazer nada além de laudos técnicos e emissão de DAP, o que era insuficiente (Silva, 2020).

As competências da EBDA foram transferidas para um novo órgão, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), criada pela lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014, durante o período de transição do governo Wagner para o de Rui Costa. Nesse momento também foi instituída a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), responsável pela agricultura familiar na Bahia. Segundo Silva (2020), esta foi uma resposta do governo estadual às demandas de movimentos e organizações sociais por uma secretaria específica para atuar nos assuntos da agricultura familiar.

A SUAF e a CAR foram transferidas para a SDR e a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) passou a ser chamada Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. Como ocorreu em âmbito nacional com o MDA e o MAPA, a agricultura era responsabilidade de duas secretarias: a SEAGRI para a agricultura patronal e a SDR para a familiar. Essa configuração está em vigor até os dias atuais na Bahia.

2.3 A ATER de caráter privado: a atuação do SENAR e do SEBRAE

Quando de minha ida a campo em Piatã, a expectativa era a de encontrar o serviço proveniente do governo do estado, através da BAHIATER, executando ações em prol da agricultura familiar no município. Mas, não há serviços públicos de ATER em Piatã, apenas de duas entidades privadas, o SENAR e o SEBRAE, através de dois técnicos.

A privatização de serviço como a ATER é um processo que envolve verificar o que é ofertado. Tecnologias – que se enquadram como bens privados, informações sobre preços ou práticas agrícolas – genéricas ou específicas, podem ser uma fonte de lucro para essas entidades e, portanto, são ofertadas a quem se dispõe a pagar. É importante ressaltar que organizações privadas, diferente das instituições públicas, são mais propensas a atuar de maneira mais seletiva em relação ao que pode ser ofertado (Diesel et. al., 2008).

Uma dessas entidades atuantes em Piatã é o SENAR, que é vinculado à CNA e faz parte do chamado ‘Sistema S’, mas possui uma identidade particular. Esse sistema é formado por organizações das entidades corporativas de diferentes segmentos direcionadas ao treinamento profissional, consultoria, assistência social e técnica, com o objetivo de inclusão produtiva e técnica da população no mercado de trabalho. Ademais, são entidades que

capacitam e realizam treinamentos para a formação de uma mão de obra que atenda o grau de qualificação exigido pelas empresas (Niquito; Ely; Ribeiro, 2018).

Linhares (2021) aponta que a formação do SENAR se dá já no contexto do golpe militar de 1964 – que era de interesse do patronato rural, representado pela Sociedade Nacional Agrária (SNA) e pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), além da CNA. Ainda de acordo com a autora, nesse período, a política extensionista reforçava a lógica produtivista e adentrou o campo com um caráter assistencialista fornecendo crédito e aulas para as populações rurais, em especial os pequenos produtores, o que camuflava o impacto dos movimentos coercitivos das classes dominantes sobre essas populações, ou seja, sugeria a ideia de essas populações eram parte da lógica produtivista, e não alvo dela.

O SENAR foi criado em março de 1976, pelo Decreto nº 77.354²⁹, e inicialmente prestaria assistência técnica e atividades de formação para a classe trabalhadora rural. Foi alvo de disputas entre a CONTAG e a CNA. A lógica produtivista na agricultura passou a avançar, ampliando o caráter profissionalizante da formação rural para a “nova realidade” do campo brasileiro, advinda da modernização conservadora. A partir daí, a CNA reforça o processo de disputa, conseguindo, em 1991, a vinculação ao SENAR, que deixou de ser ligado ao Ministério do Trabalho (Linhares, 2021).

Essa movimentação consolida um processo que vem desde o final dos anos 1980, com as contradições e desigualdades acentuadas no campo. A maneira como se configura o SENAR aponta para um projeto, alinhado à CNA, de formação de uma classe trabalhadora do campo que está correlacionado à lógica da validação do agronegócio ou do uso de agrotóxicos, por exemplo. Linhares (2021) aponta o processo de reorganização com a Lei nº 8.315³⁰ de 23 de dezembro de 1991, quando o SENAR passa a ser uma entidade de direito privado, paraestatal, vinculada à CNA e mantida pela classe patronal, com sua administração feita a partir de um Conselho Deliberativo tripartite.

²⁹ Criou o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR, diretamente subordinado ao Ministro de Estado do Trabalho, com autonomia técnica, administrativa e financeira [...] (Brasil, 1976).

³⁰ Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), para organização, administração e execução, em todo o território nacional, do ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais (Brasil, 1991).

De acordo com o Art. 6º do Regimento Interno³¹, o Conselho Deliberativo tem a seguinte composição:

- I - o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que será o seu Presidente nato;
- II - um representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- III - um representante do Ministério da Educação e do Desporto;
- IV - um representante do Ministério da Agricultura e Abastecimento;
- V - um representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- VI - um representante das Agroindústrias, indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- VII - cinco representantes da Confederação Nacional da Agricultura - CNA;
- VIII - cinco representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

Linhares (2021) destaca que, de acordo com a CNA, ter o SENAR como sua instituição subordinada possibilitaria aos empresários – em referência aos agricultores – demonstrar sua capacidade de produzir, de melhorar a qualidade da mão de obra e a vida no campo, reduzindo o problema do êxodo rural e aumentando a produtividade, discurso que também é entoado atualmente pelos técnicos do SENAR no município estudado.

Há um desequilíbrio na organização do SENAR em termos de participação da classe trabalhadora rural, o que enfatiza o controle das classes dominantes agrárias na política agrícola. Além disso, a autora aponta que se trata de uma entidade que está dentro do ‘Sistema S’ que, assim como as outras, é voltada para o treinamento técnico-profissional, a exemplo do Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social de Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Isto é, o SENAR foi pensando para atuar com o Estado, apesar de não ser público.

³¹ Ver o Regimento completo em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/images/Regimento_Interno_Senar_2018.pdf

Sua criação também foi tardia em relação às outras entidades do Sistema S: SENAI (1942); SENAC (1946); SEBRAE (1972). Isso denota que a preocupação de formação profissional para os trabalhadores rurais só passou a existir em um período em que a modernização conservadora da agricultura estava no auge, e o II PND estava em vigor com instituições como a EMBRAPA e EMBRATER, empenhadas em cumprir as metas agrícolas do plano, um período de ápice do difusionismo.

Quando o SENAR passou a ser vinculado à CNA, ficou claro o avanço de uma educação profissional rural que corrobora com os ideais do agronegócio por meio de um viés profissionalizante dos seus cursos e projetos. A entidade desenvolve cursos técnicos profissionalizantes para propriedades familiares, fortalecendo a ideia de empreendedorismo³² individual através do seu método de ensino próprio, denominado Assistência Técnica Gerencial (ATeG), cuja metodologia é baseada em quatro premissas: diagnóstico produtivo individualizado, planejamento estratégico, adequação tecnológica, capacitação profissional complementar e avaliação sistemática de resultados (SENAR, 2023). De acordo com o SENAR (2016), o princípio da ATeG, além de transferir tecnologias, é capacitar gerencialmente os agricultores, priorizando a gestão da atividade rural de forma economicamente eficiente, ou seja, trazendo mais renda e produtividade.

Ainda de acordo com o portal do SENAR (2023), a metodologia da ATeG se baseia na realidade produtiva e gerencial de cada propriedade rural, com o reconhecimento de fraquezas e potencialidades para elaborar as estratégias para que o produtor atinja suas metas. O serviço tem um tempo de duração de dois anos, com visitas mensais às propriedades devidamente agendadas. O agricultor que tiver interesse deve procurar o SENAR estadual ou o Sindicato de Produtores Rurais e ter a idade mínima de 18 para que possa representar a propriedade legalmente.

Linhares (2021) faz um destaque importante ao pontuar que o objetivo do SENAR é ajudar os produtores rurais – assim intitulados pelo próprio SENAR – das classes C e D que não obtém tecnologias ou extensão rural. Essa classificação econômica, do próprio SENAR (2016), é baseada no Censo Agropecuário do IBGE e norteia as ações da entidade, que aponta que os produtores rurais das classes A e B, por possuírem recursos financeiros suficientes, podem contratar soluções por conta própria, sem a necessidade de outras intervenções. Por

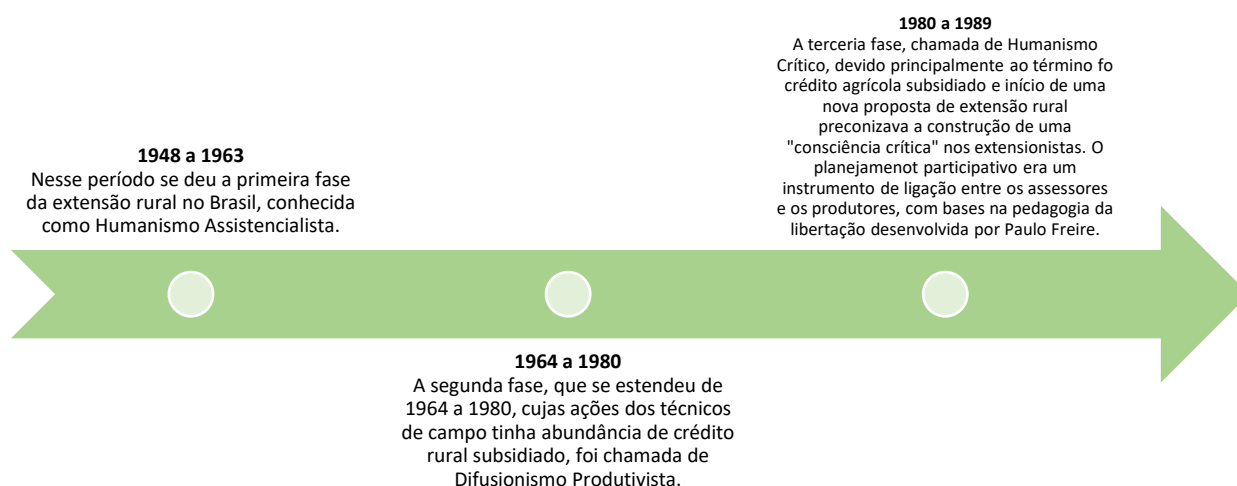
³² O empreendedorismo, no caso do SENAR, é voltado para a gestão da propriedade rural, através do ensino do cálculo dos custos do processo produtivo e da criação de projetos para que as propriedades rurais sejam administradas “como se fossem verdadeiras empresas” (CNA, 2024).

isso, classifica como A e B produtores com renda mensal líquida acima de R\$ 4.083,00, os da classe C com valores entre R\$ 947,00 a R\$ 4.083,00 e a classe D com renda inferior a R\$ 947,00. A formação desses agricultores acontece com base em concepções como produtividade, empreendedorismo, iniciativa e eficiência, que fortalecem uma ideia de competitividade e se traduzem na missão da entidade.

Segundo Linhares (2021), o SENAR se consolida enquanto um projeto de educação para ampliar a dominação, através de uma formação que segue os interesses do agronegócio, atrelando-se também à ideia de responsabilidade socioambiental. Portanto, a entidade incorpora a função social de educar com o objetivo de estruturação para o modelo agroindustrial, sendo instrumento para a manutenção do capitalismo agrário no Brasil.

Em uma apostila de formação técnica em agronegócio com ênfase na Assistência Técnica e Extensão Rural, publicada em 2016, o SENAR aborda a contextualização histórica da extensão rural no Brasil, trazendo uma linha do tempo que resume essa história em três fases.

Figura 3- As três fases da ATER



Fonte: SENAR (2016)

Ainda nesse documento, a entidade conceitua a ATER como um “processo educativo de comunicação”, onde o objetivo dos técnicos é

promover o desenvolvimento rural sustentável, levando além de conhecimentos técnicos outros que permitam ao homem do campo e suas famílias melhorarem sua qualidade de vida por meio de ensinamentos relacionados com os hábitos de higiene, alimentação, saúde e, em alguns casos, até mesmo de escolaridade (SENAR, 2016).

Essa definição já mostra qual o direcionamento do modelo de ATER fomentado pelo SENAR, que vê o técnico como um portador do conhecimento que se baseia em certa dominação e superioridade em relação aos agricultores. Essa é uma conduta divergente do que Freire (1985) aponta como educador no processo de extensão, que seria aquele técnico que não “domestica” o agricultor, mas que dialoga e se comunica com ele.

É interessante também como, no capítulo 4 do documento, que explica os métodos de extensão rural e processos de comunicação, o SENAR traz uma síntese do que considera o processo de difusão de tecnologias que, na concepção da entidade, faz parte de uma metodologia de extensão e comunicação rural.

- 1- A difusão de tecnologia é o processo natural de desenvolvimento pelo qual a inovação sai da sua fonte original e chega ao usuário final;
- 2- O objetivo da assistência técnica e extensão rural, oferecida tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada, é acelerar este processo natural;
- 3- O agricultor reúne os conhecimentos tradicionais e modernos num sistema de produção e o avalia por critérios econômicos e outros;
- 4- Se não passar no teste da lucratividade, comparando-se com outras alternativas de sistemas de produção, a tecnologia nova não será adotada. Depois, outros critérios são verificados (SENAR, 2016, p. 51).

A apostila explica com detalhes como funcionam os métodos para difusão de tecnologias, como mostra o quadro 3.

Quadro 3- Métodos de difusão de tecnologias de acordo com o SENAR

Métodos	O que são	Vantagens
Métodos de massa	Permitem que o técnico e o público não se encontrem frente a frente, reduzindo a possibilidade de uma conversa exclusivamente de indivíduo para indivíduo. Exemplos: televisão, rádio e outros como cartas circulares, jornais e cartazes.	Baixo custo por pessoa atingida e a rapidez em alcançar um grande público. Por meio deles, pode-se informar outras pessoas que não foram atingidas pelos outros métodos e pode-se distribuir uma mensagem rápida e repetidamente, sem considerar problemas de tempo e distância
Métodos grupais	Métodos que requerem a presença do técnico, possibilitando um intercâmbio comunicativo, ou seja, há oportunidade para se fazer perguntas e compartilhar respostas e	Baixo custo por pessoa atingida e a rapidez em alcançar um grande público. Esses métodos são usados para divulgar reuniões, promover a compreensão e o

	opiniões. Exemplos: cursos, reuniões, excursões, semanas ou jornadas técnicas, dias de campo e palestras.	entusiasmo, estimular o interesse e atrair atenção. Permitem informar outras pessoas que não foram atingidas pelos outros métodos e pode-se distribuir uma mensagem rápida e repetidamente, sem considerar problemas de tempo e distância
Métodos individuais	Permitem um contato mais próximo com as pessoas, oportunizando a conversa entre indivíduos e um relacionamento mais estreito.	A influência dos contatos individuais é importante em qualquer programa, porém esse tipo de método costuma ter custos elevados.

Fonte: Elaborado pela autora com base em SENAR, 2016.

A partir da escolha do método, essa difusão pode ser feita por meio de visitas técnicas, palestras, reuniões técnicas, dias de campo, demonstrações técnicas etc. Chama a atenção na apostila o capítulo 5, inteiramente dedicado à PNATER, trazendo uma contextualização histórica da política e sua consolidação como lei. Nele, fica subtendido que o SENAR, enquanto entidade executora de ATER, se propõe a seguir a lei da PNATER

Em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a iniciativa privada surge como uma oportunidade de somar esforços junto às demais entidades do setor público, originando novos modelos de assistência técnica. O país tem um perfil rural e uma economia agropecuária muito diversificada. Um modelo ou sistema único de Ater dificilmente atenderia a toda a demanda potencial existente. O pluralismo de modelos, que combine financiamento e agentes públicos e privados, de modo a atender a todos os públicos, é a melhor saída para um desenvolvimento mais rápido e sustentado da agropecuária nacional por meio da Ater (SENAR, 2016, p.81).

O SENAR de fato cumpre algumas premissas da PNATER, semelhante ao que demonstram Braga e Futemma (2015) em seu estudo sobre a pluralidade da ATER, quando apontaram que as empresas que prestam o serviço privado em Tomé-Açu, no Pará, seguem parcialmente as normas da PNATER, pois fornecem atendimento individualizado, um número de técnicos maior do que aquele disponibilizado pelos órgãos públicos, aumentando a frequência do serviço. Todos esses elementos estão em convergência com a lei, dado seu alcance e envolvimento com a agricultura familiar, e puderam ser observados na ATER ofertada no município estudado.

A outra entidade que promove serviços de ATER no Brasil de forma privada é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas³³ (SEBRAE). O Art. 1º do Capítulo I do seu estatuto o denomina como

[...] um Serviço Social Autônomo, instituído por escritura pública sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, regulada pelo presente Estatuto, em consonância com a Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto nº. 99.570, de 09 de outubro de 1990 [...] (SEBRAE, 2021).

Antigamente denominado como CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa), este órgão foi criado por iniciativa do antigo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Ministério do Planejamento em 05 de julho de 1972, na forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, em estrutura da administração pública, com os seguintes objetivos: assistência às pequenas e médias empresas, em aspectos tecnológicos, econômicos, financeiros e administrativos, em treinamento de dirigentes e pessoal técnico-administrativo e na realização de pesquisas, além da implantação de um sistema brasileiro de assistência à pequena e média empresa (SEBRAE, 2013).

Nesse período, a função do CEBRAE era a de prestar assistência gerencial às empresas que buscavam subsídios nos bancos de desenvolvimento. O órgão tinha algumas metas para alcançar, como a assistência para o crédito, que abrangia assessoria financeira, articulação entre empresa e banco e elaboração de projetos; assistência técnica, através de diagnósticos, contabilidade, assessoria fiscal etc; e treinamento de executivos e de pessoal, para responder as demandas do mercado. Isso fazia parte das medidas de industrialização do governo, fazendo do CEBRAE um instrumento de atuação governamental no mercado de crédito.

Em 1976 o CEBRAE, por sugestão do governo, passou a ser unificado como sistema, fazendo assim com que as entidades que antes eram apenas credenciadas, fossem definitivamente integradas à sua estrutura organizacional. O órgão esteve vinculado ao Ministério do Planejamento desde a sua criação, em 1972, até 1984, momentos antes do início da Nova República, quando passou a ser administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio, aprofundando-se na microempresa, que é sua principal área de atuação, mantendo-se assim até o ano de 1990 (Mello, 2008).

³³ A Lei Complementar nº 123/2006 define a microempresa como aquela com receita bruta anual igual ou inferior a R\$360 mil. Já no caso da empresa de pequeno porte, é preciso uma renda bruta superior a R\$360 mil, igual ou inferior a R\$4,8 milhões (BRASIL, 2006).

Com o início da chamada “operação desmonte” no fim da década de 80, houve uma ameaça de extinção do CEBRAE e de outras fundações e autarquias mantidas pelo governo federal. Logo no início do governo Collor, após algumas mobilizações em um contexto onde o presidente viabilizava a abertura do mercado brasileiro, a Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990³⁴ desvinculou o CEBRAE do poder público, transformando-o em SEBRAE, e integrando-o ao ‘Sistema S’ a partir de um novo modelo institucional (Sebrae, 2013).

A partir de então, segundo Mello (2008), todas as unidades estaduais do SEBRAE passaram a ter sua própria personalidade jurídica conferindo, no entanto, autonomia organizacional para os estados, abrindo também a possibilidade de parcerias com universidades, institutos de pesquisa, prefeituras, etc. Além disso, um acordo foi feito com o governo para que a concessão da presidência do SEBRAE sempre fosse dada às confederações patronais.

A autora aponta ainda que os recursos do SEBRAE passaram a ser provenientes de uma alíquota de 0,3% sobre o total das remunerações dos empregados que seriam pagas pelas empresas que contribuía com o Sistema S. Ademais,

Ao que se refere à distribuição dos recursos, fica estipulado que: 45% se destinam ao custeio de despesas dos estados e DF sendo metade proporcional ao ICMS e o restante proporcional ao número de habitantes, 45% se destinam às políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo, 5% às despesas de custeio do SEBRAE Nacional, e 5% às despesas de custeio dos SEBRAEs estaduais (Mello, 2008, p. 33).

A sobrevivência do SEBRAE foi possível por causa de pressões vindas dos bancos de desenvolvimento, associações de empresas e dos seus próprios funcionários. A estratégia para sua perpetuação foi associar-se à imagem da pequena empresa, criando uma ambientação adequada a ela, onde o SEBRAE seria seu principal defensor (Mello, 2008). O divisor de águas nesse processo foi a presença do SEBRAE na mídia a partir dos anos 1990, uma outra estratégia que fez com que a instituição se tornasse conhecida em todo o país, o que trouxe grande demanda de seus produtos e serviços (Sebrae, 2013).

Alguns acontecimentos ao longo dos anos 2000 também reverberaram na trajetória do SEBRAE. Entre eles, a Lei Complementar nº123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de cuja elaboração o SEBRAE participou

³⁴ Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. De acordo com o Art. 8º, “É o Poder Executivo autorizado a desvincular, da Administração Pública Federal, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo.” (Brasil, 1990).

ativamente; a edição da Lei Complementar nº 128/2008 que instituiu a figura do Empreendedor Individual; o lançamento do Centro SEBRAE de Sustentabilidade; o início da Universidade Corporativa do SEBRAE, entre outros (Sebrae, 2013).

No documento de direcionamento estratégico para o período de 2013-2022, a entidade traz alguns pontos que demonstram qual a sua orientação atual. O primeiro a ser mencionado é a sua missão institucional, descrita como “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional”. Em seguida, os seus valores, que incluem conhecimento, sustentabilidade, inovação, compromisso com o resultado, valorização humana e transparência. Ademais, apresentam sua visão de futuro, resumida em “ter excelência no desenvolvimento dos pequenos negócios, contribuindo para a construção de um país mais justo, competitivo e sustentável” (Sebrae, 2012).

Mas, como pensar o direcionamento do SEBRAE em uma lógica de ATER voltada para agricultores familiares? Com a descrição detalhada de alguns objetivos da entidade, é possível observar a intenção de fomento aos pequenos negócios e ao empreendedorismo, o que, no âmbito rural, seria como ver a agricultura meramente como um negócio a ser impulsionado no intuito de aumentar a competitividade para a geração de lucros. Ao viabilizar um serviço de ATER para agricultores familiares inseridos em um determinado tipo de mercado, o SEBRAE atua na transformação dos agricultores em empreendedores buscando resultados para potencializar seus negócios.

É perceptível que tanto o SEBRAE quanto o SENAR são entidades que trabalham orientadas na mesma direção, conduzidas sob o prisma do empreendedorismo e da produtividade com base no que ambas denominam de assistência gerencial, ou seja, visando uma estratégia de inserção dos agricultores no mercado de atividades autônomas, em uma lógica de que é preciso pensar não mais coletivamente, porém individualmente para assegurar a própria sobrevivência (Tavares; Rodrigues, 2015).

São essas as entidades responsáveis pela Assistência Técnica e Extensão Rural em Piatã, município que, exceto por um edital de dois anos do Bahia Produtiva, encerrado em 2022, não recebe a política advinda do governo do estado. As consequências disso para a dinâmica local da ATER serão analisadas no próximo capítulo, com base nos dados obtidos no trabalho de campo.

CAPÍTULO III. A ATER DE PIATÃ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO LOCAL DE PESQUISA

Neste último capítulo, é feita uma contextualização da Chapada Diamantina, na primeira parte, trazendo dados históricos do território e da sua agricultura familiar. Na segunda parte contextualizo o município de Piatã através, principalmente, do livro escrito pelo historiador piatãense Ildimar França, a que tive acesso no campo, durante a estadia na pousada da qual ele é proprietário. Tento traçar um perfil do agricultor familiar piatãense através das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, além da elucidação de como surgiu a cafeicultura na região. Ademais, a terceira parte traz uma descrição do trabalho de campo realizado em Piatã, com trechos relevantes das entrevistas com os agricultores familiares no que tange a ATER recebida por eles.

3.1 Chapada Diamantina: uma apresentação geral do território

A Chapada Diamantina fica no Centro Sul da Bahia, localizada na região semiárida, onde predominam os climas subúmido e seco, com precipitação de 800 mm a 1.200 mm e temperatura média anual de 19°C. É o caso de municípios como Piatã, Rio de Contas, Mucugê e Morro do Chapéu (SEI, 2015). É um dos 27 Territórios de Identidade³⁵ do estado, com aspectos geográficos bem característicos, com áreas de assentamentos, agricultura familiar, comunidades quilombolas, unidades de conservação etc. Há presença de culturas irrigadas.

Possui 32.664 km² e compreende 24 municípios, que juntos somam 371.864 habitantes (SEI, 2019). Oliveira e Silva (2017) apontam que de acordo com dados do IBGE, cerca de 189.114 desse total vivem na zona rural, sendo 38.876 agricultores familiares, ou seja, 50,23% da população.

De acordo com França (2010), historiador piatãense, os indígenas foram os pioneiros na agricultura familiar da região, pois no período da colonização já plantavam e pescavam com fins de subsistência. Os colonizadores passaram a ocupar a Chapada Diamantina a partir

³⁵ Os Territórios de Identidade representam um conceito fundamental na Bahia, e ajudam a verificar quais as prioridades de acordo com a realidade local, dependendo da especificidade de cada região, e possuem uma metodologia fundamentada no sentimento de pertencimento das comunidades. Territórios de identidade podem ser definidos como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (Bahia, 2017).

da descoberta das primeiras minas de ouro no século XVIII onde hoje é o município de Rio de Contas, quando baianos, paulistas, portugueses e africanos escravizados começaram a explorar as terras em busca de riquezas no que hoje corresponde a Jacobina, Aldeia dos Macarás e Rio de Contas, entre 1658 e 1681. Posteriormente, entre 1817 e 1818, lavras de diamantes foram descobertas na Serra do Gagau, levando à expansão dos movimentos migratórios para essa área. A história da região foi marcada pela garimpagem pelos colonizadores portugueses. O garimpo acabou não durando muito tempo, sendo substituído por exploração de madeira, que logo acabou declinando também. Com isso, os trabalhadores desses setores colapsados voltaram-se para a atividade agropecuária, realizando agricultura para subsistência e comercialização local (Andrade, 2014).

Figura 4- Chapada Diamantina localizada no mapa da Bahia



Fonte: SEPLAN (2009)

França (2010) aponta que Segundo a SDR (2022), atualmente, além da fruticultura, a mandiocultura, cafeicultura e bovinocultura leiteira também estão entre os sistemas produtivos da agricultura familiar da Chapada Diamantina, o que dá destaque ao segmento. Trata-se de um dos cinco territórios com a agricultura familiar de maior participação no valor

adicionado da agropecuária baiana, principalmente com a cafeicultura, introduzida há várias gerações e muito fomentada a partir dos anos 1990 através de seminários da EBDA. A cafeicultura foi estimulada na região também pelo Instituto Brasileiro do Café³⁶ (IBC), por conta das características edafoclimáticas do território, desde que a atividade agropecuária começou a tomar força com o declínio do garimpo (Andrade, 2014). Entre os anos de 2010 e 2018, a participação da agricultura familiar da Chapada Diamantina no valor adicionado da agropecuária baiana ficou entre 70 e 73%, o que é uma porcentagem considerável.

A SDR, em parceria com a CAR, realiza diversas iniciativas em prol do fortalecimento da agricultura familiar da Chapada Diamantina e, recentemente, tem feito ações como a Caravana Parceria Mais Forte Juntos para Alimentar a Bahia, que fomenta e expande ações voltadas ao desenvolvimento rural³⁷, com investimentos de até R\$2,9 bilhões. Um balanço apresentado pela SUAF mostrou a importância dessas ações no desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar não só nessa área, mas em toda a Bahia (SDR, 2022).

A região se destaca, de acordo com o portal Guia da Chapada Diamantina, na produção de alimentos agroecológicos, como maracujá do mato, araçá, cajá e umbu, que são frutas nativas da região. O umbu é bastante relevante: uma fruta muito popular cuja produção ultrapassou as 20 toneladas em 2020 em alguns municípios, segundo o IBGE (2021). Ainda de acordo com o Guia, o território produz também morango com certificação orgânica, amora e framboesa, com vivências em quintais, em municípios como Lençóis, Morro do Chapéu e Mucugê. O café orgânico produzido pela agricultura familiar da Chapada também tem recebido bastante visibilidade, com destaque para o município de Piatã, que produz cafés especiais premiados.

Nos últimos anos, segundo Pontes (2021), diversas ações de ATER do governo do estado têm chegado à região, com vários contratos estabelecidos com consórcios públicos que oferecem técnicos para atender as famílias, emissão, prorrogação e renovação de DAP para acesso ao PRONAF, além de inscrições no Garantia Safra, todas ações realizadas pela BAHIATER.

³⁶ Instituto Brasileiro do Café foi criado em 1952, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio, e extinto em 1990. O IBC tinha o objetivo de estabelecer a política do setor da cafeicultura no Brasil, sistematizando as estratégias que iam da produção à comercialização, ofertando assistência técnica e econômica, além de viabilizar pesquisas no âmbito da cultura e economia cafeeira. Ver mais em: <https://www.embrapa.br/cafe/historia>

³⁷ A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR) compreende por fomento do desenvolvimento rural a promoção do combate à pobreza em comunidades rurais, com foco no incentivo à agricultura familiar, economia solidária, sustentabilidade, territorialização, comercialização, segurança hídrica e convivência com a seca (CAR, 2023).

Alguns indicadores obtidos no mapa interativo do Censo Agropecuário 2017 do IBGE nos permitem ter uma visão geral da agricultura de Piatã, detalhados na tabela 2 a seguir. Quase 80% dos estabelecimentos agropecuários do município são classificados como agricultura familiar de acordo com a definição legal do Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017³⁸. Ou seja, das 1.991 unidades dedicadas à atividade agropecuária em Piatã, cerca de 1.572 delas estão na categoria de agricultura familiar. Outro indicador interessante é a porcentagem de estabelecimentos que declarou o uso de agrotóxicos, que representa cerca de 103 estabelecimentos dentre os 1.991.

Tabela 2 – Indicadores do Censo Agropecuário para Piatã em 2017

Quantidade total de estabelecimentos agropecuários	1991
Área média (ha)	13,81
Estabelecimentos da agricultura familiar (%)	78,95
Pessoal ocupado por estabelecimento	3,16
Estabelecimentos com lavoura temporária (%)	18,43
Estabelecimentos com lavoura permanente (%)	20,19
Uso das terras – lavoura (%)	8,00
Uso das terras – pastagem (%)	53,29
Utilização de agrotóxicos (%)	5,18
Despesa com agrotóxicos (%)	0,76
Assistência Técnica (%)	3,41

Elaborado pela autora. Fonte: IBGE (2017).

Na busca por mais dados sobre a formação do município durante o campo, fui informada de que praticamente não há material disponível sobre a história de Piatã, e o que poderia acessar de mais concreto seria o livro de França (2010), que foi utilizado como uma das referências neste capítulo. Piatã acompanhou os movimentos migratórios da região da Chapada Diamantina na época da exploração de ouro e de diamantes. No século XVIII, com o projeto que ligou – a pedido da coroa portuguesa – Jacobina a Rio de Contas, alguns povos indígenas, como os Jê – conhecidos posteriormente como Tapuia – e os Maracá, migraram forçadamente para a região onde hoje é Piatã. O povoamento não indígena de Piatã também se iniciou nesse período, com paulistas e portugueses se alastrando pelo sertão do Rio de Contas – que incluía vários municípios –, iniciando a povoação de Piatã a partir da Serra da Tromba (França, 2010).

³⁸ Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais (Brasil, 2017).

De acordo com o IBGE (2023), a formação do território de Piatã começou no século XVII, quando garimpeiros começaram a povoá-lo em busca de ouro e pedras preciosas. Inicialmente, um distrito chamado Bom Jesus do Rio de Contas foi criado em 25 de maio de 1842, pela lei provincial nº 169 e que posteriormente teve o nome alterado para Anchieta pelos decretos estaduais nº 7455 de 23 de junho de 1931 e nº 7479, de 08 de julho do mesmo ano. O topônimo Piatã só foi estabelecido mais tarde, em 1948.

Nos tempos do garimpo em Piatã, de acordo com França (2010), foram colhidos metais preciosos nas serras da Tromba e da Santana e no Buracão, para as cortes portuguesa, inglesa e francesa. A corrida pelo ouro se intensificou e no século XVIII, Jacobina e Rio de Contas receberam o título de arraiais promissores por causa da extração do metal. A partir de então surgiu o projeto da Estrada Real para ligar as duas localidades, que foi quando se intensificou o povoamento do que viria a ser Piatã.

Segundo o autor, a indicação é de que, enquanto o primeiro ouro da Chapada Diamantina foi garimpado em Jacobina, foi em Piatã onde se garimparam os primeiros diamantes. A extração de diamantes, no entanto, não apresentou resultados significativos, pois as pedras eram miúdas e de pouco valor. Inicialmente as terras eram devolutas e, quando passaram a medir os terrenos, os donos dos lotes começaram a cobrar 20% da produção, o que levou os garimpeiros a optar pelo comércio clandestino.

A economia do município se baseou principalmente em ouro, no século XVIII, diamante, no século XIX e café nos séculos XX e XXI. Ainda segundo França (2010), as atividades rurais de Piatã não podem ser classificadas à parte de sua sede, que organiza todos os serviços de saúde, educação, comércio etc. No entanto, às vezes a sede precisa mais do agricultor do que o contrário, já que o agricultor só adquire ali o que não produz, ou seja, produtos complementares. O autor aponta ser difícil separar o urbano e o rural em Piatã, pois a diferença entre a roça e a sede são cada vez menores.

Chegamos então à conclusão de que o hábito de vida rural pode ser encontrado na cidade, da mesma forma que o hábito de vida da cidade pode ser encontrado na roça. Definir o urbano e o rural é uma tarefa árdua e mais ainda quando nos reportamos à micro-região de Piatã. Ao possuir uma economia balizada na exploração e utilização de recursos naturais, por exemplo, o município de Piatã se perde na separação daquilo que pertence à roça ou à Sede (França, 2010, p. 35).

Mais recentemente, as lavouras de café têm se destacado, com agricultores cultivando grãos de café selecionados, com uma qualidade superior graças a, entre outras coisas, o manejo cuidadoso na colheita (Piatã, 2023). A produção do café em Piatã passou a

ser impulsionada a partir do século XX, mas no estado da Bahia, os relatos de cultivo do café datam de 1770, voltado para um comércio local, mesmo com a cultura não se expandindo inicialmente como em outros estados do Brasil. A cafeicultura baiana passou a se modernizar e se fortalecer no início da década de 1970. Nesse período, a Chapada Diamantina, incluindo Piatã, já era considerada área tradicional de cultura cafeeira do Planalto da Bahia (Martins Neto, 2009). Os relatos ouvidos durante as entrevistas na pesquisa de campo corroboram com essas informações e demonstram que há muito os agricultores familiares de Piatã cultivam café, o que foi passado por diversas gerações até chegar nos cafeicultores atuantes no município hoje.

A partir da chegada em Piatã para a realização da pesquisa, o planejamento era de uma primeira visita à Coopiatã para conhecer melhor funcionários e cooperados e, posteriormente, à prefeitura para tentar coletar informações adicionais com o Secretário de Agricultura. As entrevistas, baseadas em um roteiro simples, foram conduzidas conforme os agricultores foram apresentados ao trabalho. Buscou-se entender primeiramente a origem dos entrevistados e a dinâmica da produção de café individual de cada família, para uma melhor compreensão da categoria de agricultor familiar predominante no município.

O critério para a escolha de quem seria entrevistado foi a disponibilidade dos agricultores que me foram sendo apresentados. Também foi possível entrevistar três agricultores que não eram cooperados na Coopiatã, sendo dois cafeicultores e uma produtora de hortaliças orgânicas.

Os dez agricultores familiares entrevistados têm entre 29 e 74 anos de idade, todos vindos de famílias agricultoras que, em sua maioria, plantam café para comercialização e outros alimentos para consumo familiar e escoamento em mercados locais. Dois deles não são cafeicultores. O café é o cerne produtivo da agricultura familiar de Piatã, e todos os moradores têm ao menos um pé de café em suas terras, cuja extensão varia de 4 a 80 ha. Os cafeicultores realizam o trabalho com a família e, como mencionado anteriormente, em época de colheita, todos contratam trabalho externo para auxiliar nessa fase, considerada a mais difícil na produção do café.

Todos os entrevistados relatam ter herdado a terra da família e plantam café há um período entre, em média, 20 a 50 anos. Um dos agricultores mais antigos da região, Antônio Rigno, tem 74 anos e declara ter aprendido a cultura do café com os pais e avós. Foi ele, de acordo com as informações, que levou a ideia do cultivo de café especial para Piatã ainda nos

anos 1970. Foi unanimidade entre os agricultores entrevistados a narrativa de que o cultivo de café em Piatã vem de algumas gerações: um deles, que planta café há aproximadamente 40 anos, afirmou ter sido criado na roça com os avós, que já cultivavam o produto. Outra agricultora contou que o avô, que está com 80 anos, fazia o mesmo.

Ainda segundo os relatos das entrevistas, houve bastante fomento ao café no município pelo IBC e pela EBDA entre 1980 e 1990. Aneilson Santos, de 43 anos, conta que o IBC, antes da sua extinção nos anos 1990, levou tecnologia para a cafeicultura piatãense, dando suporte técnico e crédito aos produtores. Jaime, por sua vez, contou sobre alguns cursos que fez, ofertados pela EBDA³⁹, em um período onde o fomento da cafeicultura especial, especificamente, crescia na região.

As informações coletadas nas entrevistas permitem traçar um perfil dos agricultores familiares de Piatã atualmente. Esse perfil mudou bastante com a reviravolta na cafeicultura por meio da inserção da produção do café especial. Alguns entrevistados afirmam que, na época de seus pais e avós, a cafeicultura, que passou a ser financiada, era a base da agricultura familiar piatãense. Um dos agricultores relatou que quando essa produção passou a ser incentivada, a partir dos anos 1990, muitos cafeicultores pegavam empréstimo e fugiam da cafeicultura, deixando de pagar o que deviam, e isso prejudicou muito os agricultores familiares em termos de financiamento.

O que aconteceu sobre os antigos né... deu errado, não deu certo. Porque muitos compraram moto, outros largaram a cafeicultura, outros fizeram outra coisa... e ficou o que? Eu paguei, você pagou? [o financiamento] Seu nome tá junto com o meu, se você não pagou, eu tô frito... Então essa cafeicultura também, esse modelo econômico, fez um “tropelo” na cafeicultura de Piatã. Se não fosse essa mudança de comportamento e a chegada desse novo mercado de cafés especiais, nossa cafeicultura aqui tinha ido pro “beleléu” (Téo, em entrevista concedida a Thalita Pontes, Piatã, 2023).

A inserção dos agricultores familiares de Piatã no mercado de café especial passou a ser formalmente conduzida nos anos 1990 – período em que, como apontou Silva (2008), o produtivismo crescia na Bahia – com o IBC (até a sua extinção em 1990) e a EBDA fomentando a produção através de uma ATER mais direcionada. A partir disso, a agricultura em Piatã passou a ter uma outra orientação, e hoje sua cafeicultura pode ser lida como um segmento de agricultura familiar moderna altamente inserida na lógica dos mercados e, como mencionado no início desta dissertação, tendo vínculos mercantis muito bem estabelecidos,

³⁹ Antes da sua extinção em 2014, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola ofertou, por meio de ATER, cursos sobre qualidade e manejo do café para agricultores familiares da região, nos quais os técnicos ensinavam, entre outras coisas, a aplicação de tecnologias de baixo custo. Ver mais em: <https://revistacafeicultura.com.br/ebda-estimula-agricultores-familiares-na-producao-de-cafe-de-alta-qualidade/>

onde o agricultor está incorporado à globalização para, como apontado por Wanderley (1996), se adequar ao novo contexto de modernização.

São agricultores que possuem laços com o campesinato através dos antepassados, de quem herdaram os saberes tradicionais da cultura do café, mas que hoje possuem uma relação muito consistente com um tipo de mercado muito específico e rentável, que é o de cafés especiais. Apesar do pouco uso de tecnologias – que é uma condição para a produção desse tipo de produto, que requer procedimentos manuais –, existe certo grau de refinamento nas técnicas e conhecimentos desses agricultores, o que pôde ser devidamente observado durante as visitas à cooperativa e às propriedades.

O café especial pode ser categorizado como de qualidade superior (*Gourmet*); origem (*Estate Coffee*); sombreado; orgânico e de comércio justo (*Fair Trade*). Os cafés de origem são diferenciados por aspectos que garantem determinadas características ao café, de acordo com a região produtora. Já o café sombreado surgiu através da demanda do mercado consumidor por produtos saudáveis e produzidos de maneira sustentável. Os cafés orgânicos são produzidos seguindo regras que incluem a não utilização de insumos químicos no cultivo do fruto, e precisam da devida certificação para serem comercializados como tal. O segmento de comércio justo, por sua vez, inclui a preocupação com o âmbito socioeconômico de quem está produzindo o café (Oliveira e Silva, 2017).

O café produzido em Piatã é 100% arábica e catuaí amarelo – uma variedade brasileira do arábica, e pode ser classificado como origem – o que vem sendo discutido no âmbito da definição da IG de Piatã, dadas as características geográficas únicas do município, ou de qualidade superior, pois alguns cafés da Coopiatã já são classificados dessa maneira.

Um dos agricultores explicou o processo da produção do café, que é feito de maneira tradicional pela maioria dos cafeicultores. Eles mesmos fazem a muda, tirando a semente do pé, despolpando e plantando na terra já adubada, em covas de 40x40. São cerca de 70 dias para começar a germinar e, com um ano, os frutos começam a aparecer. A colheita é feita manualmente e nenhum fruto pode cair no chão, pois afeta a qualidade final. O café é colocado no terreiro, já descascado, sob as estufas – que são estruturas de cobertura montadas no terreiro para evitar que o café pegue ‘sereno’ durante a secagem, como mostra a figura 6. Depois de seco, é feita a separação dos grãos. Neste momento, também é possível classificar por tamanho e tipo do grão, através de peneiras específicas.

Figura 6- Estufa para secagem do café



Foto da autora (2023)

Na Coopiatã, por exemplo, os agricultores mostraram as sementes de café moca, que são mais redondas por conta de uma mutação natural no desenvolvimento do grão, o que traz características diferenciadas ao café, que acaba custando mais caro do que um grão comum por ser mais raro. Depois da ATER conseguida através da cooperativa, os relatos são de um maior entendimento dos procedimentos técnicos do solo e das sementes. Os agricultores passaram a ter uma visão técnica mais aprofundada na dinâmica de cultivo e tratamento, mas no geral, o processo continua bastante tradicional, sem uso de maiores tecnologias, o que garante a boa qualidade. A colheita e seleção, por exemplo, são feitas manualmente, para preservar a qualidade do café.

Um primeiro ponto que chama atenção, principalmente de quem tem pouco ou nenhum conhecimento sobre cafés especiais, é o cuidado nos processos de prova da bebida, que acontecem nas dependências da Coopiatã⁴⁰. Durante o campo, foi possível acompanhar esses processos por três ou quatro vezes, e alguns agricultores mais jovens possuem o conhecimento suficiente para definir a intensidade dos atributos e a qualidade daqueles cafés,

⁴⁰ A cooperativa possui canais de comunicação via redes sociais como o Instagram, onde publica conteúdos informativos que incluem vídeos dos processos de prova dos cafés, informações sobre os concursos e eventos.

e estavam ali acompanhados de compradores visitantes advindos de outras regiões do país, analisando a bebida.

A dinâmica começa com a torra da amostra a ser provada – aproximadamente 120g –, até o grão chegar ao ponto considerado ideal. Depois, são dispostas de 3 a 5 xícaras transparentes para cada degustador, com 150 ml da bebida. O café é sugado com a boca, sendo borrifado na língua, e cuspidos em seguida, em uma cuspeira, para se provar as próximas xícaras. É nesse processo que são identificadas diversas características do grão, como fragrância, doçura, acidez, corpo, uniformidade, etc. Muitos agricultores afirmaram ter feito cursos para aprender as técnicas e a metodologia do processo de prova, o que demonstra que existe um direcionamento da ATER que tem sido executada junto a eles.

Figura 7- Acompanhamento da prova dos cafés especiais dos agricultores da Coopiatã



Foto da autora (2023)

A maior dificuldade no processo produtivo do café é a colheita, segundo a maioria dos entrevistados. Nesta fase, todos alegaram contratar trabalho externo, por ser um procedimento difícil para ser feito apenas pela família, pois exige cuidados com os frutos e agilidade para se colher no mínimo de tempo possível. A quantidade de pessoas contratadas varia de quatro a 80, dependendo da propriedade, e são familiares (primos, tios), ou piatãenses normalmente conhecidos na região por pegar trabalhos rurais temporários.

Um dos agricultores entrevistados entrou em mais detalhes sobre a contratação nessa época de colheita, de junho a setembro, afirmando que contrata de 10 a 15 pessoas, pagando o um valor entre R\$70,00 e R\$80,00 por lata – a quantidade média na sua propriedade é de 80 latas por dia no total⁴¹. Esse valor, de acordo com ele, é baseado na diária recebida pelos trabalhadores rurais da região. Durante a conversa, ele demonstra uma preocupação com o trabalho exercido por essas pessoas:

A gente tá falando dos produtores né... e as panhedeiras⁴²? Quando chegar a legislação trabalhista e fiscalizar a gente aqui, vai definir a gente como trabalho escravo? [...] A gente tem que melhorar para quem dá essa base pra gente. Você já tem trabalhador de carteira assinada? Não tem ainda? O cara trabalhou para você a vida toda e você ainda não assinou a carteira do cara? (Téo, 43 anos, agricultor e professor).

É importante ressaltar que, apesar de haver informalidade na contratação do trabalho rural, este é devidamente regulado desde a Lei nº 5.889⁴³ de 08 de junho de 1973⁴⁴, que aponta os direitos e deveres de todo trabalhador rural. A contratação de trabalho externo nas propriedades também é um elemento importante para a caracterização da agricultura familiar moderna de Piatã que, como destacado em Wanderley (1996), opta pela contratação externa como forma de manutenção das famílias no campo.

Outro aspecto importante na caracterização dessa agricultura familiar é a permanência no campo. Um dos questionamentos feitos durante as entrevistas foi “Quais as perspectivas futuras da família em relação ao trabalho na agricultura?”. Boa parte dos entrevistados respondia com incerteza, dadas as dificuldades do trabalho no campo e a inserção dos filhos em outras áreas após finalizarem o período escolar. Jaime, de 56 anos, menciona o convite feito ao irmão para ambos juntarem seus lotes e ampliar o cultivo de café pois, segundo ele, “com 50 sacas, dá para viver o ano bem”, mas o irmão já afirmou não tem nenhum interesse

⁴¹ Aqui, não houve maior dedicação à exploração dos dados referentes à remuneração dos trabalhadores que colhem o café.

⁴² Téo foi o único a utilizar esse termo, e não há nenhum indício de que as pessoas contratadas para a colheita do café em Piatã sejam sempre mulheres.

⁴³ A Lei apresenta sucessivas atualizações, vide Medida Provisória nº 927, de 2020; Medida Provisória nº 1.046, de 2021; Medida Provisória nº 1.109, de 2022; e a última versão, Lei nº 14.437, de 2022, que “Autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal” (Brasil, 2022).

⁴⁴ Assinala a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários de quem está sendo empregado. O Art. 2 da lei indica como empregado rural “toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. Além disso, o parágrafo 3º do Art. 14 determina a necessidade da formalização do contrato de trabalho rural com a inclusão do trabalhador na GFIP (Brasil, 1973).

na agricultura. Quando perguntado sobre os filhos, afirma que a filha de 15 anos ainda frequenta a escola e o mais velho está estudando Tecnologia da Informação em Salvador.

Téo, respondendo ao mesmo questionamento, afirmou que deixa os filhos, que ainda são muito jovens – o mais velho com 20 anos e a mais nova com 15 –, livres para decidirem o que querem para o futuro, mas que deixa claro que a propriedade, que já foi dos avós, também é deles e, caso queiram trabalhar com agricultura, as portas estão sempre abertas. Lucinéia de Oliveira e Aneilson Santos, que têm filhos pequenos, afirmaram não conversar muito sobre isso com as crianças, mas esperam que eles tenham interesse pelo trabalho na agricultura, apesar de acharem muito difícil, pois acreditam que seguirão outros caminhos. No caso de José Joaquim Oliveira, os três filhos trabalham com ele em sua propriedade, sendo um deles o responsável pela representação na Coopiatã. Já José Braulino de Assunção tem um filho que mora em São Paulo e trabalha com obras. Os outros sete tem a parte deles na plantação de café, mas não como atividade principal. Os filhos de Marnilson Aparecido, por sua vez, além de trabalharem em outras áreas por um período do dia, trabalham com o pai no restante do tempo. A filha estava presente no momento da entrevista e demonstrou interesse em dar continuidade ao trabalho do pai caso seja possível contratar mais trabalho externo para ajudar, pois considera esse ser um trabalho pesado para fazer sozinha.

Dentre as respostas ao questionamento do futuro da agricultura de Piatã, chama atenção a fala de Marisa Alves, de 29 anos, a agricultora mais jovem entre os entrevistados, que também é a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, secretária de juventude da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-BAHIA) e Diretora de Meio Ambiente da FETAG Bahia. Ela ressalta o fato de que os piatãenses “aprendem a mexer com a roça desde crianças”, mas, apesar disso, o êxodo rural por causa das dificuldades para o cultivo ainda é presente. Ela destaca que os agricultores mais idosos sofreram muito com isso e acabaram não incentivando os filhos a seguirem a vida no campo, mas evidencia o fato de ter sido encorajada pelos pais a “construir a vida na agricultura”.

Antigamente nós éramos uma região muito pobre em água e solo fértil. Nossos pais e os mais velhos sofreram muito com isso, e você via muita gente falando assim “ah, eu quero formar meus filhos, eu quero que eles estudem e saiam para ter outra vida, não quero essa vida para eles”. Então os pais normalmente formavam os filhos para que eles tivessem outra vida, porque é um processo difícil pra gente mesmo [...] e é porque a cultura ensinava que o trabalho na zona rural não era um trabalho honesto, era um trabalho vergonhoso, vamos dizer assim. Por exemplo, aqui eu e meus irmãos quando estávamos na sala de aula mesmo, tudo que acontecia o pessoal falava assim “ah, essa pessoa é da roça! Se é feio, é da roça!”. Então isso leva a criança a pensar que se é da roça, não é bom. Então duas coisas levavam ao êxodo

rural: a dificuldade para plantar e o desincentivo para se manter na roça (Marisa, 29 anos, agricultora e presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Piatã).

Ela, no entanto, menciona que foi muito incentivada pelos pais a se manter na agricultura, e que lhe era dito que a zona rural é um lugar digno de estar, no qual ela poderia se sustentar e conquistar muitas coisas. A impressão que ficou é a de que, no geral, os agricultores familiares de Piatã estão em um momento de incerteza sobre o futuro do segmento no município, visto que, como dito pelo agricultor Salvador Souza, de 64 anos, os filhos saem de Piatã para estudar, conquistam uma profissão, trabalhando em frente a um computador, e não tem interesse de retornar para a roça para “puxar enxada”. Silva (1999) aponta que os projetos para o destino dos filhos traduzem a posição dos agricultores sobre o trabalho no campo. Segundo a autora,

Verifica-se que onde há êxodo rural os pais estimam que a salvação está na fuga do campo. Nos países do hemisfério sul, coube às unidades familiares financiarem a urbanização. Para muitos, o êxodo aparece como a busca de liberdade e a recusa de um meio tido como fechado e medíocre. Para outros, significa uma fuga das incertezas. O certo é que o destino da prole afeta o sentimento de identidade territorial ou profissional dos agricultores (Silva, p. 165, 1999).

Contudo alguns dos agricultores entrevistados ainda contam com os filhos para o trabalho no campo. Ademais, durante as visitas às propriedades e nos relatos fornecidos durante as entrevistas, foi possível verificar que todos os agricultores, sem exceção, cultivam outras coisas além do café tanto para consumo da família quanto para venda nas feiras locais. Os indicadores do Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostram o rendimento da produção de alimentos como mandioca (2886 kg/ha), milho (910 kg/ha) e laranja (1676 kg/ha).

Além desses alimentos, os agricultores afirmaram, durante as entrevistas, cultivar também banana, abacate e, mais recentemente, morangos, além de hortaliças diversas, como mostram as fotografias abaixo, tiradas durante as visitas. É importante destacar que as culturas entre as ruas do café representam uma alternativa para a eliminação de plantas invasoras, como ervas daninhas, e algumas pragas, segundo Caramori et al. (2001). Intercalar determinadas culturas com o café é também uma fonte de renda extra aos agricultores familiares que, além de consumir, podem comercializar os alimentos cultivados, como é o caso em Piatã.

Figura 8- Plantação de palma no Sítio Capão II



Foto da autora (2023)

Figura 9- Plantação de morango na propriedade de Aneilson



Foto da autora (2023)

Figura 10- Couve-flor plantada entre os pés de café por Aneilson



Foto da autora (2023)

A primeira parte das entrevistas teve como foco a compreensão do perfil dos agricultores familiares piatãenses, principalmente os do segmento da cafeicultura. É possível constatar que estão de fato inseridos no mercado – adaptando-se às suas exigências, para possibilitar sua reprodução, mas ainda enquanto modelo familiar, e não de empresa capitalista, como apontado por Wanderley (2009). Dessa maneira, é possível caracterizá-los como agricultores familiares modernos.

Com o avanço da cafeicultura especial no município, eles estão se especializando cada vez mais nesse nicho – fator de adaptação, anteriormente mencionado – e se estabilizando nesse mercado. Na perspectiva de desenvolvimento rural de Wilkinson (1999), o estabelecimento de condições para a introdução de produtos da agricultura familiar fora do âmbito dos mercados tradicionais é um requisito, o que pode ser observado em Piatã, pois os cafeicultores estão inseridos em um nicho completamente fora do mercado de *commodities*, que envolve um processo, apontado pelo autor, de aprendizagem de atividades incomuns na produção familiar, como no caso do café especial.

Wilkinson (1999) menciona ainda a gestão de empreendimentos, de conhecimentos e capacidade de lidar com o mercado, de identificar e negociar com organismos financiadores. Estas são premissas direcionadas aos agricultores piatãenses através da ATER que vem sendo ofertada, que é voltada para a produção de café especial, como veremos mais detalhadamente na seção a seguir. Oliveira e Mello (2006) observam, no entanto, que a entrada dos agricultores nesses mercados acontece de maneira desigual, quando não se considera os elementos necessários para que eles conduzam esse processo. Em Piatã, esse fator vai além, pois o acesso é voltado para um número muito restrito de agricultores de um segmento também muito restrito. Veremos mais adiante qual o papel da ATER – ou da falta dela – nessa dinâmica.

3.3 O contexto da ATER em Piatã: uma perspectiva a partir do trabalho de campo no município

Ao chegar à cooperativa, é possível adquirir os produtos diversos dos cooperados que são distribuídos em duas prateleiras, como mostra a figura 11 a seguir. Lá é onde seriam feitas boa parte das entrevistas com os agricultores.

Figura 11- Produtos dos cooperados na prateleira da Coopiatã

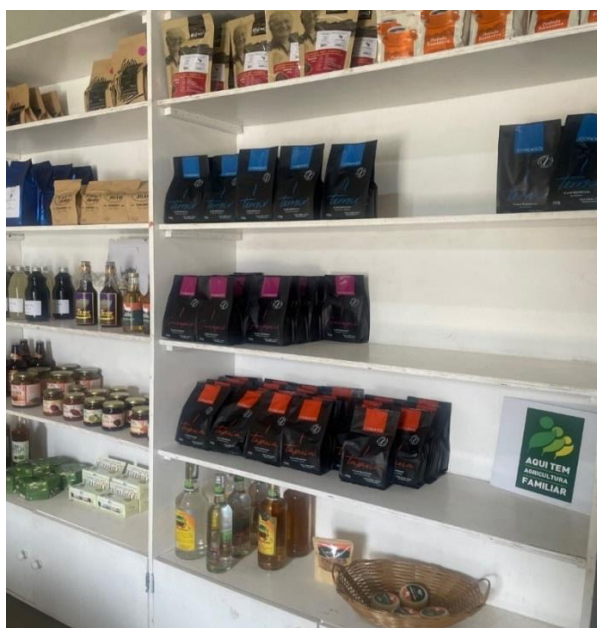


Foto da autora (2023)

Os agricultores entrevistados (10), em sua maioria homens (8), trabalham com o café, que é a principal fonte de renda de suas famílias. Em termos de ATER, dentre os entrevistados, apenas seis estão recebendo os serviços, sendo dois atendidos pelo SEBRAE (que atua na região desde meados de 2016) e quatro pelo SENAR (desde 2022, quando Luisa Bittencourt, que é técnica da entidade, assumiu a presidência da cooperativa). Antes da Coopiatã, os cafeicultores não recebiam ATER, a menos que pagassem pelo serviço. Esse é um panorama mais geral das entrevistas, mas é preciso alcançar os pormenores para compreender o perfil desses agricultores e sua relação com a ATER.

Jaime, um dos fundadores da cooperativa, faz toda a preparação do solo com adubação da terra – aprendizado feito num curso realizado através da EBDA. Segundo ele, é a fase mais difícil, porque “tem trator, mas para o pequeno não tem ainda”, então ele mesmo coloca o adubo no balde e vai jogando na terra manualmente, o que relata ser muito cansativo. Quando sua lavoura foi feita pela primeira vez, seus primeiros dois hectares foram capinados “no braço”, com enxada. Após a colheita, há máquinas que separam as sementes do café pelo tipo, mas diz que prefere fazer manualmente na cooperativa – colheita e seleção manuais caracterizam o café como especial.

Figura 12- Café passado na peneira 16 e Jaime selecionando os grãos manualmente



Foto da autora (2023)

Ao ser questionado sobre o serviço de ATER, o agricultor menciona o curso de administração rural, água e solo feito pela EBDA, onde aprendeu, entre outras coisas, sobre adubação e manejo da terra. Fala saudoso sobre a instituição que, antes de ser extinta, executava os serviços públicos de ATER no município. Ele afirma que depois do fim da EBDA em 2014, não houve mais política de ATER em Piatã até a criação da cooperativa, em 2016, que passou a receber o serviço através do SEBRAE, do SENAR e brevemente do Bahia Produtiva, cujo técnico ficou dois anos em Piatã prestando o serviço aos agricultores familiares cooperados.

Jaime menciona o trabalho de Luisa, atual presidente da Coopiatã e técnica que atende os cooperados através do SENAR, e aparenta estar satisfeito. O agricultor afirma que sempre aprendeu muito com os técnicos, e que sempre ouvia deles que “vinham mais aprender do que ensinar”. O aprendizado parece ter sido muito mais voltado ao café, já que ele quis se especializar na produção do café especial. Através da ATER, também conseguiu sua inserção no PRONAF e posterior acesso ao crédito por meio do Agroamigo, Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil destinados a agricultores familiares que visa “melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo”⁴⁵.

O Secretário de Agricultura, Jean Macedo, explicou que a ATER em Piatã hoje tem duas vias: o SEBRAE e o SENAR. De acordo com ele, cada um dos dois técnicos atende em média 30 famílias, focando apenas em uma cultura. Ele faz, em dado momento, uma comparação com a ATER estadual, onde são 90 famílias para um técnico com foco em diversas culturas, o que considera desvantajoso em termos de qualidade do serviço. A necessidade de especialização, tão comum no modelo produtivista – fortalecido no começo dos anos 1990 na Bahia, como apontado por Silva (2008), é fomentada quando as entidades privadas focam a ATER em apenas uma cultura específica, e não em várias, o que fortaleceria um fator essencial para a reprodução da agricultura familiar: a diversidade (Oliveira e Mello, 2006).

O secretário afirma ainda que em Piatã não existe ATER pública, e que apenas a Coopiatã recebeu o Bahia Produtiva em um determinado momento. Relata ainda que esse é um programa de difícil acesso, e a maior dificuldade é no lançamento das propostas para as chamadas públicas, pois “o pessoal não consegue descrever suas propostas a eles”. Após a manifestação de interesse das entidades conforme a chamada pública, é preciso redigir uma

⁴⁵ Ver mais em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>

proposta para a inscrição. As propostas selecionadas e aprovadas, seguem para a etapa de documentação e implementação do projeto.

Na tentativa de ampliar o acesso à ATER no município, em 2023 criou-se um núcleo com uma pessoa que fica na Secretaria só para buscar editais e ajudar os agricultores a acessar os programas. Jean também menciona que em Piatã não há acesso a grandes tecnologias – determinados tipos de maquinário – por parte dos agricultores, apenas o despolpador, que lava e despolpa o café.

Sobre o serviço de ATER, José, agricultor, por exemplo, afirma que não tem interesse em recebê-lo pois, quando ocorreu, ele não estava disposto a seguir as orientações do técnico que, entre outras coisas, indicava o uso de adubos muito caros. Além disso, ele acha a ATER ineficiente por não atender os agricultores considerando suas particularidades, e reiterou ter precisado, ao receber ATER do Bahia Produtiva, buscar o técnico com seu próprio veículo para levá-lo à propriedade, o que considerou inadequado.

José Braulino, cafeicultor, mas não ligado à Coopiatã, também se mostrou crítico ao serviço de ATER. Afirmou ter sido contemplado poucas vezes através do SENAR, conseguindo alterar o seu processo de adubação para melhorar a qualidade do café, além de receber outras orientações em termos de gerenciamento e manejo da terra. Apesar disso, acha que “a parte prática está fraca”, pois as dúvidas, principalmente sobre manejo, não são devidamente sanadas pelos técnicos.

Ainda no âmbito da visão dos agricultores sobre a ATER, Marisa, agricultora e presidente do Sindicato dos Trabalhadores, mencionou a falta de estrutura e suporte técnico, e acredita que é preciso que a política de ATER do governo do estado chegue ao município. Ela reforça que há diálogo do Sindicato com o governo em busca dos benefícios para os agricultores familiares e, quando essas demandas são atendidas, as políticas públicas não retornam pelo sindicato, mas através das associações ou cooperativas. Por isso, muitas vezes o papel do Sindicato acaba desconsiderado⁴⁶.

A gente busca o benefício, mas ele vem de outra forma, por outros modos. Até por isso, as vezes o sindicato não é tão valorizado pela população, porque tem horas que

⁴⁶ A tensão entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a população não se relaciona diretamente com esta dissertação e nem será aprofundado. No entanto, foi mencionado pela presidente, pois na sua concepção, o fato de políticas como o PAA ou o Programa Nacional de Habitação Rural serem demandadas e conquistadas pelo Sindicato, mas não chegarem ao município por meio dele, faz com que as pessoas não valorizem o seu papel e sua importância.

a população não sabe que é a gente que busca isso lá [...] as políticas públicas são buscas do movimento sindical, é isso (Marisa, agricultora e presidente do sindicato).

Destaca ainda que, mesmo recebendo recursos do PRONAF através do Agroamigo, existe a falta de apoio técnico aos agricultores, que poderia auxiliar no direcionamento do melhor uso do crédito recebido. Ressalta também a necessidade de uma ATER específica para o Nordeste do Brasil, dadas as condições de clima e solo da região, o que torna necessária uma formação específica dos técnicos. Ademais, menciona o incentivo da produção agroecológica que, em sua opinião, precisa vir através da ATER, o que vai muito além de apenas fomentar o produtivismo.

Dentre os entrevistados, Junior, funcionário da propriedade de Antônio Rigno explicou que ele foi o agricultor pioneiro na introdução do café especial em Piatã na década de 1970, mas que nessa época essa opção ainda era um “tabu” por conta dos altos custos e do trabalho demandado na produção. Mesmo assim, a família investiu no café especial naquele período e hoje possui uma escala de produção um pouco maior, se comparada aos outros estabelecimentos familiares do município, e isso é visível na visita à propriedade, que é a maior de Piatã, com 80 ha. O filho, também chamado Antônio Rigno, entrou na agricultura por influência do pai e acabou investindo na propriedade, que cresceu ainda mais.

Foi o vencedor do concurso *Cup of Excellence 2022* de melhor café do Brasil, e a sua é a única propriedade a possuir a selecionadora eletrônica de café, por exemplo. Por também ser cooperado, os outros agricultores da Coopiatã, caso desejem, podem fazer gratuitamente o beneficiamento dos cafés utilizando seu maquinário. Em termos de ATER, o serviço prestado na propriedade por agrônomos e técnicos sempre foi particular, e mais recentemente eles têm recebido apoio do SEBRAE. Os Rigno, quando precisaram, sempre optaram por pagar para receber assistência técnica, já que é um serviço escasso em Piatã. Não apresentaram grandes demandas ou críticas em relação ao serviço.

Uma das poucas mulheres entrevistadas, Lucinéia, aponta que a cooperação, na qual se inseriu há dois anos, tem muitas vantagens, como o preço de venda do café, que subiu de R\$80,00 a R\$100,00 a saca – antes da criação da cooperativa, em 2016 – para R\$1.200,00 a R\$2.000,00, graças ao trabalho de gestão realizado pelos presidentes da cooperativa e o serviço de ATER direcionado, que resultaram em um café de qualidade que começou a ocupar colocações altas nos concursos de café pelo país, aumentando a demanda e, conseqüentemente, o preço dos cafés especiais. Hoje ela tem sua própria marca, o Café da Lucinéia.

No âmbito da ATER, a agricultora afirma que recebe o serviço pelo SENAR há nove meses, principalmente no que se refere à análise do solo e gerenciamento da propriedade, e aparenta estar satisfeita com o trabalho realizado, afirmando que se sente livre para opinar no processo. Quando questionada sobre o trabalho da técnica, diz que ela é curiosa e procura aprender muito com os agricultores. Lucinéia, no entanto, sente falta de uma ATER estadual para quem ainda não recebe, pois está ciente da falta de alcance da política para a grande parte dos agricultores familiares de Piatã.

Aneilson, outro agricultor entrevistado, apresentou uma postura crítica durante a entrevista. Ele me recebeu na sua casa e, enquanto balançava a filha pequena – que tomava uma mamadeira com café – no colo, relatou ter entrado no colégio agrícola em 1998 e, posteriormente, trazido os conhecimentos adquiridos para dar continuidade do trabalho do pai em Piatã. Esse foi o período em que o café especial começou a “dar certo” no município. Segundo ele, foi o IBC a primeira instituição a levar tecnologia à Piatã, estimulando de maneira formal a produção do café especial com crédito e suporte técnico. Posteriormente o trabalho foi continuado com ações da EBDA. Quando questionado sobre a cooperativa, ele afirma que já foi cooperado, mas hoje não é mais, devido a conflitos internos, apesar de achar muito vantajoso, em razão dos acessos que os cooperados passam a ter a mercados específicos, serviço de contabilidade, ATER etc.

Em relação à ATER, afirma não sentir necessidade do serviço devido à sua formação, mas acredita ser esta uma questão complicada em Piatã, pois estão “no fundo do poço” em termos desse tipo de apoio. Segundo ele, muitos agricultores se sentem inferiores no processo de ATER, ficam na defensiva, e por isso preferem “copiar do vizinho”. Por conta da sua formação técnica, é bastante crítico em relação ao serviço em geral, afirmando que os técnicos são, muitas vezes, despreparados e erram ao “mandar os agricultores jogarem veneno na propriedade”, uma vez que os agricultores piatãenses não são adeptos ao uso desse tipo de produto.

Ainda segundo Aneilson, os profissionais devem, na verdade, se guiar pela realidade do agricultor, da sua lavoura e da sua família. Aponta ainda que uma ATER, quando bem conduzida, é libertadora – quando faz com que o agricultor seja um agente de transformação da sua própria realidade e do seu mundo – e concorda que se trata de uma política que deveria vir por meio do Estado para Piatã. Quando atuou como técnico ATER, por um curto período antes de retornar à agricultura, trabalhou em empresas privadas em outros estados do país que

atendiam latifúndios, que fomentavam a produtividade em primeiro lugar, e afirma que os melhores professores dos cursos dessa área vão trabalhar nessas empresas para dar consultoria a latifundiários.

Por fim, diz acreditar que a ATER para Piatã não deve ser do tipo impositiva, que “só funciona em outros lugares”, mas que o Estado deve “libertar os pequenos agricultores através da ATER”, no sentido de levar uma política que desperte neles o entendimento de sua própria realidade, fazendo-os compreender que não são mero depósito de informações – alvos de transferência de saberes, para que assim tornem-se agentes de sua própria mudança.

Uma outra propriedade visitada foi a Taperinha, do agricultor Téó, que também é professor na escola estadual do município. Lá, ele preparou um café *Terroir* da Coopiatã moído na hora. Téó estudou educação física em Salvador, é professor, mas decidiu seguir o caminho da cafeicultura – no qual sua família sempre esteve inserida – há 20 anos. Na propriedade, que foi dos avós, ele planta, além do café, hortaliças e frutas, além de fabricar, junto com a esposa, os produtos Taperinha – que incluem biscoitos, geleias etc, muito conhecidos na região.

Téó é o cooperado número 2 da Coopiatã e fala sobre a necessidade de uma representação para a nova geração do café em termos de comercialização, prova, preparação de amostras etc. Um relato interessante feito por ele é o de que o que prejudicou muito a cafeicultura piatãense foi o fato de que antigamente, muitos agricultores conseguiram financiamento, usaram o crédito para benefício pessoal, largaram o café e não pagaram o empréstimo: “se não fosse a chegada do café especial, a cafeicultura tinha acabado”, afirmou.

Em termos de ATER, a família recebeu o serviço pelo Bahia Produtiva e pelo SENAR, além de terem pago em um determinado momento. Téó diz que acha difícil todos os agricultores seguirem as recomendações pois falta crédito para a execução, o que, na opinião dele, é a maior dificuldade. Além disso, acha que os técnicos querem vender receitas prontas, e acabam virando representantes de vendas. Apesar disso, considera que no último ano (2022) a ATER do SENAR foi muito importante, pois sua família passou a entender preço de custo, fazer corretamente o levantamento de gastos, planejar análise de solo, etc.

Diz ficar um pouco chateado com determinadas nomenclaturas como agricultura biodinâmica ou agricultura orgânica porque, de acordo com ele, “antigamente, eram conhecimentos nossos”. Apesar de entender a relevância do âmbito científico – compreensão

do solo, por exemplo –, acha importante saber de onde é que isso vem. Seu caminho enquanto agricultor é a agrofloresta e a agricultura orgânica mas, para ele, é preciso o entendimento, por parte dos técnicos, de determinadas particularidades, como as condições geográficas do sertão, que tem o solo mais frágil, para que o serviço de ATER seja melhor efetuado. Também recebe atendimento de Luisa, a presidente da Coopiatã, mas com o direcionamento para a produção do café especial, enquanto os outros cultivos ficam de lado em termos de assistência, a menos que se pague um técnico particular.

Figura 13- Téó mostrando as embalagens das cafeterias que compram o seu café

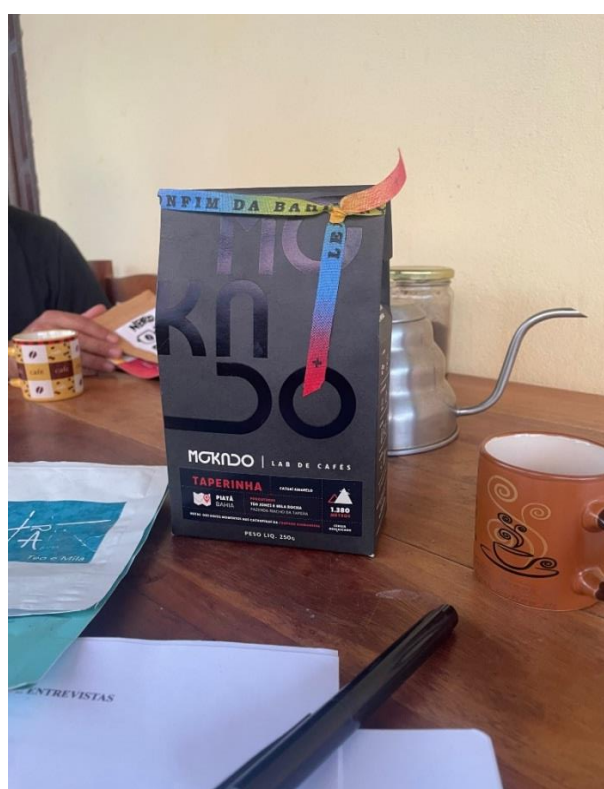


Foto da autora (2023)

Uma visita ao sítio Capão II, do agricultor Marnilson, que cria cabras e comercializa o leite e produtos derivados, permitiu entender a limitação do alcance da ATER para aqueles que não são cafeicultores. O trabalho em conjunto é realizado por ele, pela esposa, os dois filhos e o genro. Juntos, produzem doce do leite de cabra, queijo – cujo processo foi aprendido através de um curso ofertado pela prefeitura –, licor e sabonete. É cooperado há apenas seis meses – e o único que não trabalha com café –, mas afirma ver muitos benefícios na parceria, pois através da Coopiatã tem oportunidade de convites para grandes feiras de

agricultura familiar em Salvador, acesso à contabilidade – que antes não tinha, e que ajuda os agricultores a seguir algumas regras em termos contábeis⁴⁷ e outras vantagens.

Figura 14- Produtos Alto da Chapada, da propriedade de Marnilson



Foto da autora (2023)

Em termos de ATER, Marnilson afirma que, infelizmente, recebe o serviço apenas do sócio, que é veterinário e dá orientações em relação às cabras. Mencionou sua demanda para verificar a situação do solo e para plantar capim, mas que não conseguiram sequer um técnico particular, então a família se baseia no que seus avós e seus pais faziam na roça para plantar e alimentar os animais. Observamos que aqui existe uma demanda de ATER fora do âmbito da cafeicultura que não é atendida.

Estar em campo me permitiu acesso a agricultores além dos que me foram apresentados inicialmente por Rodolfo, como foi o caso de Seu Salvador, sogro de Jéssica, proprietária da Museu de Piatã. Ele foi um dos fundadores da Coopiatã em 2016 e relata que antes da cooperativa, os agricultores tinham muita dificuldade em comercializar o café,

⁴⁷ Para a aplicabilidade das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica aplicada às Entidades Cooperativas, que incluem prestação de contas, ver Félix, Pinho e Guimarães (2017).

realidade que mudou depois de 2016, quando o café especial passou a ter maior visibilidade no Brasil e no mundo.

Já recebeu ATER através de Glayco Barbosa – mais conhecido como Gal, atual técnico do SEBRAE, com recursos da BSCA (*Brazilian Specialty Coffee Association*)⁴⁸. Ele descreve o processo de ATER como sendo feito a partir da análise do solo, com o técnico fazendo uma “receita” do que acha necessário para a adubação. No entanto, acha que às vezes o técnico indica uma quantidade muito grande de adubo, que ele não pode comprar. Apesar disso, pontua que quando a adubação não é boa, a produção cai. Entende a importância da ATER, mas menciona um vizinho que produz café mas “trabalha do modo dele”, usando adubo de gado, e que se recusa a receber o serviço por não concordar com a maneira como é executado.

Na etapa final do campo, foi possível conversar também com os dois técnicos de ATER que atuam em Piatã. A primeira entrevista foi cedida por Luisa Bittencourt, agrônoma e atual presidente da cooperativa. Ela se formou no Instituto Federal Sertão Pernambucano e optou por retornar ao município para atuar como técnica. Corrobora com a informação fornecida pelos outros entrevistados, de que houve uma ATER com recursos do Bahia Produtiva pelo período de dois anos.

Só em 2022 o SENAR começou a atuar com uma ATER voltada para a cafeicultura. Foi quando Luisa começou seu trabalho, através da própria Coopiatã. Segundo ela, o SENAR atua “da porteira para dentro” (produção do grão), e o SEBRAE “da porteira para fora” (pós-colheita, coleta de amostras, conseguir compradores). A maior necessidade era da porteira para dentro, pois a produtividade era pouca. Ela apontou a falta de recursos para comprar material para adubação, manutenção do solo e melhoria da produtividade, que foi algo que a assustou bastante quando começou a atuar em Piatã. Ela percebeu que em termos de qualidade, os piatãenses estão no topo, mas a produtividade – termo que foi usado diversas vezes – é muito baixa.

O trabalho dela é de consultoria para 28 produtores, fazendo uma visita por mês às propriedades, além da parte gerencial, que inclui análise de custos, receita, fluxo de caixa, balanço etc. Afirma achar importante colocar o tempo dedicado ao trabalho no campo no

⁴⁸ A BSCA “é a única instituição brasileira a certificar lotes que podem ser monitorados através de selos de controle de qualidade de cafés especiais, com rastreabilidade total através de numeração individual”. Além disso, é responsável por concursos importantes como o *Cup of Excellence*, do qual os agricultores de Piatã sempre participam. Ver mais em: <https://bsca.com.br/a-bsca>.

cálculo no pagamento ao agricultor – o que vem da perspectiva gerencial do SENAR. Na visita de campo, verifica o que precisa em termos de manejo, além da coleta de solo para análise. Ao ser questionada sobre a relação com os 28 agricultores, afirma que há uma abertura para ela enquanto técnica, e que acaba aprendendo muito com os agricultores também.

Sobre a produção do café, afirma que quando menciona 30 sacas por hectare, os agricultores acham ótimo, mas que na verdade o ideal é que produzam 60, pois quanto maior a produtividade, melhor. Quando percebeu que os agricultores foram vendo resultados através das adubações, gessagem – que corrige o perfil do solo – e tratos culturais, observou que eles passaram a se abrir mais à aplicação das orientações. Ao questioná-la sobre a dinâmica de troca no processo de ATER, ela diz que sempre que se está em campo, tem-se algo para aprender, tanto profissional quanto pessoalmente, e que existe sim um processo de troca. Afirma ainda que não é correta a imposição com o uso de termos técnicos, já que atende agricultores que só sabem assinar o nome, mas também os que já fizeram faculdade, então sempre tenta adaptar a forma de se dirigir a cada um. Por exemplo, para alguns agricultores, ela anota as recomendações no caderno do produtor⁴⁹ sabendo que vão conseguir ler, mas há outros que vão precisar de uma explicação sobre o que está anotado, para facilitar a compreensão.

A técnica aponta ainda que durante os encontros com os agricultores atendidos, reforça que “é preciso ver a agricultura familiar como negócio, que é preciso acabar com a visão geral de que a agricultura familiar tem que ser de subsistência, pois é um negócio e tem que ser rentável”. Aponta ainda que acha a parte gerencial importante, pois no final do ano os agricultores saberão o que foi gasto para produzir uma saca de café. Enquanto técnica, faz um processo de desconstrução de agricultura de subsistência para que se veja agricultura como “um negócio como qualquer outro”.

Ao falar sobre os resultados do seu trabalho, Luisa afirma perceber, pelo aspecto das plantas, que faltou assistência anteriormente, mas mais recentemente, no dia a dia, tanto ela quanto os produtores estão vendo as plantas de forma diferente, que nunca estiveram tão bonitas. Ela acha que o futuro da ATER em Piatã vai tomar um passo de cada vez, pois há

⁴⁹ É distribuído pelas equipes do SENAR aos agricultores atendidos e traz planilhas autoexplicativas para preenchimentos de informações financeiras e técnicas. Assim, produção, despesas e receitas podem ser controladas. Os dados preenchidos no caderno são para um software pelo técnico, e são geradas informações técnicas e gerenciais que serão usadas na tomada de decisão da propriedade (ETEC SENAR, 2023).

muito a ser abrangido além do café, e que é preciso buscar outras alternativas de ATER, pois o SENAR fica só por dois anos – tempo que o SENAR considera necessário para avaliar os resultados da aplicação da metodologia – e depois os agricultores ficam sem o serviço novamente. Um outro caminho ideal, segundo ela, seria o agricultor ter recursos próprios para pagar a ATER, pois não seria bom ficarem desassistidos por um tempo.

O outro técnico atuante em Piatã, Gal, é graduado e mestre em agronomia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, vem de família de agricultores piatãenses, e hoje atua pelo SEBRAE. Também produz café com o pai, e acabou optando por criar sua própria marca, o Café do João. Além de técnico, Gal é um dos fundadores da Coopiatã e, quando perguntado sobre as vantagens da cooperativa para o agricultor, aponta que as principais foram a eliminação dos atravessadores e o maior alcance do café dos cooperados. O seu trabalho como técnico abrange a parte gerencial e o manejo – especialidades do SEBRAE – para 20 agricultores que, segundo ele, estão abertos às orientações, mas sentem muita dificuldade em termos da adubação por conta de falta de recursos. Por isso, ele personaliza o serviço de acordo com cada produtor, pois acredita que não adianta chegar com pacote tecnológico sabendo que eles não vão poder adquirir. É interessante observar que tanto ele quanto Luiza estão cientes das limitações dos agricultores e tentam, na medida do possível, adaptar sua forma de fazer ATER.

3.4 A escassez da política de ATER em Piatã: uma análise a partir dos dados coletados em campo

Além das entrevistas com os agricultores, as conversas com os dois técnicos que estão atuando em Piatã atualmente foram muito importantes para entender as perspectivas de ATER que os orientam na execução do serviço. Primeiro, em termos de formação: a primeira vem do Instituto Federal Sertão Pernambucano, que oferta a formação agrícola desde 1988, e o segundo, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, cujo curso de agronomia foi implantado em 1982, e que é tido como o centro produtor de conhecimento na área rural no interior da Bahia. Ao verificar o fluxograma dos cursos de ambas as instituições, é notável o teor técnico da maior parte das disciplinas ofertadas⁵⁰.

⁵⁰ Ambos os cursos apresentam uma disciplina de extensão rural, mas não foi possível acessar a ementa para saber sobre quais as referências são utilizadas, quais os objetivos das disciplinas ou seu conteúdo.

A formação dos técnicos é um primeiro ponto a ser analisado ao tentar compreender a condução do processo de ATER a partir dos servidores. O produtivismo, enquanto modelo dominante, continua sendo fomentado nos institutos de pesquisa e universidades, o que reforça essa ideia para os profissionais que estão sendo formados nesses ambientes. O próprio corpo docente dessas instituições ainda possui um arcabouço de ideias baseadas no difusionismo, o que reflete na formação dos alunos que futuramente estarão atendendo os agricultores por meio da ATER. Os fragmentos desse difusionismo puderam ser notados na fala dos técnicos, que estão cientes das problemáticas que envolvem um processo de extensão rural, mas apontam o fomento da produtividade como chave para uma agricultura eficiente.

Outro ponto que chama a atenção é o alcance da ATER em Piatã, que é mínimo. São mais de 200 cafeicultores familiares no município, e os dois técnicos atendem juntos 48 agricultores, o que representa apenas 24% desse público, sem considerar todo o restante de agricultores familiares que não são necessariamente cafeicultores, mas precisam acessar o serviço. Como já apontado, de acordo com dados do Censo Agropecuário (2017), 78,95% do município é composto por agricultura familiar e a ATER só chega em 3,41% do território, o que corrobora a realidade encontrada no campo.

Ao analisar as informações fornecidas nas entrevistas tanto pelos agricultores, quanto pelo Secretário de Agricultura e pelos técnicos de ATER, é possível compreender que existe uma enorme lacuna não preenchida em Piatã. Dentre os cafeicultores, o fato de apenas 24% dos agricultores receberem ATER representa um importante dado em termos de alcance. Dos 10 entrevistados durante a pesquisa de campo, apenas seis afirmaram receber o serviço do SENAR ou SEBRAE. Os outros quatro não recebem por diferentes motivos, mas todos reconhecem a sua importância. Dos 58 cooperados da Coopiatã, 10 não recebem o serviço de nenhuma das duas instituições presentes, seja por não concordar com o modelo da ATER ofertada, seja por ter determinada formação na área e conseguir conduzir os processos por conta própria.

Os demais cafeicultores, produtores de café especial ou não, só acessam a ATER se contratarem o serviço particular, o que alguns afirmam ser difícil de conseguir em Piatã. Normalmente, quando ocorre é contratação particular, é com uma dinâmica parecida com o que foi mencionado sobre o agricultor Marnilson, que recebe ATER do seu sócio, que é veterinário.

Todos os agricultores entrevistados apresentaram uma postura crítica e consciente em relação a ATER. Aneilson, ao afirmar que “uma ATER bem aplicada é libertadora” e que “o Estado deve libertar os pequenos agricultores através da ATER” corrobora com a ideia de falta de um processo educativo libertador nos termos de Freire (1985), já mencionado no capítulo II desta dissertação, que implica a inclusão de diálogo e comunicação entre interlocutores, sem que haja dominação, superioridade, o que não é representado pela extensão na ATER no Brasil atualmente.

O processo educativo, como apontado por Freire (1985), que parte da perspectiva dos agricultores, se traduz em diálogo entre as partes e não uma mera transferência de saberes. Ou seja, os agricultores entrevistados em Piatã entendem minimamente que o trabalho do técnico não se reduz apenas a diagnosticar o solo e receitar pacotes de adubos, mas que engloba a compreensão da perspectiva e da realidade da família que está atendendo, entender as técnicas previamente utilizadas e as condições nas quais esses agricultores estão inseridos.

Marisa e Téó, ao mencionarem a importância de a ATER fortalecer outros âmbitos além do produtivismo, deixam claro que os agricultores de Piatã entendem minimamente as premissas da PNATER, mesmo tendo tido pouco ou nenhum acesso a ela. Alguns agricultores entrevistados demonstraram certa preocupação com o fato de os técnicos acabarem tornando-se meros “representantes de venda” dos pacotes de adubos que indicam no processo de assistência. Durante as entrevistas, fica muito claro que os agricultores, de uma maneira ou de outra, entendem as limitações nesses processos, além de terem demandas em relação ao serviço, ao mencionarem necessidades específicas como fomento à agroecologia ou ATER pública voltada para outros tipos de cultura além do café.

Ouvir os agricultores foi um processo fundamental para compreender que eles estão cientes do que deve ser a ATER e do que o município precisa em termos da política. Foi unânime a opinião de que esta deve ser ofertada pelo Estado, para além das instituições que já estão presentes. O fato de que a ATER do governo estadual não está presente já pode ser considerado, de certa maneira, um posicionamento sobre que tipo de agricultura o governo vislumbra para aquela região. Todos ali também sabem que uma ATER impositiva, que visa apenas receitar adubos caros, não funciona. Muitos se recusam a receber esse tipo de orientação e preferem buscar instrução por conta própria, ou continuar o método de trabalho que aprenderam com os pais e avós.

Volto aqui a mencionar dois indicadores apontados neste deste capítulo: a porcentagem do uso de agrotóxicos em Piatã, de 5,18%, um valor baixo se comparado a outros municípios da Chapada Diamantina como Mucugê (22,87%), Bonito (16,10%), Seabra (13,04%) ou Morro do Chapéu (12,39%) e a irrisória porcentagem de ATER recebida pelos estabelecimentos agropecuários (de apenas 3,41%). É compreensível que alguns agricultores familiares de Piatã critiquem e se recusem a receber orientações de técnicos que prescrevam insumos químicos, já que não foram habituados com a utilização de tais produtos e discordam da prática. Quando alguns dos agricultores afirmam que acham errado receberem recomendações de utilização de certos tipos de adubo e preferem nem receber a ATER, a interpretação é a de que o serviço deixa de seguir algumas premissas da lei da PNATER.

Ademais, o indicador de apenas 3,41% de estabelecimentos recebendo ATER sinaliza ainda mais a necessidade de que o governo do estado, através da BAHATER, faça com que a política pública chegue naquela região. Como visto, dos 1.991 estabelecimentos agropecuários de Piatã, apenas 67 obtêm o serviço de ATER. Nesse número, há os 48 agricultores que são cooperados da Coopiatã e estão recebendo assistência do SENAR e do SEBRAE direcionada ao café especial. Há carência de uma política pública que abranja todos os agricultores familiares de Piatã, incluindo principalmente os de outros segmentos além do café.

De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa de campo, é possível se certificar que a ATER ofertada aos agricultores funciona, mas apenas para os cafeicultores e de maneira limitada. O direcionamento para a produção de café é nítido, e tem apresentado resultados para aqueles que estão optando por trabalhar com café especial, dadas as metodologias das entidades executoras. No entanto, os que estão inseridos em outros segmentos permanecem sem acesso à política, mesmo havendo demanda.

É possível traçar um paralelo com as informações de Diesel et. al (2008), que apontam que os agricultores, através da ATER privada, passam a interessar-se mais por informações especializadas do que pelas informações agrícolas gerais. Aumenta também o interesse por serviços relacionados a cultivos comerciais, que são mais rentáveis – como no caso do café especial. Dessa maneira, a oferta de um serviço que fomente cultivos diversificados, produção de subsistência ou cultivos comerciais de pequena escala é reduzida em detrimento de uma ATER direcionada, como ocorre em Piatã.

Outro fator que chama a atenção é o papel ativo do SEBRAE no município e sua participação inclusive nas rodadas de negociação do café da região. A entidade possui muitos projetos, e um deles é o Cidade Empreendedora, do qual Piatã já faz parte, mencionado durante a reunião sobre a definição da IG em que estive presente. Esse é um programa voltado para o gestor público que quer acelerar e direcionar o processo de desenvolvimento socioeconômico do seu município, com o objetivo de

Atuar junto ao poder público, de forma sistêmica, para que este seja um agente facilitador, fomentador, eficiente e ágil; alinhando seus processos e serviços para a agenda de desenvolvimento, apoiando o equilíbrio, a inclusão, a cooperação no mercado e estimulando a formação de capital social capaz de sustentar o processo de desenvolvimento. O foco é a melhoria do ambiente de negócios, o fomento ao empreendedorismo e a promoção da competitividade empresarial (Site do SEBRAE, 2023).

A premissa do empreendedorismo, endossada tanto pelo SEBRAE como também pelo SENAR, é estimulada na ATER ofertada. Amorim, Moda e Mevis (2021) apontam o empreendedorismo como um instrumento central de dominação e exploração nas sociedades contemporâneas, pois reproduz os interesses das classes dominantes, naturalizando esses interesses como universais. Esse empreendedorismo moderno está ligado às noções de autorrealização, liberdade e autonomia, e é receitado como um “remédio” para desigualdades sociais estruturais que já estão dadas, e que reforçam a reprodução dos interesses das classes dominantes.

O foco do SEBRAE em estimular o empreendedorismo, tentando desenvolver nos agricultores características como autoconfiança, coragem, persistência e otimismo, por meio de estudo dos concorrentes, foco no cliente, capacitação de equipe etc, demonstram a tentativa de naturalização desse modo de vida dominante, que é muito presente no empreendedorismo contemporâneo.

Isso deixa claro qual o alinhamento da entidade em relação às metas para a agricultura familiar de Piatã que, em suma, se traduzem em transformar o município em um polo produtor de cafés especiais. Ver a agricultura como um negócio rentável para esses produtores aqui não é tido como um fator negativo. Afinal, trata-se de agricultores familiares modernos totalmente alinhados ao mercado, o que consequentemente coloca a obtenção de renda em uma posição central. A problematização vai no sentido de compreender quais os rumos desse segmento em Piatã, quais os limites da necessidade de uma produtividade exacerbada para que o café especial “chegue longe”. Refiro-me aqui a uma agricultura que não usa insumos químicos, que cultiva não só o café, mas outros alimentos de uma maneira cuidadosa, sem uso

de grandes tecnologias, com uma metodologia que, até então, funciona, pois tem dados retornos positivos aos agricultores.

No período do trabalho de campo, pude observar muitos visitantes de outras partes do Brasil e do mundo, que foram à Piatã para comprar o café ainda verde na cooperativa para fazer suas próprias torras: japoneses, noruegueses, australianos, mineiros, soteropolitanos, brasilienses, entre muitos outros compradores e interessados, que fazem questão de visitar o município para conhecer de perto o *terroir* e a maneira como o café é produzido.

Esse interesse pelo café especial de Piatã pode ser explicado, entre outros fatores, pelo expressivo aumento no consumo mundial de café, principalmente entre os países importadores, como mostram os dados da Organização Internacional do Café (OIC).

Tabela 3- Consumo mundial de café, em mil sacas de 60kg

Região/País	2012	2013	2014	2015	2016	Taxa média de crescimento anual
Consumo Mundial	145.367	149.032	151.822	155.712	155.100	1,6%
Países exportadores	44.350	46.109	47.245	48.262	48.337	2,2%
Países importadores	101.018	102.931	104.577	107.450	106.763	1,4%
África	10.447	10.595	10.739	10.745	10.774	0,8%
Ásia e Oceania	28.329	30.714	32.602	33.665	33.669	4,4%
Am. Central e México	5.135	5.158	5.240	5.311	5.237	0,5%
Europa	50.239	50.169	50.907	51.802	51.544	0,6%
América do Norte	26.631	27.714	27.372	28.875	28.535	1,7%
América do Sul	24.587	24.682	24.962	25.313	25.341	0,8%

Fonte: Dados da OIC (Oliveira e Silva, 2017).

A OIC (2023) demonstra ainda, em dados mais recentes, que a taxa média de crescimento do consumo nos países importadores, entre 2018 e 2023, aumentou para 2,1%. A taxa média de crescimento na exportação do café arábica do Brasil entre novembro de 2022 e novembro de 2023 foi de 4,7%. Esses dados demonstram que o consumo de café especial apresenta uma tendência de crescimento no mundo inteiro, mas principalmente nos países que importam os grãos, o que explica o interesse de quem produz e comercializa em conhecer e

adquirir o produto de Piatã, que tem recebido cada vez mais notoriedade por causa dos concursos nacionais e internacionais de café.

O estudo de Oliveira e Silva (2017) aponta que a cafeicultura dessa região obteve êxito em sua inserção no mercado específico de cafés especiais, dada a geração de renda por meio da inclusão sócio produtiva fundamentada na sustentabilidade familiar. Alguns relatos expõem o interesse de algumas pessoas de fora em começar a plantar café. Existe uma preocupação de que a agricultura do município saia das mãos dos piatãenses, dado o grande interesse de grupos de outros lugares.

Um caminho possível é o de industrialização do café, como aconteceu em outras regiões da Bahia, pois se trata de uma produção cara, com uma alta demanda que apenas os cafeicultores da Coopiatã não dão conta. Compradores com poder aquisitivo já começaram a adquirir terras no município, abrindo espaço para uma produção mais abrangente com uso de pacotes tecnológicos, viabilizando assim um ciclo que talvez seja irreversível, podendo haver um

[...] reposicionamento da bebida café no processo de expansão do mercado mundial, que, por sua vez, causam efeitos sobre a estruturação dos diferentes segmentos que envolvem a produção, beneficiamento e comercialização do café verde que, por conseguinte dá origem à industrialização do café torrado, torrado e moído e solúvel (Oliveira e Silva, 2017, p.5).

Apesar de atuarem com bases nas mesmas ideologias – fundadas em empreendedorismo e produtividade para obter resultados, SENAR e SEBRAE têm diferentes atuações em termos de ATER em Piatã. Como já mencionado, o SENAR atua “da porteira para dentro”, e o SEBRAE, “da porteira para fora”. Enquanto a ATER do SENAR guia os agricultores em termos de produção do café – cultivo, manejo da terra, colheita e gerenciamento, a do SEBRAE auxilia no pós-colheita, guiando o agricultor no processo de coleta de amostras, orientando e participando dos processos de negociação do preço café, etc.

Como mencionado pela técnica entrevistada em campo, a maior necessidade em Piatã é a ATER “da porteira para dentro”, para que se aumente a produtividade do café, cuja demanda tem crescido, e os agricultores cooperados não conseguem atender. Mas como conciliar essa produtividade, tão necessária para o atendimento da demanda, com a boa qualidade do café? Esse é um grande desafio nos atuais sistemas alimentares globalizados, principalmente quando se trata de um mercado de nicho como o de cafés especiais. Trata-se de um questionamento comum dentro da lógica dos sistemas alimentares capitalistas.

A utilização de agrotóxicos e outros insumos químicos é comum para atingir esse aumento de produtividade e menor custo de produção mas, em contrapartida, acaba reduzindo a qualidade do alimento. No entanto, a dicotomia entre café com produtividade ou qualidade é falsa, já que é possível buscar soluções para atender a alta demanda pelo café mantendo suas boas características. Cabe aos agricultores cooperados decidirem em conjunto como resolver a questão da produtividade, descobrindo onde está o gargalo no processo produtivo, e se realmente querem expandir a produção para alcançar novos mercados ou não. Se a decisão unânime for de orientar os processos para o aumento da produtividade, trazer novos cafeicultores para a cooperativa pode ser um ponto de partida. As ações de ATER podem, então, seguir essa direção, sugerindo as medidas necessárias, com outras formas de aumentar a produção fora da lógica de implementação dos meios produtivistas do agronegócio.

Os dados obtidos durante a pesquisa de campo indicam dois fatores sobre o serviço de assistência técnica e extensão rural em Piatã. O primeiro deles é que a ATER executada é direcionada especificamente para a produção de cafés especiais, e o seu principal desafio é a produtividade dos agricultores familiares. Por se tratar de um segmento completamente inserido em um nicho de mercado, pensar em soluções que ampliem a produtividade fora de uma lógica difusionista focada apenas em introduzir pacotes tecnológicos, para que se mantenha a qualidade do café especial, pode ser um caminho.

O segundo fator é que a política pública de ATER em Piatã é inexistente, o que faz com que a grande maioria dos agricultores familiares do município, sobretudo aqueles que não produzem café especial, fique sem acesso ao serviço, mesmo havendo demanda. É importante que a Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia e a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural atendam essa demanda através da Secretaria de Agricultura de Piatã ou por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. Entretanto, a pesquisa de campo mostrou a falta de uma organização dos agricultores – pelo menos dos que não estão na cooperativa – em prol de uma luta pelo acesso à política pública de ATER. Se eles não se organizam, essas demandas dificilmente chegarão a instâncias do governo e não serão atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar a Assistência Técnica e Extensão Rural em Piatã, Bahia. Por se tratar de um município onde predomina a agricultura familiar, o pressuposto era de que a ATER chegava às famílias majoritariamente pelo governo do estado, através da BAHIATER. Na realidade, ela não alcança essa localidade atualmente. A pesquisa de campo mostrou que os produtores de café especial são agricultores familiares modernos, totalmente inseridos em um nicho de mercado. Isso muda o direcionamento do serviço de ATER, que em Piatã é executado atualmente pelo SENAR e pelo SEBRAE, duas entidades privadas cujos técnicos dão uma orientação específica para uma única cultura, que é a do café.

Essas constatações mostram que a ATER estadual na Bahia, enquanto política pública, não tem todo o alcance que é divulgado. Em um município onde quase 80% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar, é esperado que a lei da PNATER seja seguida e a política pública atenda esse segmento. Entretanto, apenas 48 cafeicultores são atendidos atualmente e, mesmo com agricultores fora da cafeicultura precisando do serviço, a BAHIATER ainda não chegou efetivamente aos agricultores de Piatã. Há relatos de serviços de ATER executados por meio do Bahia Produtiva, projeto do governo do estado, cujo atendimento foi encerrado em 2022, pois possuía a limitação de dois anos no edital da chamada pública.

Os relatos de alguns agricultores apontam para a necessidade de ações mais amplas no âmbito da ATER, que contemplem, inclusive, outras culturas além do café. Como mencionado no texto, as entidades privadas tendem a ter uma atuação mais seletiva, ofertando bens e serviços de acordo com o seu interesse e, no caso de Piatã, a prioridade é voltada ao café especial, ou seja, agricultores de outros segmentos provavelmente só teriam a possibilidade de alcançar a ATER através da política pública, dados os limites para a contratação de um serviço particular.

Outro fator importante constatado em campo foi o modelo que é base para a execução da assistência ofertada aos cafeicultores em Piatã. Apesar de os técnicos estarem cientes das limitações e tentarem, na medida do possível, adaptar suas metodologias para cada cafeicultor atendido, o processo de ATER dessas entidades possui um caráter bastante difusionista. No caso do SENAR, é muito evidente, principalmente no material fornecido para a formação técnica, cuja metodologia visa a difusão de tecnologias e confere aos técnicos um papel muito

semelhante ao que foi instituído nos decretos de 1945 sobre qual era o papel das associações executoras da ATER da época.

Se um dos problemas da cafeicultura de Piatã hoje é a produtividade, como apontam os técnicos, é preciso então pensar em alternativas que mantenham a qualidade do café, mas que ajudem os agricultores a conseguir atender a demanda pelo produto, sem recorrer a meios como o uso de adubos químicos, que é uma prática criticada pelos agricultores piatãenses – o que é compreensível, visto que município possui um dos índices mais baixos de uso de agrotóxicos da Chapada Diamantina.

É importante retomar algumas das questões que guiaram essa pesquisa. Primeiramente, a relação da produção de café com a ATER, que está muito bem estabelecida com os produtores de café especial. O interesse das entidades atuantes em Piatã em ofertar os serviços vem da relevância do crescente mercado de cafés especiais, cuja expansão é notória no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990. Como podem atuar seletivamente de acordo com seus interesses, essas entidades se voltam para o fomento de segmentos comerciais da agricultura familiar, com boa rentabilidade. É claro que, conseqüentemente, os agricultores acabam se beneficiando desse interesse, pois os dados apontam que a cafeicultura da região tem melhorado a renda das famílias agricultoras.

A decisão de produzir café em Piatã não foi influenciada pela ATER, pelo contrário. O município só passou a receber os serviços quando a sua cafeicultura já estava estabelecida, mas precisando de incentivos. Durante o campo, foi perceptível ainda que um maior número de ações foi viabilizado depois da criação da Coopiatã, que fomentou a produção do café especial e conseguiu atrair muitos projetos no âmbito da ATER. Houve sim um estímulo da cafeicultura em Piatã entre os anos 1980 e 1990 por meio da oferta desses serviços, mas a região já era consagrada à produção cafeeira. Ou seja, as condições geográficas e climáticas do município acabaram atraindo ações de ATER para fomentar uma cafeicultura que já existia, e não o contrário. Por fim, a adoção do modelo cooperativo para a produção de café especial através da criação da Coopiatã também não teve influência da ATER, visto que o serviço não estava mais sendo ofertado aos agricultores desde 2014, e a cooperativa foi fundada em 2016.

No que concerne à efetividade da ATER que está chegando aos agricultores familiares de Piatã no momento, é possível verificar que tem funcionado em parte. Primeiro, porque o preço do café de fato tem apresentado um aumento, principalmente devido à participação em

concursos, nos quais os agricultores piatãenses têm obtido altas pontuações e recebido premiações, o que eleva muito o preço da saca. Isso é influenciado, entre outras coisas, pelo trabalho do SENAR feito “da porteira para dentro”, que ainda consegue orientar os agricultores a manter a boa qualidade dos grãos de café, e pelo trabalho do SEBRAE, “da porteira para fora”, que auxilia na entrada nos concursos, coletas de amostra dos grãos, nas negociações, etc. Isso inclui o direcionamento para se “ver a agricultura familiar como um negócio”, o que na visão dos cafeicultores pode ser positivo, visto o aumento do preço e do alcance do seu produto.

Contudo, a abrangência da ATER ainda é extremamente limitada, chegando a poucos agricultores. Alguns preferem não acessar por não concordarem com as metodologias, o que indica que o serviço ainda não é tão eficaz. Por isso, se houvesse a entrada da política pública de ATER no município, haveria outras alternativas para os cafeicultores que já acessam o serviço privado, e alguma alternativa para agricultores familiares de outros segmentos, que demandam o serviço, mas ainda não conseguem obtê-lo.

Um ponto que chama a atenção nas entrevistas é o olhar dos agricultores em relação ao futuro de suas propriedades e da agricultura familiar de Piatã. Muitos mencionaram o desinteresse dos filhos em dar continuidade ao trabalho no campo, dadas as dificuldades. Por se tratar de um trabalho pesado, sem incentivos, muitos desses filhos acabam, em um primeiro momento, demonstrando desapeço em ser agricultor familiar. Alguns agricultores apontaram que os filhos preferiram estudar fora para obter uma formação profissional diferente, e que eles mesmos não impõem o trabalho no campo. Por esse motivo, se preocupam com o futuro das propriedades, por não haver quem dê continuidade posteriormente.

Outra preocupação dos agricultores se dá no sentido da perda do domínio da cafeicultura piatãense pelos agricultores familiares, dado o interesse de grupos de outros estados e até estrangeiros pelo café de Piatã. Se os cafeicultores e os seus filhos passam a perder o interesse pela agricultura e vendem suas terras por preços irrisórios, a tendência, no longo prazo, é de extinção do segmento no município.

Se os agricultores recebessem uma ATER baseada nos preceitos da lei da PNATER, através da política pública, talvez houvesse a possibilidade de a agricultura familiar de Piatã ser mais impulsionada para além da cafeicultura, estimulando também a permanência das futuras gerações de agricultores familiares no campo. Contudo, como mencionado anteriormente, é preciso que haja uma demanda organizada, que pressione ao governo para

que este se preocupe em atender as necessidades dos agricultores familiares de outros segmentos em termos de ATER.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora Hucitec, Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Texto para discussão N° 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, 1999.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste, 2007.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno CRH**, v. 34, p. e021018, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36219>>. Acesso em: jan. 2024

ANDRADE, Álvaro Antônio Xavier de. **Operacionalização de políticas públicas em contextos locais**: A Pnater na Chapada Diamantina – Bahia. Viçosa, 2014.

BAHIA. **Reda - definição e legislação**. Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994. Da contratação temporária de excepcional interesse público. Disponível em: <<https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/reda-definicao-e-legislacao#:~:text=Disponibilizar%20recursos%20para%20procedimentos%20de,Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20Estadual%20E2%80%93%20Poder%20Executivo.>>>. Acesso em: jul. 2023.

BAHIA. **Lei nº 12.372, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar - PEATER e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar - PROATER, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-12372-2011-bahia-institui-a-politica-estadual-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-para-a-agricultura-familiar-peater-e-o-programa-estadual-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-na-agricultura-familiar-proater-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: mar. 2023.

BAHIA. **Lei nº 13.204 de 11 de dezembro de 2014**. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13204-2014-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: jun. 2023.

BAHIA. SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural). **SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA FAMILIAR – SUAF**, 2018.

BAHIA. SEPLAN (Secretaria do Planejamento da Bahia). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Chapada Diamantina**. Chapada Diamantina: SEPLAN, 2016.

BAHIA. SEPLAN (Secretaria do Planejamento da Bahia). **Territórios de Identidade**. 2018. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>.

BAHIA. Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER). **Territórios de Identidade**. Disponível em: <<http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>>. Acesso em: abr. 2024.

BAHIA PESCA. **Manual Básico de ATER**: pesque melhor. Fundação adm. Salvador, 2015.

BORRAS, Saturnino. **La Via Campesina**: un movimiento en movimiento. Amsterdã: Transnational Institute, 2004. Disponível em: <<https://www.tni.org/files/campesina-s.pdf>>. Acesso em: jun. 2023.

BSCA. Associação Brasileira de Cafés Especiais. Cafés especiais do Brasil. **Cup of Excellence Brazil 2022** - Winners. Disponível em: <<https://brazilcoffeenation.com.br/contest-edition/show/id/30>>. Acesso em: jun.2023.

BSCA. Associação Brasileira de Cafés Especiais. **O que é o café especial?** Disponível em: <<https://bsca.com.br/a-bsca#:~:text=O%20que%20C3%A9%20cafe%20especial,80%20pontos%20na%20an%C3%A1lise%20sensorial.>>>. Acesso em: jul. 2023.

BSCA. Associação Brasileira de Cafés Especiais. **Concursos**. Disponível em: <<https://brazilcoffeenation.com.br/contest/show/id/1>>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap>>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.437, de 15 de agosto de 2022**. Conversão da Medida Provisória nº 1.109, de 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14437.htm>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

BRASIL. **Decreto no 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>>. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4739.htm>. Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, MDA/SAF/DATER, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf>.

BRASIL. Lei Nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, 1979.

BRASIL. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília: 2010.

BRASIL. Lei n. 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. Brasília: 2013.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: 1993.

BRASIL. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8315.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.315%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias.> Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5889.htm>. Acesso em: jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 77.354, de 31 de março de 1976. Dispõe sobre a criação, no Ministério do Trabalho, do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR, assegurando-lhe autonomia técnica, administrativa e financeira, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77354-31-marco-1976-426006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: nov. 2023.

BRASIL. Acessar o benefício Garantia Safra. Serviços e informações do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-beneficio-garantia-safra>>. Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. **Chamamento público**. Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/doacoes/chamamentos-publicos>>. Acesso em: jul. 2023.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Ações de Políticas Públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque no desenvolvimento local. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 7, p. 1-24, dez. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M. da; OLIVEIRA, M.A.C. de; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas (p. 19-48). Brasília: IPEA, 2014.

CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Bahia Produtiva**. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>>. Acesso em: jun. 2023.

CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Institucional**: A CAR. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/node/234>>. Acesso em: jun. 2023

CARAMORI, Paulo Henrique; MORAIS, Heverly; ANDROCIOLI, Armando; LEAL, Alex Carneiro; GORRETA, Renzo; CRUZ, Roberto Fernando Rosa. **Utilização de espécies intercalares ao cafezal para proteção contra geadas: resultados e perspectivas**. II Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil, p. 242-246, 2001. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/1096/155585_Art033f.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2024.

CASTRO, César Nunes de. **Desafios da Agricultura Familiar**: O caso da Assistência Técnica e Extensão Rural. IPEA, 2015.

CENSO AGRO. **Indicadores municipais**. 2017. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>>. Acesso em: nov. 2023.

CNA. Confederação Nacional da Agricultura. **Programa Empreendedor Rural**. 2024. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/projetos-e-programas/programa-empreendedor-rural>>. Acesso em: jan. 2024.

COSTA, Edimare Ribeiro. **Mulheres agricultoras familiares na assistência técnica e extensão rural**: alcances e limites. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, Universidade Estadual de Feira de Santana. Dissertação de mestrado. Feira de Santana, 2018.

COSTA, Tiago Pereira da. **Palestra sobre o Sistema Estadual de ATER**: Fortalecimento das Institucionalidades, Financiamento e Monitoramento dos Serviços Prestados. In: 3ª Conferência Territorial de ATER e Reforma Agrária (CEATER). Bahia, 2021.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. MDA/NEAD. Brasília, 2007.

DIESEL, Vivien; FROEHLICH, José Marcos; NEUMANN, Pedro Selvino; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. **Privatização dos serviços de extensão rural**: uma discussão (des)necessária? RESR, v.46, n.4, p. 1155-1188. Piracicaba, 2008.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPAHOL, Antonio Nivaldo. **Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil**: a (difícil) implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (pnater). Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/33174/pdf>>. Acesso em: fev. 2023.

ETEC SENAR. **Caderno é ferramenta na gestão de propriedades atendidas pela assistência técnica e gerencial do SENAR.** 2023. Disponível em: <<http://etec.senar.org.br/extra-classe/noticias-e-artigos/caderno-e-ferramenta-na-gestao-de-propriedades-atendidas-pela-assistencia-tecnica-e-gerencial-do-senar/>>. Acesso em: jan. 2024.

FRANÇA, Ildimar. **Entre a Santana e a Tromba: A formação e o sentido de Piatã.** Salvador, EGBA, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAPESB. FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA. **Edital 007/2010 – Pesquisa Ater-Pacto Federativo.** Salvador: FAPESB, 16 p. Disponível em: <<http://www.fapesb.ba.gov.br/edital-0072010-pesquisa-ater-pacto-federativo/>>. Acesso em: jun. 2023.

FUTEMMA, Célia; BRAGA, Ana Claudia Rocha. Pluralidade da Assistência Técnica e Extensão Rural: Pública, privada e de organizações da sociedade civil. **Ruris**, v.9, n.2. Unicamp, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. IE/UNICAMP. Campinas, 2002. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>>. Acesso em: mai. 2023.

GRISA, Catia. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes**, v.38, n. 1, 2018.

Guia da Chapada Diamantina. **Sobre a Chapada:** produtos locais. Disponível em: <<https://www.guiachapadadiamantina.com.br/sobre-a-chapada/produtos-locais>>. Acesso em: 26 abr.

Guia da Chapada Diamantina. **Piatã.** Cidades e Vilas, 2023. Disponível em: <<https://www.guiachapadadiamantina.com.br/categoria/cidades-e-vilas/piata/>>. Acesso em: jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: mar. 2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapas interativos do Censo Agropecuário 2017:** Indicadores municipais. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>>. Acesso em: nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:** Piatã. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/piata/pesquisa/24/76693?localidade1=29>>. Acesso em: jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Cidades.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/piata/panorama>>. Acesso em: jun.2023.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema Nacional de Cadastro Rural:** Índices básicos de 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: nov. 2023.

LELIS, Davi Augusto Santana de; COELHO, France Maria Gontijo; DIAS, Marcelo Miná. **A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito? INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 13, n.1, p. 69-80, 2012.

MAARA/CONTAG. **Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor**. Relatório da Comissão Técnica MAARA/CONTAG, Portarias MAARA 692, de 30/11/93 e 42, de 24/01/94 .Brasília, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226 p.

MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves. **Caracterização e Análise do Sistema de ATER em Três Escalas: Nacional, Estadual e Local, com Base no Estudo de Caso da Associação Agroecológica de Teresópolis/RJ (2010 a 2017)**. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2017.

MARTINS NETO, Fabio Lúcio Martins. **Caracterização e avaliação da sustentabilidade da cafeicultura na Chapada Diamantina – BA**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2009.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Boitempo editorial. 2011.

MASCARENHAS, Gilberto; WILKINSON, John. Indicações geográficas em países em desenvolvimento: potencialidades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIII, n. 2, p. 103-115, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo. **Las agriculturas familiares del MERCOSUR: Trayectorias, amenazas y desafíos**, p. 131-152. Ediciones CICCUS, Argentina, 2010.

MELO, Ricardo Carvalho de. **A história da agronomia no Brasil: uma breve análise**. Goiás. IFG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/1309/4/tcc_Ricardo%20Carvalho%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

MELLO, Janine. **Caminhos do desmonte de políticas no Brasil: condicionantes e hipóteses**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

MOREIRA, Roberto José. Críticas Ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 8, n.2. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2000.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Niterói: Eduff, 2018.

NIQUITO, Thais Waideman; ELY Regis Augusto; RIBEIRO, Felipe Garcia. Avaliação de Impacto das Assistências Técnicas do Sistema S no Mercado de Trabalho. **Revista Brasileira de Economia**, v. 72, n. 2, p. 196-216, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/71034/71879>>. Acesso em: jan. 2024.

OIC. Organização Internacional do Café. **Specialized Reports**. Disponível em: <<https://icocoffee.org/specialized-reports/>>. Acesso em: jan. 2024.

OLIVEIRA, Cesar José de. **A inconformidade do módulo fiscal para fins de classificação operacional do(a) agricultor(a) familiar**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em ciências sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

OLIVEIRA, Daniela; MELLO, Márcio Antonio. **Novas formas de inserção da agricultura familiar ao mercado como estratégia de desenvolvimento rural**. XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Mara Caruline Souza; SILVA, Maíra Ferraz de Oliveira. **Dinâmica recente da cafeicultura na Bahia**: um estudo sobre a produção de cafés especiais na Chapada Diamantina, Bahia. Artigo para a XVI Semana de Economia e II Encontro de Egressos de Economia da UESB, 2017.

PAIVA, Janaína Braga de. **A agricultura familiar e a alimentação adequada e saudável**: um estudo sobre práticas agroalimentares de famílias agricultoras do semiárido da Bahia, Brasil. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. Brasília: **Consultoria Legislativa do Senado Federal**, 2008. p. 51. (Série: “Textos para Discussão”).

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, Cesar Nunes de. O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e a Análise dos Investimentos no Fundo Setorial do Agronegócio. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 00, 2020.

PETTAN, Kleber Batista. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER)**: percepções e tendências. Tese de doutorado. Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

PIATÃ. Prefeitura Municipal de Piatã. Página oficial. Disponível em: <<https://www.piatã.ba.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2023.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação da agricultura familiar no país da grande lavoura**: as mãos que alimentam a nação. Editora Appris, ed. 1. 2023.

PIMENTEL, Vania Costa. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica nos assentamentos rurais. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

PONTES, Thalita Viana. **Assistência técnica e extensão rural nos empreendimentos da agricultura familiar na Chapada Diamantina (2010-2020)**. Monografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2021.

ROGERS, M. Everett. **Diffusion of innovation**. 3 ed. New York: The Free Press, 1983.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: Marques, Flávia Charão; Conterato, Marcelo Antônio; Schneider, Sergio (Orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar**: Desafios para o Desenvolvimento Rural. Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A Agricultura Familiar no Brasil**. Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Serie documentos de trabajo, n. 145, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. EMBRAPA, 2008.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Força da agricultura familiar da Chapada Diamantina é apresentada na Caravana Parceria Mais Forte em Seabra**. 2022. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2022-05-25/forca-da-agricultura-familiar-da-chapada-diamantina-e-apresentada-na-caravana>>. Acesso em: abr. 2023.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cidade Empreendedora**. 2023. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pi/sebraeaz/cidade-empreendedora,19bb832d2b22f710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: jan. 2024

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Empreendedorismo e Inovação**. 2021. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/empreendedorismo-e-inovacao,a680ce1f53b9d710VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: jan. 2024.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Agricultura Familiar na Bahia**. Salvador: SEI, 2021. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2721&Itemid=745>. Acesso em: fev. 2023.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Agricultura Familiar na Bahia**. Salvador: SEI, 2018. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2721&Itemid=745>. Acesso em: abr. 2023.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia**. Salvador, Bahia, 2015.

SENAR. **Curso técnico em agronegócio: Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2016.

SENAR. **Assistência Técnica e Gerencial**. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/assistencia-tecnica-e-gerencial>>. Acesso em: nov. 2023.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento. **Estatísticas dos territórios baianos**. Fasc. 1, p. 1-16. Salvador, 2009. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/DOWNLOAD_43.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

SILVA, Claiton Marcio da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da *American International Association for Economic and Social Development* (aia) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Edna Maria da. **Estado, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): O caso da Peater na Bahia (2015-2018)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2020.

SILVA, Edna Maria da. **Pluriatividade e renda familiar na região cacaueira: o caso do Projeto de Assentamento São Jorge e São José, Uruçuca, Bahia**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

SILVA, Edna Maria da; REIS, Livia Liberato de Matos; COUTO, Vitor de Athayde. Agricultura familiar na Bahia: uma análise dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Economia do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 211-226, 2020.

SILVA, Osvaldo Heller da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 161-167. UFPR, 1999.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira. O efeito do cooperativismo “agropecuário” e “de crédito” no desenvolvimento regional da agricultura familiar no Brasil. **59º Congresso da SOBER e 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**. Brasília, 2021.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Da austeridade ao desmonte: dois anos da maior crise da história. **Le monde diplomatique Brasil**, ed. 116, 2017.

TAVARES, Larissa Ferreira; RODRIGUES, Marcio Silva. O SEBRAE e o fortalecimento do discurso do empreendedorismo no Brasil: uma análise a partir do relatório global entrepreneurship monitor (gem). Sinergia, **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 19, n. 1, p. 47-55. Rio Grande, 2015.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. **Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social**: a experiência da Contag (1963-2015). Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

THOMSON, Carolina Rios; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; Borsatto, Ricardo Serra. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, 20(1), 70-92. 2018. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.234>

VASCONCELLOS, Dora Vianna. Congresso nacional camponês: polêmicas agrárias. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 18, n. 2. Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, João Aurelio Soares. **Extensão Rural e Inovação Agrícola no Brasil**: elementos evolucionários para um olhar prospectivo. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

VIEIRA, Carol Araújo; SILVA, Denis Veloso da; SANTOS, João Paulo Caetano. A Agropecuária Baiana em tempos de covid-19 sob a perspectiva da Agricultura Familiar e do agronegócio. In: **Reflexões de Economistas Baianos 2020 – A economia e a pandemia da covid-19**. Salvador, 2021.

VIEIRA, Silvia Cristina; BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith. Política pública de ATER para o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar**. V. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/7/11>>. Acesso em: abr. 2024.

VILLANUEVA, Elisa Rodrigues. et al. História da assistência social no Brasil. **Multitemas**, v. 1, n. 14, p. 154-175, ago. 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. ed. 1, PPGDR, UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG. 1996.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**, v.1, n.1, p. 34-42, 1999.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Apresentação do entrevistado: nome, naturalidade, idade, estado civil.

- 1) Há quanto tempo trabalha com café?
- 2) Quantas pessoas da família ajudam na produção do café?
- 3) Onde residem os filhos? Eles realizam alguma atividade fora do estabelecimento familiar?
- 4) Como é a composição da renda familiar?
- 5) Como é o trabalho realizado por cada um na lavoura?
- 6) Há contratação de trabalho externo em alguma fase da produção?
- 7) Como surgiu o interesse/convite para ser cooperado da Coopiatã?
- 8) Como foram as mudanças das técnicas de trabalho na agricultura depois de entrar para a cooperativa?
- 9) Se houver outra produção além do café, onde é comercializada?
- 10) Quais ações de ATER foram desenvolvidas com os agricultores da cooperativa?
- 11) Conseguiu expressar sua opinião quando as atividades de ATER eram realizadas?
- 12) O técnico utiliza/utilizou uma linguagem técnica complicada, dificultando a compreensão?
- 13) Houve abertura para que você discutisse suas experiências?
- 14) O que você acha que precisa melhorar nas atividades que são realizadas pelos técnicos?
- 15) Como você acha que o trabalho do técnico contribuiu na melhoria do seu trabalho como agricultor?
- 16) Você passou a ter acesso a algum programa ou serviço depois de receber ATER?
- 17) Quais as principais dificuldades na produção?
- 18) Você conhece algum agricultor/família que não é atendido pela ATER?
- 19) Quais as suas sugestões para a melhoria do serviço?
- 20) Está vinculado a algum programa do governo como PAA, PNAE ou PRONAF?
- 21) Quais as perspectivas futuras da família em relação ao trabalho na agricultura?
- 22) Há algo mais que gostaria de pontuar/comentar?